

UFFRJ

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

TESE

**Mercados Construídos e em Construção e suas
Contribuições para o Fortalecimento da Agricultura
Familiar em Nova Friburgo (Brasil) e Mendoza
(Argentina)**

Iranilde de Oliveira Silva

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**MERCADOS CONSTRUÍDOS E EM CONSTRUÇÃO E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR EM NOVA FRIBURGO (BRASIL) E MENDOZA
(ARGENTINA)**

IRANILDE DE OIVEIRA SILVA

Sob a Orientação do Professor
Renato Linhares de Assis

e Co-orientação do Professor
Facundo Martín Garcia

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Área de Concentração em Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

8586m SILVA, IRANILDE DE OIVEIRA , 1976-
MERCADOS CONSTRUÍDOS E EM CONSTRUÇÃO E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR EM NOVA FRIBURGO (BRASIL) E MENDOZA
(ARGENTINA) / IRANILDE DE OIVEIRA SILVA. -
Seropédica, 2018.
97 f. : il.

Orientador: Renato Linhares de Assis.
Coorientador: Facundo Martín García.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, 2018.

I. Alternativas de mercado. 2. Organização social.
3. Segurança e soberania alimentar. I. Assis, Renato
Linhares de , 1963-, orient. II. García, Facundo
Martín , 1980-, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA. IV.
Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
EM AGROPECUÁRIA**

IRANILDE DE OLIVEIRA SILVA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora**, no Curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, área de Concentração em Políticas Públicas.

TESE APROVADA EM 28/02/2018.

Renato Linhares Assis. Dr. UFRRJ
(Orientador)

Valéria Ruschid Tolentino. Dra. UFRRJ

Cesar A. M. Guedes. Dr. UFRRJ

Mônica Cox de Britto Pereira. Dra. UFPE

Guilherme de Freitas Ewald Strauch. Dr. EMATER/RJ

Desistir...eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei a sério, é que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.”

Cora Coralina

DEDICATÓRIA

**Nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o
coração das pessoas.**

(Sentido – Cora Coralina)

Dedico a todas as pessoas que tocaram em meu coração e espero
poder tocar nos corações das pessoas.

Dedico em especial à minha família.

In Memória à Cláudia Ferreira (Claudinha), amiga/irmã que tanto
me incentivou a fazer doutorado, e esteve comigo sempre.
Que saudade que dói.

In memória a Cecília Flores, lutadora das causas feministas,
campesina e a da agroecologia como inspiração da vida.

In Memória ao Professor Hector Alimonda, que de forma sutil
possibilitou acolhimento e encontros valorosos para minha
formação durante a pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Eis um momento das lágrimas saltarem nos olhos, em meio ao cansaço, a angústia, em meio a tantas lembranças. Passaram-se quatro anos. Algumas memórias são mais antigas, viajam às lembranças remotas de incentivo de meus Pais (Esdras e Manoel), quando diziam “estudem é o que podemos deixar para vocês, nós não tivemos a mesma oportunidade, aproveitem!”.

São estas lembranças que me movem todos os dias a continuar, e a não desistir, a me acalmar. Aos meus Pais, irmãos (Ivanor, Nilson, Nilsa, Nildo, Iran), aos sobrinhos (Christiane, Juliane, Isaac, Vitória, Elias, Maria Clara, e Daniel), que me consolam com sorrisos de amor e pureza. E a paciência e companheirismo do meu esposo Sandro e meu filho Francisco, meu obrigada por me escolherem. E Sandro que não mediu esforços, me acompanhando em todas as fases, com carinho, paciência das minhas ausências, assim como participação ativa na pesquisa de campo em Nova Friburgo, que virava um evento familiar. Amo vocês.

Este também é o momento em que olhamos para trás, respirando fundo por estar concluindo um trabalho. Mas não foi um trabalho individual, e sim coletivo, com muitas mãos, cabeças e corações envolvidos nesse caminhar, e aqui destaco duas pessoas fundamentais:

Meu Orientador Renato Linhares, por sua dedicação, paciência e companheirismo durante a pesquisa no Brasil e na Argentina. Tenho muito que agradecer pela acolhida desde o dia da entrevista, por se dispor a me orientar, acolher as ideias e delas poder avançar para o campo da escrita, da execução. Obrigada por sempre me acalmar nos momentos de angústia da Tese e da Vida.

Ao Coorientador Facundo Martín Garcia, agradeço pela valorosa contribuição, pela acolhida calorosa e confortável durante os três meses em que estive em Mendoza, sempre me passando tranquilidade. A sensação de sua presença em cada passo era confortante, eu me senti em casa, literalmente, mesmo estando tão longe, com outro idioma, cultura. Muchas Gracias!

No sentido de coletividade presente na pesquisa, agradeço as famílias da Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra de Mendoza, que em conjunto com Facundo, possibilitaram a sensação de acolhimento, de carinho que levarei para toda a vida. Poderia aqui descrever cada um, cada uma, com doçura. Agradeço de coração. !Yo los quiero, los extraños!

Em Nova Friburgo, Rio de Janeiro/Brasil, agradeço aos agricultores e agricultoras que me acolheram em suas casas, me aquecendo com café quentinho no inverno eterno da cidade. E das entrevistas surgiram amizades que cultivo com muito carinho e cuidado.

Durante a pesquisa em Nova Friburgo, amizades foram consolidadas, e agradeço a Viviane Lima pela acolhida em sua casa, sempre com muito carinho e atenção. Ah, também foi lugar de reencontro, Luiz Souza, e Gisiane, foram fundamentais para minha estada na cidade de NF durante a escrita da Tese.

Foram quatro anos de acolhimentos, morando em Niterói, e aulas em Seropédica, e as casas abertas com direito ao café da manhã, de meus Pais do Coração Devani e Edson, das amigas da Maria Luciene (Lu), Claudinha e Jair. Ah, não posso esquecer as maravilhosas caronas de Cristina Coelho. E muitas dessas estadias foram durante o Estágio de Docência, em que fui coordenada pela Professora Valeria R. Tollentino, um presente em minha vida, pessoal e profissional, sempre atenciosa, acolhedora, e sempre disposta a ouvir, ajudar a refletir para seguir em frente. Obrigada por cada momento de prosa, cafés da tarde com carinho.

Na estadia em Rio Cuarto/Ar, agradeço a acolhida de todos, todas, em especial a Fabiana Giovannini pela acolhida, e pela contribuição no resumo em espanhol.

Agradeço a coordenação do Programa de Pós Graduação em Ciência Tecnologia e Agropecuária (PPGCTIA) e todos os professores pela dedicação na construção do conhecimento, nas realizações da pesquisa interdisciplinar que ocorrem na UFRRJ e na Universidade Nacional de Rio Cuarto. Assim como a Renata, secretária do Programa e sempre atenta para que todos possam estar com suas questões burocráticas em dia e ordem.

Por fim agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Concessão da Bolsa de pesquisa no Brasil e na Argentina, sendo fundamental para o desenvolvimento da mesma.

BIOGRAFIA

Sou Iranilde de Oliveira Silva, e conhecida também pelo apelido – Eró, que me acompanha desde a infância. Sou 4ª filha de um total de 6 filhos (4 homens e 2 mulheres). Meus pais são Esdras de Oliveira Silva, dona de casa e de Manoel Alexandre da Silva ex-agricultor, comerciante e vendedor. Natural do Estado do Pará, morando no estado do Rio de Janeiro a cerca de 18 anos. Atualmente casada e morando em Niterói/RJ.

Na UFRRJ me formei em Bacharel em Zootecnia no ano de 2005, e durante a graduação intercalei os estudos com trabalho. Atuei como Técnica em Agropecuária nas áreas de Assentamentos da Reforma Agrária na região Norte do estado do Rio de Janeiro, por meio de contrato da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos – COOPTEC com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/ RJ, com elaboração de Projeto de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) e Projeto de Exploração Agrícola (PEA), de outubro de 2003 a março de 2004.

Nesse processo conheço e me identifico com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST/RJ, e me inseri no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA), inicialmente como militante nas ações de extensionista com projetos voltados ao desenvolvimento social, e econômico dos assentados. E depois representando este setor, fiz parte das instâncias organizativas na Direção Estadual RJ, e em instâncias nacionais como Coordenação Nacional do SPCMA, de 2008 até 2014.

Nos anos de 2008 a 2009 cursei a Especialização em Agroecologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Em 2006 a 2008, atuei num contrato com a Cooperativa de Trabalho Estruturar – INCRA/RJ, onde inicialmente fazia corpo técnico, passando depois para coordenação metodológica da equipe de Assistência Técnica Social e Ambiental - ATES.

Em 2009 fui convidada pela Cooperativa de Assessoria Técnica (COOPERAR), para organizar toda a sua estrutura no estado do Rio de Janeiro, logística e equipe técnica multidisciplinar para atuar em contrato com INCRA durante os anos de 2010 a 2014. Em 2013 fui responsável pelo acompanhamento de contrato desta cooperativa com o INCRA de Brasília.

Atuei como Bolsista Profissional do Projeto Campo Campus (2009/2011), realizado pela UFRRJ, via edital Ministério do Desenvolvimento Agrário e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - MDA/CNPq. Atuação pautada na formação da juventude e agroecologia, Cultura, Organização Social e Educação do Campo. Este projeto tinha parceria com organizações sociais articuladas na Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ). Além de ser bolsista era representante do MST no Grupo de Trabalho - GT de Juventude e Agroecologia e compunha a Coordenação Executiva até 2014.

Nos anos de 2012/2013 curso Mestrado em Educação Agrícola no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA/UFRRJ. E em 2014, ingresso no Doutorado no PPGCTIA.

RESUMO

SILVA, Iranilde de Oliveira. **Mercados construídos e em construção e suas contribuições para o fortalecimento da Agricultura Familiar em Nova Friburgo (Brasil) e Mendoza (Argentina)**. 2018. 97f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

A tese parte do pressuposto que a identidade, a cultura e os aspectos locais são fundamentais no acesso a novos mercados e na melhoria da qualidade de vida e (re)produção social dos agricultores familiares. Assim, no sentido de fomentar essas particularidades, a agroecologia aparece como pano de fundo nos processos produtivos e fomentadora da segurança e soberania alimentar e nutricional. Diante do exposto a tese apresenta como objetivo geral verificar as estratégias de comercialização desenvolvidas por agricultores familiares em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil e agricultores Camponeses em Mendoza, Argentina. A metodologia utilizada foi o estudo de caso. Para tanto foram realizados dois estudos de caso, sendo um na cidade de Nova Friburgo, região serrana fluminense (Brasil) e outro em Mendoza (Argentina). Os resultados demonstraram no caso da Argentina que as redes de comércio justo possibilitam um desenvolvimento socioeconômico aos agricultores, e possibilidades de acesso a alimentos sanos aos consumidores. No entanto, é importante ressaltar que a organização social como a UST, a organização de agroindústria e feira são aspectos que contribuem para o fortalecimento do abastecimento de alimentos saudáveis a nível local, visando desenvolvimento da produção agroecológica. No caso do Brasil, as relações construídas e identificadas dentro do território foram impulsionadas pelos mercados institucionais (PAA/PNAE), e muito entre as organizações sociais e entre os agricultores. As relações com feiras e redes de consumo são incipientes, mas provoca impacto significativo na organização da produção consolidada na agricultura orgânica ou agroecologia, e ou em busca de processos de transição, como foi identificado juntamente com um dos agricultores que comercializa no CEASA de Conquista e Feira Livre/Friburgo, que está revendo suas estratégias produtivas para se manter nesses circuitos.

Palavras-chave: Alternativas de mercado. Organização social. Segurança e soberania alimentar.

ABSTRACT

SILVA, Iranilde de Oliveira. **Markets built and under construction and their contributions to strengthening of the family agriculture in Nova Friburgo (Brazil) and Mendoza (Argentina)**. 2018. 97p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

The thesis assumes that identity, culture and local aspects are fundamental in accessing new markets and improving the quality of life and social (re) production of family farmers. Thus, in order to foster these particularities, agroecology appears as a background in productive processes and fosters security and nutritional and nutritional sovereignty. In view of the above, the thesis presents the general objective: to verify the marketing strategies developed by family farmers in Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brazil and Farmers Peasants in Mendoza, Argentina. The methodology used was the case study. Two case studies were carried out, one in the city of Nova Friburgo, Rio de Janeiro state (Brazil) and; another in Mendoza (Argentina). The results show that in the case of Argentina fair trade networks allow socioeconomic development for farmers and access to healthy food for consumers. However, it is important to emphasize that social organization such as the UST, the organization of agribusiness and fair are aspects that contribute to the strengthening of the supply of healthy foods at local level, aiming at the development of agroecological production. In the case of Brazil, the relationships built and identified within the territory were driven by the institutional markets (PAA / PNAE), and much among social organizations and farmers. Connections with fairs and consumer networks are incipient, but it has a significant impact on the organization of consolidated production in organic agriculture or agroecology, or in search of transition processes, as one of the farmers that was marketed in CEASA Conquista and Feira Livre / Friburgo, which is reviewing its productive strategies to keep these circuits.

Keywords: Market alternatives. Social organization. Security and food sovereignty.

RESUMEN EXTENDIDO

SILVA, Iranilde de Oliveira. **Mercados construídos y en construcción y sus contribuciones para el fortalecimiento de la Agricultura Familiar en Nova Friburgo (Brasil) y Mendoza (Argentina)**. 2018. 97h. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación en la Agricultura). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

1. Introducción

Desde la última década, Brasil se ha destacado en la promoción de políticas y programas gubernamentales orientados al fortalecimiento de la agricultura familiar, incluyendo la comercialización vinculada al Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) y al Programa de Adquisición de Alimentos (PAA).

En el ámbito del MERCOSUR, un hito a partir de 2004 fue la creación de la Reunión Especializada en Agricultura Familiar - REAF, concebido como un espacio de diálogo regional orientado a la construcción conjunta de políticas, con el fin de cubrir el vacío institucional que existía en relación a la negociación regional en temas de agricultura familiar, así como desarrollar políticas públicas, facilitar el comercio de productos y también discutir una agenda de acciones para promover la seguridad y soberanía alimentaria y nutricional.

Ante esta perspectiva de promover el desarrollo y fortalecimiento de la agricultura familiar, este trabajo buscó indagar sobre cómo los agricultores perciben las políticas y programas para fortalecer la comercialización y el acceso a los mercados. La investigación se realizó en Brasil y Argentina, considerando principalmente los mercados institucionales, que son hitos importantes en el debate e intercambio de experiencias entre países.

En este contexto, el objetivo general de esta investigación fue verificar las estrategias de comercialización desarrolladas por agricultores familiares en Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil y campesinos en Mendoza, Argentina. Ambos países tienen sus particularidades, con características culturales, políticas y económicas específicas, que orientan el debate y ayudan a delimitar los conceptos y formatos de acciones para el desarrollo rural.

2. Procedimientos Metodológicos

La investigación se llevó a cabo en dos lugares diferentes, uno en la provincia de Mendoza, ubicado en la parte occidental de Argentina, y el otro en Nova Friburgo en la región de Serrana, en el estado de Río de Janeiro, sureste de Brasil. La base metodológica utilizada tuvo un carácter cualitativo, lo que permitió una mayor proximidad a los actores y sujetos territoriales, por lo que se adoptó el estudio de caso.

El análisis de datos secundarios se realizó a partir de la investigación documental y bibliográfica, a través de artículos, informes de investigación, disertaciones, tesis y sitios web gubernamentales. La información primaria se recogió a partir de entrevistas semiestructuradas, participación en reuniones con agricultores, seminarios, reuniones con gerentes locales, reuniones de articulación entre organizaciones sociales y visitas a espacios de comercialización (mayoristas y minoristas).

Las entrevistas se realizaron de septiembre a noviembre de 2016 en la provincia de Mendoza y de abril a junio de 2017 en la ciudad de Nova Friburgo. La temática clave del cuestionario utilizado en la investigación fue sobre las estrategias de comercialización llevadas a cabo por los agricultores. Además, se buscó comprender el contexto de la

unidad de producción, su forma de organización del cultivo y los aspectos que interfieren en la toma de decisiones para realizar la venta.

Se destaca que se realizaron doce entrevistas tanto en Mendoza (Argentina) como en Nova Friburgo (Brasil). En ambos casos, inicialmente se realizaron contactos con entidades de organización social de agricultores, en Argentina: Cooperativa Tierra Campesina y Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra - UST; y en Brasil: Asociación Serra Nova de Trabajadores Rurales de Nova Friburgo (ASNTR-NF) y Cooperativa de Mulheres Rural Legal (CMRL).

También se realizaron entrevistas con técnicos de los órganos gubernamentales de asesoría técnica de ambos países, con el fin de verificar los datos de producción y comercialización en las regiones de estudio. Otra herramienta utilizada fue el diario de campo, que facilitó la sistematización y comprensión de las realidades investigadas en la investigación

3. Resultados y Discusión

Para llevar a cabo la caracterización de los lugares investigados Mendoza en Argentina y Nova Friburgo - RJ en Brasil, fue fundamental conocer el territorio, los campesinos y agricultores familiares que están resistiendo, y también se están reinventando en los procesos productivos, ya sea basados en la agroecología, en procesos de transición hacia la agricultura sustentable, o en sistemas de producción con alto uso de insumos sintéticos difundidos bajo el paradigma de la revolución verde con paquetes tecnológicos.

Ambos lugares fueron colonizados, con diferentes especificidades, pero que llevan características determinantes de este proceso. En Mendoza, el proceso de colonización, llevado a cabo por los españoles, prácticamente exterminó a los pueblos originarios y la mayoría de las tecnologías desarrolladas por ellos, en particular el uso del agua de deshielo de las montañas. Es en este sentido que, para la UST, la lucha por la Reforma Agraria integral tiene al agua como eslabón fundamental.

En Nova Friburgo, la producción familiar actual tiene muchos vínculos con el proceso de colonización europea que tuvo lugar a principios del siglo XIX, con la llegada de los suizos a la región con la perspectiva de expandir la producción de alimentos para abastecer la creciente demanda en la capital del reino portugués en la época.

Las realidades se conectan cuando estos campesinos y agricultores familiares se invisibilizan, en el contexto de cada territorio, ya que siempre han sido aparceros, medieros, sin tierra, arrendatarios, y el acceso a la tierra se da a través del crédito o compra colectiva como en el caso de Mendoza. Y los alimentos que producen estos agricultores se pierden en las redes minoristas y de intermediarios, con dinámicas de precios que favorecen a los eslabones intermediarios de la cadena de comercialización en detrimento de los agricultores y consumidores.

En el contexto de la identificación de políticas públicas de fortalecimiento de la agricultura familiar, Brasil es pionero en estas políticas para promover el acceso de los agricultores a los mercados institucionales, y fue evidente que las políticas en Argentina habían tomado como referencias estas experiencias.

El conjunto de políticas, programas y proyectos gubernamentales existentes en ambos casos, no era comprendido por todas las familias entrevistadas, lo que dificultaba que se convirtieran en sujetos en la constitución de los procesos de apropiación de políticas públicas centradas en la mejora de sus dinámicas sociales y económicas.

En el caso de Mendoza, las políticas y programas orientados al acceso a los mercados locales identificados fueron: Comercialización a través de la Red de Alimentos de la Agricultura Familiar (RAAF), directamente en ferias como la Feria Provincial de

Agricultura Familiar, organizada por la Secretaría Nacional de Agricultura Familiar (SAF).); el Programa Bolsón vegetación y Bolsón frutas, organizado por el Ministerio de Agroindustria y Tecnología, en colaboración con la provincia, municipios, instituciones privadas, los sindicatos y las organizaciones sociales.

Aún con la existencia de políticas y programas se identificó un difícil acceso, no obstante los agricultores individualmente u organizados en TAS constituían mecanismos de comercialización. Las principales redes de comercialización de comercio justo de los productos de los agricultores vinculados a UST identificados fueron: Almacén Andante, los productores de mercado Mendoza, Red de Alimentos de la Agricultura Familiar Caracoles y Hormigas, Cooperativa la Asamblear, Organización servicio a la cultura popular - SERCUPO, Puente Del Sur.

Sin embargo, un desafío identificado fue la comercialización de productos frescos que necesita una comercialización consistente. Ante este desafío, la UST sostuvo algunas reuniones con agricultores, y también con aparceros para discutir la organización de la Feria Campesina, como un lugar de comercialización directa por parte de los agricultores, convirtiéndose en un punto de referencia para las verdulerías, los mercados locales; sirviendo para el intercambio de productos y experiencias entre los agricultores, permitiendo articular una red socio-técnica local que potencie el desarrollo rural a través del fortalecimiento de la organización social en la lucha por el acceso al agua, la tierra y la reforma agraria.

Sin duda, las redes de comercialización de la economía social y solidaria contribuyeron para que las organizaciones campesinas pudieran desarrollarse y tener acceso a los mercados, incluso frente a todas las reglas del mercado.

En el caso de Nova Friburgo, las principales políticas públicas que habilitaron los canales comerciales son los mercados institucionales del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), y el Banco de Alimentos coordinado por CEASA-RJ, con recursos federales del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA).

Se observó que los entrevistados percibieron los mercados institucionales como una alternativa importante, pero mantuvieron la venta a través de intermediarios, quienes tenían diferentes estrategias de venta: CEASA-RJ, en el almacén de Irajá, en la ciudad de Rio de Janeiro, o Conquista, en la ciudad de Nova Friburgo; y grandes empresas comercializadoras de hortalizas para redes de comercio minorista (JFC), y consumidores finales (Hortifruti), con base de distribución ubicada en el municipio de Teresópolis.

Se identificaron otras estrategias, que estaban estrechamente relacionados con la producción de especificidades, y se vendían a través de Internet, participado en ferias en el barrio Vila Amélia, barrio Ypú, otros entregados en las panaderías y supermercados en consignación.

Tratando de superar desafíos de la comercialización de alimentos, especialmente aquellos que no se ajustaban a las normas de comercialización de producto fresco, pero que podría ser procesados para generar otros productos, ASNTR-NF y la Cooperativa de la Mujer Rural buscaban recursos para inversiones bajo la perspectiva de desarrollar una alternativa más de apoyo a sus integrantes, con el objetivo de implementar y estructurar un agronegocio, para llevar a cabo un procesamiento mínimo de hortalizas, con espacio para limpieza, empaque y almacenamiento.

Además de las organizaciones, las familias informaron la importancia de la consultoría para el acceso a los mercados institucionales, realizada por EMATER-RIO. En relación con otros actores presentes, también se mencionó a Embrapa, a través del Núcleo de Investigación y Capacitación de Agricultores de Nova Friburgo (NPTA), Empresa de Investigación Agropecuaria del Estado de Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO) y la Cooperativa de Trabajo CEDRO.

En los casos estudiados, se puso de manifiesto la importancia de las políticas públicas, aunque incipiente en uno de los sitios; en tanto el papel de las organizaciones sociales, redes sociotécnicas aparecen de forma consistente como estrategias que fortalecen los territorios de los agricultores y campesinos en la construcción, en apoyo, en la orientación a los canales de venta, posibilitando el desarrollo socioeconómico de las familias. Cada organización tiene una forma de actuar y una percepción articulada con la cultura de cada lugar, incluyendo barreras que deben romperse con la toma de conciencia de cada actor como sujeto social y su rol en la construcción de un desarrollo local y sustentable.

Palabras claves: Alternativas de mercado. Organización social. Seguridad y soberanía alimentaria.

LISTA DE SIGLAS

ANAP	Associação Nacional de Pequenos Agricultores
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
AC	Agricultores Campesinos
AF	Agricultores Familiares
AIAF	Ano Internacional da Agricultura Familiar
AL	América Latina
APRORIO	Associação de Agroindústrias do Estado do Rio de Janeiro
ASNTR-NF	Associação Serra Nova de Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo
ASPA	Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEASA-RJ	Centrais de Abastecimento
CEDRO	Cooperativa de Trabalho
CEFFA CEA Rei Alberto I	Centro Familiar de Formação por Alternância Colégio Estadual Agrícola Rei Alberto I
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
DAP	Declaração de Aptidão
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAES	Instituto Nacional de Economia Social
INTA	Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária
INV	Instituto Nacional do Vinho
IPP	Informe Produtivo das Províncias
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia no Estado Rio de Janeiro
JFC	Comércio Varejista de Hortifruti

MAGPyA	Ministério de Agricultura, Ganadería, Pesca y Agroindústrias
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MFA	Multifuncionalidade da Agricultura
MFFP	Ministério da Fazenda e Finanças Públicas
MPM	Mercado de Productores de Mendoza
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Ministerio del Trabajo
NPTA	Núcleo de Pesquisa e Treinamento de Agricultores
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
ONU-BR	Organização das Nações Unidas - Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PESAGRO-RIO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Credito Fundiário
PROINDER	Projeto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Agropecuários
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROSPERAR	Programa de Crédito
PSA	Programa Social Agropecuário
REAF	Reunião Especializada para Agricultura Familiar
RENAF	Registro Nacional da Agricultura Familiar
SADR-NF	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do município de Nova Friburgo
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SAGPyA	Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Agroindústrias
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário

SEAPEC	SECRETARIA AGRICULTURA DO ERJ
SENASA	Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria
SIE	Selo de Inspeção Estadual
SIF	Sistema de Inspeção Federal
UNCuyo	Universidad Nacional de Cuyo
UPF	Unidades de Produção Familiar
UST	Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra UST

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Evolução da área de plantio de vinhedos na província de Mendoza no período de 1881-1900.	14
Quadro 2. Escolaridade dos agricultores entrevistados em Mendoza/AR (n=12).	23
Quadro 3. Distribuição dos agricultores de Mendoza/AR entrevistados, de acordo com o acesso à terra (continua).	23
Quadro 4. Calendário de principais alimentos e canais de comercialização, Mendoza/Argentina.	28
Quadro 5. Principais alimentos cultivados em horta por agricultores em Mendoza, Argentina.	30
Quadro 6. Alimentos minimamente processados dos Camponeses de Mendoza, Argentina.	33
Quadro 7. Redes de Comercialização que viabilizam venda dos alimentos de UST....	42
Quadro 8. Produção Agrícola de Nova Friburgo ano 2016.	62
Quadro 9. Escolaridade dos agricultores entrevistados em Nova Friburgo, RJ (n=12). 66	
Quadro 10. O quadro descreve as tipologias de agricultores familiares do distrito de Campo do Coelho, Nova Friburgo, RJ/BR.....	67
Quadro 11. Alimentos e canais de comercialização (continua).	68
Quadro 12. Estimativa empírica da comercialização dos agricultores entrevistados (n=12).	70
Quadro 13. Políticas públicas e apoio institucional que os agricultores entrevistados de Nova Friburgo tiveram acesso.	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Desenho de uma unidade de produção realizado durante entrevista.	11
Figura 2. Desenho de calendário anual de um agricultor entrevistado.....	12
Figura 3. Mapa da Província de Mendoza e seus departamentos.....	13
Figura 4. Campanhas que visam combater o mau uso da água potável.	16
Figura 5. Acequia em uma avenida de Mendoza (Avenida B. Mitre).....	17
Figura 6. Situação de Acequias em bairros distantes do micro centro de Mendoza.	17
Figura 7. Transtornos nas ruas de Mendoza devido chuva.	18
Figura 8. Ilustração dos Povos Huarpes Milcayac e as primeiras acequias.	18
Figura 9. Percurso da água em Mendoza, Argentina.....	19
Figura 10: Tumpugato, Mendoza, Oasis	20
Figura 11: Lavalles, Mendoza, tido como deserto (área ainda sem acequia)	21
Figura 12. Área com produção de hortaliças.....	31
Figura 13. Feira Campesina, Jocoli, Lavalles/Mendoza.	32
Figura 14. Alimentos comercializados na Feira das Mulheres Campesina da UST em Jocoli, Lavalles/Mendoza.	32
Figura 15. Produção de doces e legumes em conserva.	34
Figura 16. Vinho Artesanal Nyeleni.....	35
Figura 17. Produção de alfafa e fardo de feno produzido pelos agricultores.....	35
Figura 18. Tomate inteiro sem pele.....	37
Figura 19. Logomarcas das Redes de Comercialização.	42
Figura 20. Loja “El Almacén Andante” em Mendoza.	43
Figura 19. Tenda “El Almacén Andante” na UNCuyo.	44
Figura 21. Mercado de Productores de Mendoza.	44
Figura 22. Gôndola do Mercado de la Terminal, com produtos de agricultores vinculados a UST lado a lado de produtos de grandes empresas alimentícias.	45
Figura 23. Reunião de Organizações de Agricultores do Mercado Productores com Governo Chileno.	46
Figura 24. Reunião RAAF/SAF Mendoza.	47
Figura 25. Entrega de produtos da UST no Ponto de Promoção da RAAF na SAF/Mendoza.	47
Figura 26. Panfleto da rede Caracoles y Hormigas de Buenos Aires.....	48

Figura 27. Mapa interativo com áreas com pontos de entrega.	48
Figura 28. Mapa interativo com locais de entrega da Rede <i>Puente del Sur</i>	49
Figura 29. Puente del Sur em feira.	49
Figura 30. Mapa da Rede Comércio Justo do Litoral.	50
Figura 31. Encontro com produtores e parceiros da UST, San Martin, Mendoza.	51
Figura 32. Reunião de agricultores da UST e parceiros, para discutir a Feiras Camponesas	51
Figura 33. Mapa de localização de Nova Friburgo, Rio de Janeiro/Brasil.	52
Figura 34. Paisagem da Fazenda Morro do Queimado, feita pelo Pintor J. Steinmann, 1830.	53
Figura 35. Mapa dos terrenos agrícolas distribuídos pela coroa portuguesa aos colonos suíços que vieram para o Brasil no início do século XIX.	54
Figura 36. Comercialização em Barracão dos Mendes em 1957.	55
Figura 37. Feira em Barracão em 1957.	56
Figura 38. Circuito Tere-Fri RJ 130, Nova Friburgo/Brasil.	58
Figura 39. Mapa da divisão política em distritos do município de Nova Friburgo.	59
Figura 40. Relevo acidentado, ocupação agrícola e de moradia, Campo do Coelho. ...	60
Figura 41. Paisagem agrícola em Campo do Coelho, Nova Friburgo.	63
Figura 42. Visão geral do impacto da chuva de 12 de janeiro de 2011 que devastou diversos bairros de Nova Friburgo.	64
Figura 43. Produção de cebolinha que será destinada ao PNAE em Nova Friburgo, RJ.	71
Figura 44. Horta para consumo familiar, plantio de alho.	72
Figura 45. Horta para consumo familiar, temperos, tomates e Couve.	72
Figura 46. Agricultor na Feira de Olaria, Nova Friburgo, RJ.	74
Figura 47. Produtos orgânicos, Mercado em Nova Friburgo.	75
Figura 48. Produtor de Mel na 1ª Festa do Produtor Rural de Nova Friburgo.	76
Figura 49. Primeiro galpão de recepção de alimentos da Associação Serra Nova.	78
Figura 50. Segundo galpão de recepção de alimentos da Associação Serra Nova.	78
Figura 51. Terceiro galpão de recepção de alimentos da Associação Serra Nova.	79
Figura 52. Caminhão utilizado para entrega do PNAE pela Associação Serra Nova dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo.	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	2
2.1 A Agricultura Familiar e Agricultura Camponesa e suas Interfaces no Brasil e na Argentina	2
2.2 Mercados e as Alternativas de Comercialização da Agricultura Familiar.....	5
2.3 A Agroecologia como Episteme na Construção da Segurança e Soberania Alimentar.....	7
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
4.1 A Experiência em Mendoza, Argentina.....	13
4.1.1 Contextualizando a região de estudo Mendoza/AR: aspectos históricos, socioeconômicos e produtivos.....	13
4.1.2 A agricultura e a montanha: a relação das Cordilheiras dos Andes e produção agrícola em Mendoza/AR.....	16
4.1.3 Caracterização das famílias entrevistadas.....	21
4.1.4 O Campo, a luta pelo acesso à terra e a água.....	25
4.1.5 Organização da produção: As unidades produtivas e seus principais canais de Comercialização	26
4.1.6 As Organizações sociais e o papel desempenhado no desenvolvimento das famílias camponesas.....	36
4.1.7 Políticas Públicas para desenvolvimento produtivo e acesso a mercados	38
4.1.8 Mercados construídos e em construção	41
4.2 A Experiência em Nova Friburgo, Rio de Janeiro/Brasil	52
4.2.1 Caracterização de Nova Friburgo	52
4.2.2 Agricultura em ambiente de montanha: Terceiro Distrito, Nova Friburgo	58
4.2.3 Caracterização das famílias e o acesso à terra	65
4.2.4 Organização da Produção: as Unidades produtivas e os Principais canais de comercialização	68
4.2.5 Papel da organização social para o desenvolvimento das famílias.....	76
4.2.6 Políticas públicas para o desenvolvimento produtivo e acesso a mercados	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
7 ANEXO	94

1 INTRODUÇÃO

Desde a última década o Brasil tem se destacado na promoção de políticas e programas governamentais visando o fortalecimento da agricultura familiar, entre as quais está o fornecimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vem possibilitando que os agricultores acessem mercados, posto que um dos gargalos nas unidades de produção está no escoamento dos alimentos.

No âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), um marco a partir de 2004 foi à criação da Reunião Especializada para Agricultura Familiar (REAF), concebida como um espaço de diálogo regional voltado para a construção conjunta de políticas, a fim de cobrir o vácuo institucional que existia em relação à negociação regional dos temas da agricultura familiar, bem como para desenvolver políticas públicas e facilitar o comércio de produtos. Além disso, discutir uma agenda de ações de fomento à segurança e soberania alimentar e nutricional.

Diante dessa perspectiva de promoção do desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, este trabalho buscou responder como os agricultores percebem as políticas e programas de fortalecimento da comercialização e de acesso a mercados. A pesquisa foi realizada no Brasil e na Argentina considerando principalmente os mercados institucionais que são marcos importante no debate e nas trocas de experiências entre os países.

Embora o Brasil seja pioneiro nessas políticas de promoção do acesso dos agricultores aos mercados institucionais, trata-se ainda de um processo em implantação, mas já compreendido como uma experiência exitosa que tem contribuído para que outros países possam observar e refletir sobre propostas que abarquem o desenvolvimento rural por meio da agricultura familiar.

Nesse contexto, o objetivo geral dessa pesquisa foi verificar as estratégias de comercialização desenvolvidas por agricultores familiares em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil e agricultores camponeses em Mendoza, Argentina. Ambos os países possuem suas particularidades, com características culturais, políticas e econômicas específicas, que orientam o debate e ajudam a delimitar os conceitos e os formatos das ações para o desenvolvimento rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Agricultura Familiar e Agricultura Camponesa e suas Interfaces no Brasil e na Argentina

Este tópico tem por objetivo refletir acerca dos processos de construção de conceitos da Agricultura Familiar no Brasil e abordagem da Agricultura Camponesa na Argentina, pois, conforme Manzanal e Schneider (2010) há um desconhecimento entre os formuladores de políticas, e mesmo entre muitos da academia, sobre a diversidade das populações rurais e de seus sistemas de produção, embora haja características em comum que estão relacionadas a processos históricos de formação nacional e ocupação territorial.

Esses autores também abordam a necessidade de realizar estudos comparados de forma mais profunda, principalmente no que tange os aspectos sociais e econômicos que ocorrem no campo dos dois países. Contudo, na análise que apresentam utilizam o termo “agricultura familiar”, por considerarem ser este o que abarca melhor a diversidade existente no campo.

As definições de categorias de agricultura e agricultores, e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o meio rural, não ocorreram de forma isolada na América Latina. A construção do conceito de Agricultura Familiar nos países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a fim de estreitar as estratégias comerciais entre seus membros é importante, posto que, este é um espaço de influências e definições em relação as formulações de políticas públicas que atendam aos povos do campo. Diante disso, se faz necessário que os países membros sejam consensuais na construção de uma categoria de agricultura que abarque suas demandas.

No entanto, a construção de uma delimitação da agricultura familiar que atenda ao MERCOSUL é uma tarefa árdua, uma vez que associa todas as especificidades dos conceitos e definições; as características dos territórios camponeses; as particularidades de cada país; as múltiplas identidades presentes na América Latina; e os *modus vivendi* e *operandi* dos atores.

O debate e desenvolvimento de processos que visam a consolidação da temática acerca da Agricultura Familiar e políticas destinada a este grupo na América Latina, segundo Sabourin et al. (2014) aponta dois fatores que se entrecruzam nos processos de desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas para este público: liberalização do mercado (com os consequentes efeitos negativos para certas categorias de agricultores); e a democratização da vida política.

Na Argentina para Arach et al. (2010) a discussão deve passar pela compreensão de que a agricultura familiar está associada a conceitos de outros sujeitos do campo, tais como: camponeses, pequenos agricultores, colonos, entre outros. Para além da construção de conceitos, há necessidade de visualizar o território em que se encontram e o caracterizam, suas estratégias de produção e como esta é visualizada no setor agrícola local e nacional, podendo ampliar a percepção das políticas projetadas para este público.

Para Nogueira (2013), na Argentina, a atribuição de categorias de agricultores tem sido estabelecida como um tema de política pública, mas há de se realizar a reflexão das dificuldades a serem enfrentadas na construção da agricultura familiar como um agente ativo do desenvolvimento rural, a se considerar a diversidade regional assim como suas questões sociais e produtivas, ainda mais diante do sistema agrário vigente.

De acordo com Zimmermann et al. (2014) a construção consensual do termo agricultura familiar é uma tentativa de desenvolver políticas que beneficiem os agricultores latino-americanos, no entanto, o grande desafio está no reconhecimento desta categoria política. A autora relata que nesse cenário observam-se dois movimentos para avançar no fortalecimento da categoria: um que já tem se evidenciado nas políticas públicas na maioria dos países da América Latina, e o outro de contestação, em países como a Venezuela e Bolívia, que reclamam

o reconhecimento das categoriais campesino, indígena e comunitário, com o intuito de respeitar as particularidades de seus agricultores.

Segundo Schneider e Nierdele (2008, p. 990) e Costa (2011) o termo agricultura familiar era praticamente inexistente na década de 1990, e os agricultores eram caracterizados como: pequeno agricultor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. Os autores destacam que o Brasil passava por momento de abertura comercial, ausência de crédito agrícola e queda dos preços de produtos para exportação. Estas foram questões relevantes para que as organizações do campo, sindicatos e movimentos sociais, assimilassem o termo como uma categoria-síntese para um conjunto de categorias existentes, como: assentados da reforma agrária, arrendatários, parceiros, integrados a indústria.

Para Delgado (2012) a agricultura familiar substituiu as outras categorias existentes pelos seguintes motivos:

(1) a perda da relevância política dos assalariados rurais; (2) a maior complexidade social e política dos pequenos agricultores; (3) a progressiva decepção com a modernização da agricultura e sua incapacidade de atender as demandas desses agricultores e; (4) a intensificação da reflexão intelectual e do debate sobre a permanência, o significado e a importância econômica e social da agricultura familiar para o desenvolvimento rural mais democrático e inclusivo (DELGADO, 2012, p. 101).

Schneider e Nierdele (2008) destacam ainda que a academia desempenhou um papel na reflexão, o que contribuiu para a afirmação do conceito e definição de categoria na década de 1990, que “foi um período de efervescência fértil e estimulante com vários estudos e pesquisas que contribuíram para a afirmação e reconhecimento da agricultura familiar na academia” (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p. 991).

É importante destacar que houve uma assimilação do conceito de agricultura familiar pelas organizações do campo, em destaque para a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais), provocando uma mobilização na produção de novas pesquisas sobre essa temática e pressão sobre o Estado para a legitimação desta categoria. Esse movimento buscava garantir políticas públicas que assegurassem a permanência do homem no campo. A proposta era que os agricultores descapitalizados tivessem condições dignas de sobrevivência, a partir do acesso a financiamentos governamentais e a novos mercados.

Schneider (2001) destaca que essa mobilização, foi uma estratégia para pressionar o Estado a solidificar o conceito de “agricultura familiar” como categoria social, reconhecendo que este público precisava ter políticas específicas, diferenciadas e com maior apoio institucional. A partir desse panorama é que as demandas das organizações sociais do campo passaram a ser atendidas e, em 1996, tem-se um marco histórico importante, quando foi regulamentado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com Gazolla e Schneider (2013), o PRONAF foi um marco, e surgiu como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, além de servir como base para outras políticas e programas com intuito de relacionar as ações governamentais para o público em questão. No entanto, para ele ser efetivo, precisava considerar as questões regionais, as múltiplas identidades existentes no campo, os territórios e as culturas existentes, ao mesmo tempo em que para universalizar o acesso ao crédito houve necessidade de estipular características que balizaram a aplicabilidade da Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006).

Assim, a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Neste dispositivo legal o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural são aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo, IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006)

A categoria agricultura familiar abarca outras categorias, que estão relacionadas aos povos do campo, das águas e das florestas, a fim de viabilizar o acesso a políticas públicas. Junto a essas categorias tem-se ressignificado o camponês, que embora abordada dentro do contexto da agricultura familiar, possui traços que os diferenciam, demandando, conforme colocam Schneider e Nierdele (2008: 992), a distinção entre as categorias, pois o modo de existência e a forma de reprodução obedecem a características socioculturais e racionalidade econômica que não são análogas. Os autores apontam que:

Embora mantenham semelhanças entre si, como propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho familiar na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentados em relações a parentescos, entre outros, o traço fundamental que distingue os agricultores familiares de camponeses assentados no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho (SCNHEIDER; NIERDELE; 2008, p. 994),

As diferenças entre as categorias estão mais voltadas para um fundo político e ideológico, não visando um total distanciamento, mas também identificam transformações, a manutenção de características e superação de outras tendo em consideração os espaços em que se reproduzem.

Barbetta, Domínguez e Sabatian (2013) descrevem o campesinato na Argentina, não como uma categoria, mas como um agrupamento social envolto em um reconhecimento identitário, nesse caso conjugando com parte dos povos originários. Esse agrupamento apoia o autorreconhecimento que tem vindo atrelado a lutas por terra, e por uma crescente mobilização no entorno de organizações que assumem a luta campesina como pauta. Os autores destacam que a invisibilidade dos camponeses na Argentina está demarcada por dois aspectos: 1) característica agroexportadora do país e 2) transformações sociais e produtivas; que ao perceber a agricultura do país a partir da região dos Pampas, em que emergem famílias capitalizadas, estabelece um estereótipo geral da estrutura social e agrária da Argentina, que embota outros contextos socioprodutivos.

Dominguez (2012), também aborda o fortalecimento do debate do campesinato na Argentina decorrente da mobilização social, levando a reflexão e elaboração que o campesinato será o elo para resolver os desafios postos no sistema agrário, nas formas de controle e a apropriação dos bens da natureza.

No Brasil e na Argentina o processo de ressignificação do camponês vem atrelado às lutas pela terra e a não dependência de mercados para a sua manutenção. Há muita produção voltada para o autoconsumo, o que Ploeg (2015) classifica como parte da condição camponesa, denominando-a como coprodução decorrente do encontro entre o social e o material. Ou seja, existe a articulação com mercado para venda de parte da produção agrícola, e uma outra parte é destinada ao consumo familiar ou pode ser utilizada para retroalimentar o próximo ciclo de

produção da unidade familiar. Essa relação entre o social e o material possibilita avançar no debate para o desenvolvimento da agroecologia e segurança alimentar.

Junto ao debate teórico da recampanização Ploeg (2015) descreve que os agricultores diversificam suas atividades a partir de alternativas, dentre elas a pluriatividade, que para Carneiro (1992), Piskulich e Caiero (2013), são atividades complementares combinadas com produção não-agrícola, a depender das estratégias de reprodução das famílias e das características do território em que estão inseridas.

Outra expressão que abarca tanto os conceitos de agricultura familiar e campesinato, na ideia de pluriatividade, se expressa na noção de Multifuncionalidade da Agricultura Familiar (MFA) do ponto de vista da promoção de políticas públicas voltadas a promoção de modelos socioambientalmente sustentáveis e que valorizem o capital cultural (BONNAL, et al., 2008, p. 187). Ainda de acordo com os autores, a noção de MFA no cenário brasileiro é utilizada como ferramenta para analisar questões agrárias, e apresenta quatro funções: (1) reprodução socioeconômica das famílias rurais; (2) promoção da segurança alimentar das famílias camponesas e da sociedade em geral; (3) manutenção do tecido sociocultural; e (4) conservação dos recursos naturais e da paisagem.

Nesse sentido, a convergência conceitual entre as formas de agricultura praticadas no Brasil e na Argentina se aproximam, embora seja preciso considerar as especificidades territoriais, as identidades e as culturas na proposição de políticas públicas para essas “categorizações”.

2.2 Mercados e as Alternativas de Comercialização da Agricultura Familiar

As especiarias foram responsáveis pela implantação das primeiras redes comerciais globais (STANDAGE, 2010. p.114). Eram itens valiosos pelos quais se pagavam impostos designados pela Tarifa de Alexandria¹, constituindo assim mercadorias importadas com valores exorbitantes que eram consumidas pelos nobres mais abastados.

Standage (2010). em seu livro “Uma História Comestível da Humanidade”, diz que:

[...] os alimentos fizeram mais do que simplesmente proporcionar sustento; eles agiram como catalisadores da transformação e da organização social, da concorrência geopolítica, do desenvolvimento industrial, do conflito militar e da expansão econômica” (STANDAGE, 2010. p.7).

Com a expansão marítima e a comercialização dos alimentos, o mesmo autor descreve que havia discordâncias sobre a necessidade de transportar alimentos de longas distâncias, destacando as ideias de Plínio O Velho, sob o comércio da pimenta em Roma no século I, que era tida por este como uma frivolidade, e sem necessidade de transporte de longas distâncias.

O autor parte das críticas de Plínio O Velho para abordar sobre a movimentos como os *Locavores*, que discutem a necessidade social, ambiental e econômica de fortalecer os agricultores e mercados locais, com comida local, eliminando as longas distâncias e possibilitando que as pessoas conheçam a origem dos seus alimentos.

Entre a época do Plínio O Velho, até os movimentos de *locavores* ocorreram muitas mudanças nos sistemas de abastecimento dos alimentos o que ocasiona inúmeros debates e reflexões que vai desde a produção até chegar ao consumidor. Wilkson (2008, p.126) indica que as transformações nos sistemas agroalimentares, em decorrência da modernização e transnacionalização do varejo na forma dos super e hipermercados, e com estes substituindo as

¹Documento Romano do Século V com uma lista de 54 itens sob o título de *species pertinentes ad vectigal* que significava literalmente: “tipos de coisas sujeita as taxas” (STANDAGE, 2010. p.77).

pequenas lojas locais, e passando a exigir da agricultura uma produção em escala para atender à esta demanda, o autor aponta que com esse processo a agricultura familiar nem sempre consegue estar integrada, fica deslocada deste sistema logístico exigido para abastecer os centros de comercialização.

A liberalização e globalização dos mercados impulsionam e modificam as formas e relações de produção, assim como a comercialização de alimentos:

[...] a questão do abastecimento de uma população cada vez mais numerosa e urbanizada, com exigências crescentes tanto sobre a qualidade nutricional como sobre a disponibilidade, evidenciam a relevância das reflexões sobre as estratégias alimentares e os modelos de abastecimento das sociedades no século XXI (SCHNEIDER et al., 2016, p. 13).

Historicamente a (re)localização de alimentos oportunizou o acesso aos mais variados tipos, porém, atualmente há um acirramento das discussões acerca de padrões de consumo no mundo moderno. Conforme afirma Poulani (2013), esse contexto de mundialização dos alimentos é perceptível quando nos supermercados surge a “prateleira exótica”, tornando alimentos de outras culturas possíveis de serem consumidos de forma recorrente em quase todo o lugar do planeta.

Um dos fatores que possibilitou esse trânsito de alimentos, a qualquer tempo e estação, foi a revolução verde descrita por Meirelles (2004, p.11), como um “modelo tecnológico baseado no cultivo de variedades genéticas de alta produtividade, na mecanização e utilização de insumos químico-sintéticos e recursos não renováveis de energia”, determinou o acirramento do processo de erosão genética da agricultura, com desaparecimento de muitos alimentos outrora tradicionais em determinadas culturas, outrora conhecidos ou inseridos em culturas alimentares, que já não existem mais.

Para além da produção de alimentos, ou ao acesso a estes, se faz necessário à organização das formas de comercialização que não estejam articuladas com as redes varejistas de alimentos, posto que, conforme coloca Meirelles (2004), a forte concentração dessas redes deixa os canais de distribuição distantes entre si, e ainda desestruturam os processos locais de abastecimento. Isso determina uma menor diversidade na dieta alimentar e, por conta dessas ações, uma parcela de agricultores familiares tem suas estratégias de comercialização subordinadas a essas grandes redes de supermercados e canais de exportação.

O acesso a mercados pela agricultura familiar camponesa apresenta como dificuldade a necessidade de coadunar no sistema produtivo, a unidade doméstica e a unidade de produção, qual seja produção para autoconsumo e produção para comercialização, posto suas distintas escalas de produção e diversificação e, conseqüentemente, também suas estratégias de organização. Notadamente no que tange aos mercados, há necessidade não só de enfrentamento dos desafios impostos nas trocas capitalistas, como também de dialogar com o Estado mediante os novos instrumentos de políticas públicas (SABOURIN, 2014, p.22).

Em meio a esse contexto de globalização dos alimentos e das estratégias de comercialização, Schneider et al. (2016), relatam que iniciativas, práticas e experiências pioneiras existem e são reconhecidas e legitimadas no contexto, tanto da sociedade civil, incluindo as organizações de agricultores familiares, como das esferas governamentais, o que possibilita ampliar a produção em tamanho e escala visando tanto o consumo como a produção de alimentos saudáveis:

Em fase desse contexto, o poder público, por meio de políticas e programas de compras institucionais, vem despertando para o potencial dos alimentos e da alimentação como elo de conexão entre saúde pública, meio ambiente e desenvolvimento social equitativo e sustentável (SCHNEIDER et al., 2016, p. 13).

Essas estratégias indicam a necessidade de novos rumos para sistemas de produção sustentáveis, além de tecer novas perspectivas de organização do sistema agroalimentar com mercados e políticas públicas que impulsionem outras estratégias de produção e de comercialização, em que a questão principal é destacada por Schmidt (2011).

O que está em questão é a construção social de mercados, arranjos institucionais e instrumentos de política pública capazes de viabilizar novas formas de produção, consumo e de apropriação do espaço rural que possam garantir a renovação, ao longo das gerações, dos processos ecológicos que sustentam essas atividades. (SCHMIDT, 2011.p.7)

De acordo com Scarabelot e Schneider (2012, p.119) a conexão com outras formas de mercados também se dá por meio das redes de conhecimento e programas institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo novas possibilidades de mercados. Os mercados públicos também são instrumentos que “oferecem um amparo jurídico e protegem o produto da agricultura familiar ou da economia solidária da concorrência desigual do mercado de troca capitalista” (SABOURIN, 2014, p.23).

Neste sentido é que a construção de mercados se consolida como um movimento também de resistência e, que apresenta como fundamento a proximidade entre agricultores e consumidores, caracterizando circuitos curtos de comercialização tais como redes de comércio justo, redes sociotécnicas, feiras livres dentre outras. Nestas esferas “as relações de confiança entre consumidor e produtor alicerçam as trocas mercantis e os pequenos negócios, que envolvem uma produção artesanal, “colonial” e diferenciada, as redes que se formam e o alinhamento a valores do mundo doméstico frente à disputa com o sistema convencional” (SCHNEIDER, 2015, p.68).

É com a resistência existente no campo com a construção de mercados na perspectiva agroecológica, que tem como fundamento a aproximação entre agricultores e consumidores, possibilitados a partir de circuitos curtos de comercialização, que se valoriza a cultura alimentar, além de facilitar o acesso a alimentos saudáveis. É neste sentido que a pesquisa buscou identificar e discutir o estreitamento de relações entre agricultores- consumidores, e entre próprios agricultores, assim como a percepção do seu espaço de forma mais ampla, o que os levam a ter um (re) conhecimento do seu espaço enquanto território. E o quanto esta ação local, territorial é importante para avançar em um abastecimento de alimentos saudáveis, promoção da agroecologia e na soberania e segurança alimentar.

2.3 A Agroecologia como Epistema na Construção da Segurança e Soberania Alimentar

O processo de modernização da agricultura alavancado no contexto da denominada Revolução Verde provocou mudanças nos processos produtivos a partir do desenvolvimento e introdução de tecnologias com discurso de aumentar a produtividade, e dessa forma, garantir maior produção de alimentos com preços mais baixos e estáveis para atender a demanda crescente por alimentos no mundo.

Se por um lado a Revolução Verde possibilitou o aumento da produtividade e incremento da área plantada, possibilitando geração de empregos e aumento da renda oriunda da agricultura (PAULILLO; PESSANHA, 2009), por outro lado, verificou-se o acirramento de contrastes sociais no campo, sem que a maior oferta de alimentos se represente na redução do problema da fome.

O pacote tecnológico disseminado fomentou um rompimento da autonomia de produção da agricultura familiar, desde a aquisição de insumos à comercialização, à medida que a

produção diversificada perdeu espaço para o monocultivo. Como resultante desse processo muitas famílias agricultoras tornaram-se refém de intermediários, com impactos significativos na sustentabilidade de seus sistemas de produção, então mais sensíveis a qualquer variação, quer seja de aspectos climáticos ou de oscilação de preços no mercado.

Segundo Mazoyer (2010), muitos agricultores foram empobrecidos e sofreram consequências desse processo como: poluições, concentração excessiva das produções provocando abandonos de regiões inteiras e, degradação ambiental. Por sua vez, conforme Moura et al. (2017), como contraponto a esse processo fortemente dependente de combustíveis fósseis não renováveis e de uso abusivo de insumos industrializados, dissipação do conhecimento tradicional e deterioração da base social de produção de alimentos, a agroecologia tem se apresentado como alternativa, propondo uma agricultura integrada ao meio ambiente.

De acordo com Ndiaye (2016), a produção agroecológica procura manter, recuperar e restaurar os recursos naturais através de manejos agrícolas adequados, estabelecidos de acordo com cada ambiente e respeitando perfil e realidades culturais e edafoclimáticas de cada região. Nesse sentido, sistemas de produção agroecológicos caracterizam-se pela utilização de tecnologias “amigáveis” em relação ao ambiente, de forma a provocar pequenas alterações nas condições de equilíbrio entre os organismos participantes no processo de produção, bem como do ambiente.

A agroecologia tem ainda papel fundamental na segurança e soberania alimentar, posto serem questões importantes não só do ponto de vista da quantidade de alimentos, mas também da diversidade, com repercussão nas etapas de produção e distribuição, interligando agricultores e consumidores.

Essa variedade de aspectos e nuances que relacionados à agroecologia traz aqui a importância da apresentação de algumas abordagens conceituais de agroecologia que auxiliaram as análises da pesquisa desenvolvida.

Wezel (2009) apresenta a agroecologia com significados que definem esta como ciência, movimento e prática, levando em consideração o tempo e a cultura no debate da agroecologia. No caso da América Latina, o autor indica que o termo surge na década de 1990, utilizado para expressar uma nova maneira de considerar a agricultura e suas relações com a sociedade. Destaca que no Brasil a concepção tem como base, muito mais a compreensão como movimento e/ou prática agrícola tradicionais que na ciência, no entanto, chama atenção que esta é utilizada quando há necessidade de corroborar quando se fala de desenvolvimento sustentável, soberania alimentar, além da conservação dos recursos naturais e da agrobiodiversidade.

No sentido da agroecologia como movimento e práticas sistematizadas a partir dos conhecimentos tradicionais, o conceito dialoga com a perspectiva de que com ela é possível avançar com mudanças no sistema alimentar a partir da produção de alimentos saudáveis, tendo em vista que seu conceito vai além de aspectos ecológicos, abrangendo também aspectos econômicos e sociais.

Para Petersen (2013, p. 95) a agroecologia não pode ser reduzida a um novo paradigma científico-tecnológico das ciências agrárias, posto que requer uma mudança social, oriunda dos atores sociais que atuam na contracorrente dos modelos produtivos caracterizados pela expropriação do modo de vida e (re)produção dos agricultores.

De acordo com Altieri (2012, p. 15) a agroecologia é a base técnica, científica e metodológica para a revolução dos sistemas agrícolas em todo o mundo, posto que sistemas de produção de base agroecológica são diversificados; apresentam capacidade de adaptação as variações ambientais (em virtude da diversidade); “eficientes do ponto de vista energético; socialmente justos; e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar”.

Altieri (2012, p.363) descreve ainda cinco justificativas para o fortalecimento de uma agricultura familiar norteada por princípios ecológicos: (1) é fundamental para a segurança alimentar mundial; (2) apresenta maior potencial produtivo e conserva mais recursos ecológicos; (3) sua base diversificada representa modelo de sustentabilidade; (4) apresenta maior agrobiodiversidade; e (5) apresentam resiliência as mudanças climáticas. Por fim enfatiza a importância do conceito de soberania alimentar utilizado pelos movimentos sociais do campo:

Os movimentos sociais do campo adotam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa à abordagem neoliberal que aposta num comércio internacional injusto como forma de resolver o problema da fome mundial. Em vez disso, o conceito de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, sementes e água, focando na autonomia, nos mercados locais e circuitos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica e nas redes de agricultor a agricultor. (ALTIERI 2012, p. 366)

Para os movimentos sociais, a Soberania Alimentar é a base para que as comunidades consigam discutir sua autonomia de produção e organização. Para o Movimento Internacional Camponês, a Via Campesina, soberania alimentar é:

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades (VIA CAMPESINA, 2002)

Movimentos da Via Campesina, tais como Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, a União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (UST), na Argentina, são exemplos de organizações sociais que tem a agroecologia como bandeira para impulsionar a produção de alimentos saudáveis. Nessa perspectiva pensam as comunidades com autonomia nos processos de gestão da produção e do abastecimento alimentar, possibilitando que consumidores dos centros urbanos também tenham acesso a alimentos livres de agrotóxicos e outros produtos nocivos à saúde humana e do ambiente em geral, utilizados pela agricultura dita “moderna”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa ocorreu em duas localidades distintas, sendo uma na Província de Mendoza, localizada na parte oeste da Argentina e a outra em Nova Friburgo na Região Serrana, no Estado do Rio de Janeiro, sudeste do Brasil.

A base metodológica empregada teve caráter qualitativo, o que oportunizou uma maior proximidade com os atores e sujeitos territoriais. Segundo Godoy (1995b) a abordagem qualitativa é uma análise integrada de diversas fontes, trazendo o entendimento de pessoas nela envolvidas. Como exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada permitindo que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor um trabalho que explore novos enfoques ao longo da sua execução.

Em convergência com essa abordagem adotou-se o estudo de caso, que segundo a autora supracitada possibilita realizar análise profunda, visando o detalhamento de um ambiente, em particular. Dentre os procedimentos técnicos estão: as entrevistas; a observação participante e não-participante; a análise de documentos e, quando necessárias, medidas estatísticas.

A análise de dados secundários foi realizada a partir de pesquisa documental e bibliográfica, por meio de artigos, relatórios de pesquisa, dissertações, teses e páginas de internet governamentais. As informações primárias foram coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas, da participação em encontros de agricultores e agricultoras, de seminários, de reuniões com gestores locais, de encontros de articulação entre as organizações sociais e, de visita a espaços de comercialização (atacado e varejo).

No sentido de respeitar os espaços e as dinâmicas dos agricultores, as entrevistas foram realizadas em locais oportunos para estes e, nesse sentido, a maioria foi realizada na residência do entrevistado, estas foram gravadas e posteriormente sistematizadas. De acordo com Duarte (2009) quando a entrevista é realizada na residência ou local em que o entrevistado se sinta bem, esta flui mais tranquilamente, possibilitando conhecer os espaços produtivos e as culturas agrícolas por eles desenvolvidas.

Desta forma, Verdejo (2006:28) também atribui como fator importante a seleção do lugar, assim como a definição do momento de realizar a entrevista, dando preferência ao ambiente familiar, ressaltando a importância de que a atividade não atrapalhe seriamente o trabalho do entrevistado.

O mesmo autor aborda ainda o que ele denomina de “a arte de perguntar”, quando coloca que não se trata de um interrogatório e que as entrevistas não devem ser um momento impositivo, mas sim de troca de experiências em que a apreensão de conhecimento seja realizada com respeito: o saber ouvir com atenção.

As entrevistas foram realizadas no período de setembro a novembro de 2016 na província de Mendoza e, no período de abril a junho de 2017 no município de Nova Friburgo.

No sentido de organizar as informações coletadas e definir a amostragem das entrevistas, usou-se o método de saturação, descrito por Fontanella et al. (2008, p.17), como uma ferramenta que estabelece ou fecha o tamanho de uma amostra de estudos, ao interromper a inserção de novos participantes quando houver repetições sucessivas da mesma resposta, posto que novas entrevistas pouco acrescentariam ao aperfeiçoamento das reflexões teóricas.

A autora em questão ressalta ainda a importância de o pesquisador delimitar o ponto de saturação, podendo ser com questões-chaves no questionário aplicado, realizando análises prévias que o ajude a verificar a saturação das informações coletadas de acordo com objetivo da pesquisa.

Tendo em vista as questões colocadas aos entrevistados, que refletem os objetivos da pesquisa, essa análise preliminar busca o momento em que substancialmente pouco aparece de novo, considerando cada um dos tópicos abordados (ou identificados durante a análise) e o conjunto dos entrevistados (FONTANELLA et al., 2008, p.20).

A questão chave do questionário utilizado na pesquisa (Anexo I) foi sobre as estratégias de comercialização realizadas pelos agricultores. Além disso, buscou-se compreender o contexto da unidade produtiva, a sua forma de organização de plantio, e os aspectos que interferem nas tomadas de decisão para realizarem a comercialização.

Com intuito de ampliar a visão sobre os sistemas de produção, com auxílio dos agricultores foram realizados desenhos das unidades produtivas (Figura 1). Em seguida foram realizadas caminhadas que complementaram informações para que, conforme indicam Geilfus (2002, p.65) e Verdejo (2006, p.48), no caminhar fosse possível obter informações sobre diversos aspectos de influência, seja na comunidade ou na unidade de produção familiar, tais como a topografia, as áreas de uso e recursos diferentes, quando então foi possível estimular que o agricultor expressasse ainda mais as potencialidades do seu lugar.

As caminhadas também tornaram visíveis alguns recursos relevantes para a pesquisa, inicialmente não destacados pelo agricultor, como por exemplo a identificação de plantios não destinados aos mercados, mas sim ao consumo familiar, ou seja, de grande importância para a segurança alimentar das famílias.



Figura 1. Desenho de uma unidade de produção realizado durante entrevista.

Fonte: Pesquisa de campo.

Com o intuito de compreender a organização da produção de alimentos, levando em consideração as estratégias de cada família e as estações do ano, foi então organizado com os agricultores um calendário anual de seus cultivos (Figura 2), identificando: épocas de plantio e colheita; formas de armazenamento; e possíveis destinos da produção, consumo da família e/ou mercados, sendo que nesse caso especificando os canais de comercialização utilizados.

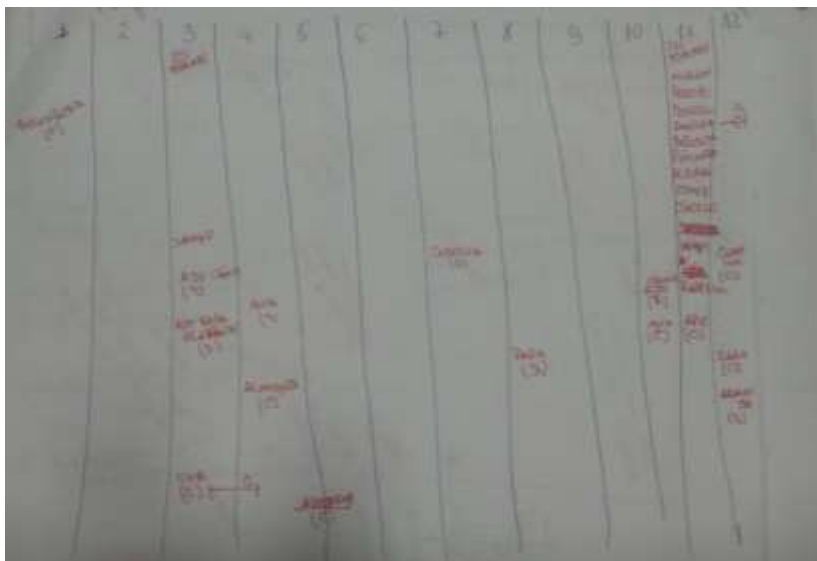


Figura 2. Desenho de calendário anual de um agricultor entrevistado.

Fonte: Pesquisa de Campo.

A técnica de calendários é descrita por Geilfus (2002, p.101) e Verdejo (2006, p.37), como uma atividade útil para ilustrar as relações entre as diferentes atividades *vis a vis* as mudanças sazonais dos momentos em que ocorrem, permitindo analisar todos os aspectos relacionados no decorrer do tempo. Podem ser realizados como uma atividade habitual ou através de processos mais longos, como o caso de calendários com histórico de ocupação e organização da unidade de produção da família, ou mesmo de forma mais ampla abrangendo a comunidade. Assim é possível revisar as estratégias produtivas e se estas estão no tempo adequado, de forma a possibilitar projetar intervenções e ações mais apropriadas.

Com essas duas ferramentas foi possível identificar quais eram as estratégias para comercialização dos produtos *in natura*, fossem estas de forma individual, realizadas em parcerias com outros agricultores, ou por meio das organizações como associações ou cooperativas que estão inseridos. Com os calendários foi possível realizar reflexão com os agricultores, desde a organização da unidade de produção até os mecanismos de comercialização, e embora as dificuldades de realizar sistematização foram apresentadas pelos agricultores, e por meio da sistematização simples, perceberam os meses mais críticos, os que estão com uma baixa produção e/ou comercialização de determinado produto, e implicações para tal, estão tanto remetidas ao clima quanto a baixa diversidade produtiva.

Destaca-se que foram realizadas doze entrevistas tanto em Mendoza (Argentina), como em Nova Friburgo (Brasil). Em ambos os casos para as coletas iniciais partiu-se do contato inicial com entidades de organização social dos agricultores, sendo na Argentina: Cooperativa Tierra Campesina e Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra – UST; e no Brasil: Associação Serra Nova de Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo (ASNTR-NF), e Cooperativa de Mulheres Rural Legal.

Também foram realizadas entrevistas com técnicos de órgãos governamentais de assessoria técnica nos dois países, com intuito de verificar dados de produção e comercialização nas regiões de estudo. Outra ferramenta utilizada foi o Diário de Campo, que facilitou a sistematização e compreensão das realidades investigadas na pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Experiência em Mendoza, Argentina

4.1.1 Contextualizando a região de estudo Mendoza/AR: aspectos históricos, socioeconômicos e produtivos

A província de Mendoza, localizada na região centro-oeste da Argentina e fronteira com o Chile, é onde localiza-se o monte Aconcágua, situado na Cordilheira dos Andes e pico mais alto das Américas. A província está dividida em 18 departamentos: Mendoza (Capital), General Alvear, Godoy Cruz, Guaymallén, Junín, La Paz, Las Heras, Lavalle, Luján de Cuyo, Maipú, Malargüe, Rivadavia, San Carlos, San Martín, San Rafael, Santa Rosa, Tunuyán y Tupungato. (Figura 3). No contexto nacional argentino Mendoza é a sétima maior província em área territorial, com um território de 148.827 km² e a quarta em contingente populacional, com 1.741.610 habitantes.



Figura 3. Mapa da Província de Mendoza e seus departamentos.

Fonte: (RESPUESTAS.TIPS, 2017)

O percurso histórico de ocupação do território mendocino, desde a colonização espanhola, iniciou com a fundação da província no ano de 1561. Porém, antes desta data já estavam presentes no território, populações indígenas organizadas as margens das lagoas e rios, como a Lagoa de Huanacache, onde está o atual departamento de Lavalle, e os rios Mendoza, Tunuyán, Diamante e Atuel. De acordo com Zamudio (2016), nesse período os povos indígenas que habitavam a província eram os Huarpes Milcayac ao norte, e os Pehuenches ao sul, populações estas que possuíam características bem distintas de organização e manutenção de seu território, em que os primeiros tinham a agricultura como prática bem desenvolvida, enquanto que os outros tinham a caça como atividade principal.

Com o ideário de progresso e civilização dos imigrantes europeus, o processo de colonização praticamente levou à extinção dos povos indígenas ou foram relegadas as áreas mais áridas, na medida em que representavam atraso para o território, Martin et al. (2010:161) descrevem que o progresso associado a desenvolvimento foi internalizado por intelectuais e por setores da população, no entanto iniciou-se com as ideias “*Sarmientinas*”² de progresso e civilização tendo em vista a expectativa de atrair imigrantes europeus para que pudessem desenvolver o oásis mendocino como uma região vinícola adaptada ao mercado nacional.

A especialização econômica por meio da agricultura e da imigração europeia para a Argentina, são abordadas por Richard-Jorba em seu artigo “*¿Echar raíces o hacer la América? Un panorama de la inmigración europea hacia la región vitivinícola argentina y algunos itinerarios económicos en la provincia de Mendoza, 1850-1914*”, em que aporta ao processo migratório um destaque, quando descreve que a

[...] imigração europeia desempenhou um papel fundamental na modernização da economia regional de Mendoza, nas suas transformações, na construção de uma nova paisagem – vitivinícola, e nas mudanças sociais que marcaram profundamente o mundo do trabalho e modificaram estruturas antigas, ampliando os estratos médios da sociedade (RICHARD-JORBA, 2004, p.1)

Acreditava-se que a chegada dos imigrantes europeus aportaria produtividade, qualidade e mão de obra especializada para alavancar principalmente o complexo agroindustrial vinícola, tendo como foco ascender ao mercado de alto nível, visando à exportação. Algumas questões eram centrais, como a mobilidade, seja da produção ou da mão de obra, fosse nativa ou de imigrante europeu, apresentando-se a construção de estradas ferroviárias como uma necessidade para avançar nas fronteiras internas e facilitar também a implementação das vias de exportação.

De acordo com Richard-Jorba (2004, p.4), a expansão agrícola ocorreu a partir de 1885 (Quadro 1), e acontecimentos que favoreceram esse processo foram: 1) o aumento de imigrantes europeus de países com tradição vinícola; 2) a isenção de impostos³ aportada pelo governo no período de 1881 até 1891, favorecendo aos que implantassem vinhedos, olivais e nogueiras; e 3) a implantação e funcionamento da ferrovia que possibilitou ampliar a comercialização para o mercado interno, que determinou um expressivo aumento na demanda por uvas e vinho.

Quadro 1. Evolução da área de plantio de vinhedos na província de Mendoza no período de 1881-1900.

Período	ha
1881-1885	174
1886- 1890	4.462
1891-1895	7.248
1896-1900	5.946

Fonte: Elaborado a partir de Richard-Jorba (2004).

² O artigo de Martin et al (2010), é importante para quem deseja se aprofundar e conhecer as ideias Sarmientinas “*Domar el agua para gobernar. Concepciones socio-políticas sobre la naturaleza y la sociedad en contextos de consolidación del Estado provincial mendocino hacia finales del siglo XIX y principios del XX*”.

³ A isenção inicial era de 10 anos, mas uma legislação similar nos anos de 1889 e 1902 e reduziu isenções a períodos de 5 anos (Richard-Jorba 2004:4).

Essa crescente especialização na produção ocorreu acompanhada de mudanças tanto na paisagem quanto na estrutura agrária, sendo o período de 1895 a 1914 caracterizado por um aumento vertiginoso de áreas com vinhedos classificadas como pequenas, com até 5ha, e médias, com até 30ha, que tempos depois passariam a se integrar as grandes bodegas locais. Assim, a província se tornou uma região atrativa economicamente, e Mendoza, como um oásis produtor, chegou a ser responsável por 95% da produção argentina de vinho.

Em conjunto ao desenvolvimento da produção de vinho, aumentou a necessidade de equipamentos especializados, que eram importados da França e Itália, sendo deste último o grupo de imigrantes com maior influência a demandar produtos de seu país de origem. Richard-Jorba (2004) descreve a importância na década de 1900, quando imigrantes com conhecimentos técnicos instalaram lojas de vendas de ferramentas e oferta de serviços de reparo de máquinas que, embora de forma lenta, começaram a realizar cópias para reposição, assim como iniciaram a desenvolver produtos novos. O autor destaca este momento como "surto industrial" que se consolidou no atual setor regional de metalurgia que atende não apenas a agroindústria de vinho, mas outros setores produtivos da Argentina.

Ao longo do século XX a economia vitivinícola mendocina passou por ciclos de crises, provocadas por questões internas e externas:

[...] no final de 1970 e início de 1980, a diminuição prolongada do consumo de vinhos foi adicionada à sucessiva crise do vinho e gerou rapidamente uma das piores crises dessa atividade. Este processo foi tão violento que mais de cem mil hectares de vinhas foram erradicados; situação que desencadeou consequências sociais muito graves (IVARS, 2014, p.79)

A reestruturação da economia do setor da vitivinicultura ocorreu no final do século passado, atrelada a globalização neoliberal, com seus aspectos conservador e excludente, além de promover a desregulamentação e a abertura para setores transnacionais, tendo como marco a privatização, como nota-se no resultado da privatização ocorrida com a "Bodegas y Viñedos Giol", empresa estatal criada com objetivo de regulamentar o mercado e o preço da uva" (BRIGNARDELLO 2017; IVARS 2014, p.73).

Atualmente, a agricultura local está vinculada as grandes produções agrícolas geradoras de divisas por meio da exportação, tendo ocorrido uma diminuição significativa na participação da pequena e média produção "em suma, desde o início e ao longo da consolidação do processo de reestruturação vinculado a esquemas de qualidade, há evidências de perda de relevância da produção pequena e média dentro da estrutura social do vinho" (BRIGNARDELLO, 2017, p.7).

No ano de 2015, a província de Mendoza concentrou 77% da produção nacional de vinhos e 59,5% de suco de uva (sendo o principal produtor nacional da cadeia); no entanto a província possui destaque em outros setores econômicos, tais como 14,6% da produção de petróleo e 20,3% da refinaria a nível nacional, assim como a fruticultura, atingindo 10% da produção total de frutas de caroço no país. No que se refere as exportações da província, o Informe Produtivo das Províncias (IPP) de outubro de 2016, do Ministério da Fazenda e Finanças Públicas, destaca as seguintes cadeias produtivas: vitivinícola (59,7%), frutícola (6,3%), hortícola (5,9%), olivícola (4,6%), e bens de capital (5,6%).

Numa análise mais sistêmica da economia, observa-se que a leitura econômica invisibiliza a agricultura camponesa e sua importância para o desenvolvimento local. Destaca-se que a área ocupada com a produção hortícola é de 11,7%, sendo os alimentos mais importantes: alho, cebola, tomate e batata. A produção hortícola de Mendoza está localizada em seu "cinturão verde" (Guaymallén e Maipú), e destina-se ao abastecimento local, e de províncias vizinhas, sendo realizada por um número significativo de pequenos e médios agricultores.

4.1.2 A agricultura e a montanha: a relação das Cordilheiras dos Andes e produção agrícola em Mendoza/AR.

Para compreender o desenvolvimento agrícola da região de Mendoza, é necessário entender as estratégias de uso da água. Durante a pesquisa, uma das questões levantadas referia-se ao tema, tornado instigante após os primeiros relatos. Inicialmente buscou-se verificar as formas de utilização com irrigação, e se agricultores percebiam mudanças no abastecimento, como secas de poços e diminuição de nascentes.

Em Mendoza, a própria observação da existência das chamadas de *acequias* (“valas”), que acompanham todos os percursos possíveis que podem ser realizados pela região, possuem um papel fundamental no abastecimento hídrico da cidade e do campo, e exigem atenção constante. Por exemplo, as *acequias* irrigam as árvores dispostas nas largas avenidas mendocinas, e como suas folhas se desprendem há necessidade de limpeza frequente, para que não haja obstrução à passagem da água e risco de transbordamentos. Nas figuras 4, 5 e 6, ilustram a importância da manutenção coordenada das *acequias* e de campanhas sobre a importância do uso consciente da água. A figura 7 é um registro do jornal on line Radio Speed publicado em abril de 2017, com a descrição dos transtornos provocados após uma hora de chuva, quando com um volume de 25 mm, várias avenidas ficaram fechadas e cerca de 172 famílias tiveram suas casas inundadas.



Figura 4. Campanhas que visam combater o mau uso da água potável.
Fonte: Sitio da Prefeitura de Mendoza.



Figura 5. Acequia em uma avenida de Mendoza (Avenida B. Mitre).
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 6. Situação de Acequias em bairros distantes do micro centro de Mendoza.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 7. Transtornos nas ruas de Mendoza devido chuva.
Fonte: [fmspeed/](https://www.fmspeed.com.ar/)

Para compreender este contexto de distribuição da água e das construções das *acequias*, é importante observar passagens da história, com a descrita por Zamudio (2016), sobre a importância da etnia indígena Huarpes Milcayac, no desenvolvimento da agricultura apoiada no sistema de irrigação por valas chamadas de ‘*acequias*’ (Figura 8). Essa população se concentrava próxima a cursos d’água como Guintata, afluente do Rio Mendoza, e de Uco-Juarúa e Tunuyán, tributários do Valle de Cuyo, e das Lagoas de Guanache, essas na província de Rosário.

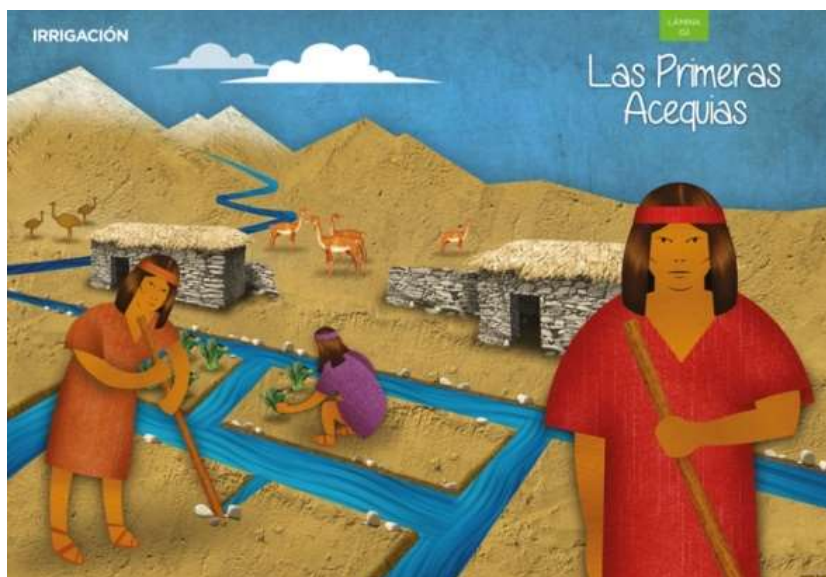


Figura 8. Ilustração dos Povos Huarpes Milcayac e as primeiras acequias.
Fonte: http://aquabook.agua.gob.ar/508_0

Os Huarpes Milcayac utilizavam a água, oriunda do derretimento da neve acumulada na Cordilheira dos Andes, e que corria pelos rios, para irrigar suas terras que eram afetadas por grandes períodos de seca, comuns na região⁴. Há indícios de que a construção desse sistema de distribuição de água foi influenciada pela cultura incaica (VIDELA 2016; IVARS 2014).

⁴ Mendoza apresenta precipitação anual média de 200 mm.

Martin et al. (2010, p. 161) descrevem que com o avanço das ideias de progresso e desenvolvimento, propostas por Sarmiento, construiu-se no território uma identidade associada a uma economia especializada e focada na vitivinicultura. Os autores destacam outros engenheiros ‘domadores de água’ que atuaram em momentos diferentes para o governo na busca por estabelecer estratégias de distribuição de água para irrigação sob o modelo de produção capitalista especializada na agricultura, e cita Manuel J. Olascoaga, César Cipolletti e Galileo Vitali.

Esse processo desenvolvimentista não foi pacífico, posto que o acesso a água se tornou conflituoso, e determinou (re)arranjos territoriais tanto com (re)alocação da população com agricultura de subsistência, quanto pela distribuição de água para este fim, que não foi priorizada nas normatizações sobre o uso da água que se seguiram

Uma vez que a soberania do Estado foi consolidada, consolidou-se interesse em centralizar a gestão da água, levando a responsabilidade aos municípios. Com base na propriedade privada, na entrada do mercado nacional e em uma democracia reduzida para as elites de Mendoza, a Lei Provincial da Água foi aprovada em 1884 para regular seu uso e distribuição (MARTÍN et al; 2011, p. 168).

O autor destaca o artigo 103⁵ que exigia o registro no [...] “Departamento de Águas quantos hectares cultivados com direito ao aproveitamento de água”, tais normativas beneficiaram apenas as elites provinciais que detinham posse de terras, e aos imigrantes que chegavam com condições de adquirir terras para o cultivo da uva e outras produções.

A gestão sobre a água tornou-se estatal e criou-se um órgão gestor específico o Departamento Geral de Águas, atualmente denominado de Departamento Geral de Irrigação, que define as prioridades de uso, conforme observado no artigo 115 da mesma lei, que define a seguinte ordem de preferência: 1) abastecimento populacional; 2) abastecimento da estrada de ferro; 3) irrigação; 4) moinhos e outras fábricas; e 5) lagoas de criação de peixes. Este é o princípio que ainda rege a atual legislação da distribuição da água, cuja complexidade pode ser percebida na figura 9, na frase: “Sabia que em Mendoza cada gota de água tem um destino?”.

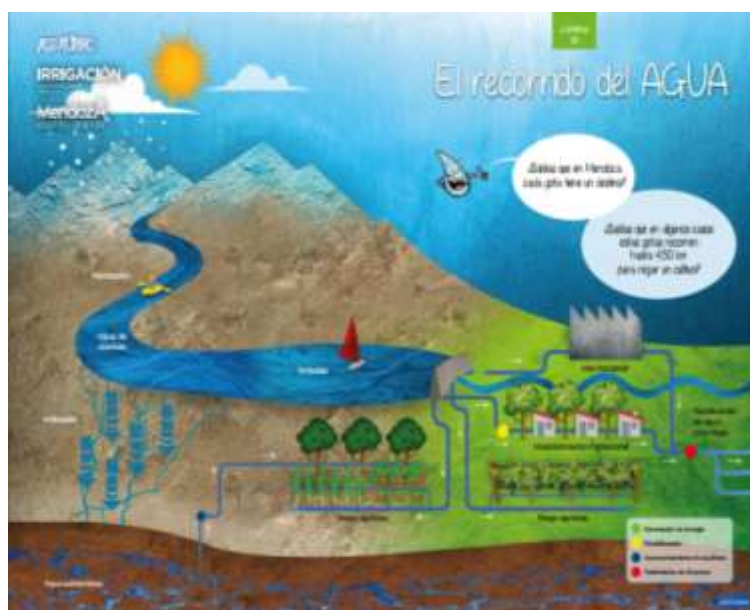


Figura 9. Percurso da água em Mendoza, Argentina.

Fonte: <http://www.mendoza.edu.ar/aqualibro/>

⁵Lei de águas disponível em <http://www.irrigacion.gov.ar/dgi/ley-aguas#Del%20dominio%20de%20las%20aguas>

Verifica-se portanto na Figura 09 a complexidade da distribuição da água, a reafirmação do poder econômico dominante sobre o acesso aos recursos hídricos e a concentração de terras. Ivars (2014) aponta que a apropriação e gestão da água foram fatores preponderantes para acentuar a concentração de terra e de renda na região, ocorrendo uma diminuição relevante, ao longo do século XX, da participação dos pequenos e médios vitivinicultores na economia regional. Para Liceaga (2012) a questão principal é que a carência de água, articulada com a irregularidade dominial, e interesses privados com diversos subterfúgios, possibilitou o avanço dos estratos sociais dominantes sobre os territórios dos agricultores camponeses e indígenas, inclusive nas áreas mais secas da província, posto que nestas, mesmo com terras de menor valor, o domínio sobre a oferta de água para irrigação é mais determinante para a atividade produtiva.

Os estudos de Grosso Ceparro e Torres (2015) apontam que a localização geográfica de Mendoza aliada a uma baixa pluviosidade, são fatores que contribuem para aumentar as desigualdades no território. Visto que há uma apropriação da água por poucos, caracterizando o território como um mosaico de terras secas, onde a atividade agrícola é escassa, intercaladas de áreas irrigadas denominadas oásis, onde a agricultura é presente com forte dinamismo econômico. Reiterando essas diferenças referentes a espacialidade e ao modo de vida, Liceaga (2012, p.119) descreve as contradições entre oásis e deserto, em que por um lado, o oásis é visto como espaço de desenvolvimento, riqueza e beleza, e por outro o deserto é a materialização da pobreza, do atraso, da violência e do feio. Para ilustrar as figuras 10 abaixo tomadas em trabalho de campo, podem auxiliar para perceber a contradição que a autora aborda.



Figura 10: Tumpugato, Mendoza, Oasis

Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 11: Lavalle, Mendoza, tido como deserto (área ainda sem acequia)

Fonte: Arquivo Pessoal.

4.1.3 Caracterização das famílias entrevistadas

Durante a realização das entrevistas buscou-se entender a trajetória histórica das famílias, sua composição e como chegaram até ao território. Posto que é importante perceber que a história de um indivíduo incorpora também traços e fatos vividos por um povo. Assim, estabeleceu-se uma leitura e compreensão do desenvolvimento atual da região de Mendoza, das questões sociais pujantes, das relações econômicas predominantes e suas alternativas. Toledo e Barrera-Brassols (2015, p.85) abordam que na essência da memória podem ser percebidas as experiências e sabedorias que podem estar adormecidas nas mentes de homens e mulheres que lidam com o manuseio da natureza.

Quanto a origem dos entrevistados, destacam-se as províncias de Salta, Mar del Plata, Tucuman, San Juan e, em Mendoza, e no departamento de Lavalle (distritos: Jocoli, Três de Mayo, Costa de Araújo, Nueva California, San Martín); e San Rafael. No momento das entrevistas tinham suas unidades produtivas situadas desde a parte norte da província de Mendoza (Lavalle, San Martín, Las Heras), até o centro-oeste (Tupungato).

Verificou-se que as histórias de vida dos entrevistados eram determinantes para que estes se identificassem com as organizações sociais, que relataram ter inserção, com destaque para a *Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra* (UST). Alguns relataram também participar, efetivamente ou eventualmente, da Cooperativa Tierra Campesina, assim como da *Asociación Bolsón de Verduras*. No entanto os trajetos até as organizações ou aos territórios que estavam fixados perpassavam por um mundo do trabalho no campo desde a infância, em unidades de produção que não lhes pertenciam ou a suas famílias.

Como já vimos anteriormente na caracterização de Mendoza, o desenvolvimento da agricultura na região foi voltado para integração com o mercado internacional, principalmente na produção de vinho e, em decorrência, “a intensificação que envolveu o cultivo da videira, sua manutenção e, particularmente a colheita, aumentou extraordinariamente a demanda por mão-de-obra em oposição ao que aconteceu com a agricultura de pastagens e cereais e gado” (RICHARD-JORBA, 2009, p. 3).

Essa estrutura produtiva condicionou a geração de postos de trabalhos as estações do ano e safras agrícolas, ponto este em que os relatos dos entrevistados foram muito próximos, se não comuns, de que fosse quando ainda eram crianças junto com seus pais, fosse já na fase adulta, passaram por um processo de ‘peregrinação’ em busca de trabalho para o sustento familiar. O que explica as origens distintas, seja de outras províncias como Salta, Mar del Plata, Tucuman, San Juan, ou de outras zonas de Mendoza como San Rafael.

Essa constante movimentação em busca de trabalho é conhecida na Argentina *como golondrina*. Esta denominação se deve a associação aos hábitos estacionais da ave em questão. Mingo et al. (2009:7) diz que a força de trabalho para tarefas transitórias em geral influenciadas pelas características da produção estacional, é utilizada com predomínio de trabalho não registrado e em atividades que não exigem especialização.

Há também uma relação de trabalhos temporários, descritos por Mingo et al. (2009), como “acomodação” do trabalhador rural, tendo em vista que este permanece na região e integra-se eventualmente em outras atividades desenvolvidas nas unidades de produção. Um exemplo é a poda e a colheita na fruticultura.

Entendemos que "acomodar" expressa uma estratégia que, em alguns casos, visa garantir o trabalho em determinados períodos do ano, enquanto que, em outros, é a inserção mais estável possível no âmbito das relações trabalhistas, reguladas por "formas flexíveis de contratação (MINGO et al., 2009, p.11).

Dessa forma, os trabalhadores rurais “acomodados”, conseguiam atingir seu sustento entremeando momentos com ocupação econômica, com outros sem atividade. Os entrevistados que relataram uma ‘certa permanência’ de trabalho, MINGO et al. (2009) os descrevem como premiados e que constituíam um tipo de trabalhador que, em geral, atuava como capataz, motorista e cuidador de irrigação, que assim tiveram a oportunidade de passar para uma situação de trabalho mais permanente. No entanto não eram relações totalmente exitosas, pois não tinham independência para colocar em prática seus anseios e vontades produtivas, fazendo o que determinassem os patrões, como pode ser percebido na fala do AgMdz1 a seguir:

[...] yo y nuestra familia trabajamos mas de 20 años en una chacara con partido de 30% o (..) mi padre era agricultor y siempre trabajó para alguien, y yo lo acompañaba. después pasé y trabajo siempre para otro nunca para mi propia producción (AgMdz1).

As condições de trabalho deixaram marcas que traçaram as vidas dos entrevistados. Destacamos aqui o anseio de ida à escola, que em muitos casos foram deixados para outros momentos, devido à necessidade, colocada pelos pais, de terem mais uma pessoa que garantisse ingresso de renda para a família, como pode ser percebido nessa fala:

[...] no me mandaron a la escuela, porque mi padre siempre vivía de un lugar para otro, vamos para acá y para allá, vivíamos a venir para todos los lados, y después a los 15 años yo quería aprender a leer ya escribir, siempre tuve problemas para leer, mi padre no quería, no creía que nosotros necesitaban estudiar (AgMdz1),

Em relação à escolaridade, verificou-se que a maioria dos entrevistados possuía apenas formação equivalente ao ciclo fundamental de ensino (Quadro 2), enquanto que em relação a faixa etária, que essa encontrava-se entre 19 anos e 70 anos. Quando haviam filhos residindo nas unidades de produção, a idade destes variava de 2,5 a 41 anos, porém nem todos atuavam na atividade agrícola. Identificou-se ainda quatro agricultores entrevistados, que estavam na faixa de 19 a 33 anos, que não tinham filhos, bem como duas agricultoras chefe da família.

Quadro 2. Escolaridade dos agricultores entrevistados em Mendoza/AR (n=12).

Grau de Escolaridade	Número de agricultores/as
Educação Primaria completa	06
Educação Primaria incompleta	01
Secundária Técnico completo	04
Superior completo	01
Total	12

Fonte: Dados das entrevistas.

Em relação ao acesso à terra, as famílias dos entrevistados apresentavam condições diferenciadas, muito relacionadas às condições estruturais de acender a uma unidade produtiva própria, alugada ou de forma coletiva, conforme demonstrado no quadro 3.

Quadro 3. Distribuição dos agricultores de Mendoza/AR entrevistados, de acordo com o acesso à terra (continua).

Grupo 1	Agricultor com posse da terra.	Embora com posse da terra, apresentavam limites estruturais para desenvolver-se e manter-se da agricultura, possuindo rendas de atividades não agrícolas. A comercialização em geral era realizada por meio de atravessadores.
Grupo 2	Agricultor com uso coletivo da terra.	A gestão da terra é coletiva e por meio de cessão de uso. Como estavam em processo de estruturação da produção agrícola, alguns mantinham áreas alugadas, ou desenvolviam atividades não agrícolas. A comercialização ocorria de forma direta, via cooperativa ou através de intermediários.

Quadro 4. Distribuição dos agricultores de Mendoza/AR entrevistados, de acordo com o acesso à terra (continuação).

Grupo 3	Agricultor sem posse da terra	Alguns viviam na unidade produtiva, mas não tinham registro de posse ou cessão de uso da terra, enquanto que outros viviam em áreas circunvizinhas a unidade produtiva que era alugada. Em ambos os casos, tinham uma produção agrícola bem desenvolvida e não realizavam atividades não agrícolas para complementar a renda. Contratavam mão de obra eventual durante a colheita, e tinham seus custos de produção fortemente impactados pelo aluguel da terra e impostos e taxas pelo uso da água de irrigação. Comercializavam a produção de forma direta ou através de intermediários.
----------------	-------------------------------	--

Fonte: Pesquisa de campo.

Cada grupo apresentado no Quadro 3 tinha características de histórico de posse e produção agrícola das áreas diferenciado. Assim, para agricultores do Grupo 1, a posse da terra se deu por compra ou herança, ou por reconhecimento do direito ao uso da terra ao terem permanecido na área após as empresas proprietárias, para a qual trabalhavam, resolverem não

produzir mais no local, e em decorrência de luta pela posse da terra que ocorreu com o apoio de organizações sociais como a UST.

No caso do grupo 2, verificou-se que a atividade produtiva era resultado da ação, articulada via UST, da reivindicação do acesso a terras que estavam a décadas sem atividade produtiva. Nessas áreas, a forma de gestão coletiva, com a divisão de áreas produtivas para cada família, foi uma das estratégias para garantir a manutenção no território e o pagamento de dívidas de águas que, devido ao longo período em que as terras ficaram abandonadas, eram elevadas, impossibilitando que uma família, de forma individual, conseguisse viabilizar a produção agrícola.

Por último, o grupo 3 era o que apresentava situação mais frágil no que se refere a posse da terra. Eram famílias que moravam e produziam a muitos anos em áreas sem título de posse da terra. Isso apesar de serem, no caso de alguns entrevistados, áreas herdadas, mas não possuírem qualquer documento ou registro de propriedade. Verificou-se inclusive o caso de uma família em uma unidade de produção, que após viver no local, produzindo e pagando o direito de água de irrigação, não conseguiram comprovar o direito à terra e foram expulsos. A essa situação, muitos outros agricultores camponeses desse grupo, estão sujeitos, ao quais relataram que o apoio da UST era fundamental para resistirem e se manterem nas áreas.

Verificou-se, portanto, que a questão do reconhecimento de posse da terra na região de estudo era fundamental, mas complexa, com raízes antigas que não foram apagadas, onde a fala a seguir representa o sentimento comum em todas as entrevistas: “*Yo soy campesino, yo descendo de los pueblos originários*” (AgMdz1), ou seja, havia um (auto)reconhecimento de serem legítimos posseiros do território em que viviam. Percebe-se que a identidade camponesa era presente e forte nas falas e relações cotidianas, não se tratava, portanto, do mero uso do termo, mas de que este estava arraigado no desenvolvimento histórico individual e coletivo.

Assim, devido a essas questões no presente estudo os agricultores serão caracterizados, conforme sua identidade, como camponês e não agricultor familiar. Isso é importante na medida em que, como coloca Nogueira (2013), na Argentina a atribuição de categorias tem sido estabelecida como um tema de política pública, e Arachet al. (2010) dizem que na Argentina a discussão deve passar pela compreensão de que a agricultura familiar está associada a conceitos de outros sujeitos do campo, tais como camponês, pequenos produtores, colonos, dentre outros.

Nesse sentido, Zimmerman et al. (2014) descrevem que na maioria dos países da América Latina (com destaque para Venezuela e Bolívia), em que há contestação, reivindicação e reconhecimento das categorias camponês, indígena e comunitário, com o intuito de respeitar as particularidades de seus agricultores.

Além de construir conceitos, há necessidade de visualizar o território em que se encontra suas características, as estratégias de produção e como estas são visualizadas e implementadas no setor agrícola local e nacional, de forma a poder ampliar a percepção das políticas projetadas para os agricultores camponeses.

Quando foram questionados se podiam ser caracterizados como agricultores familiares, alguns associaram o termo a políticas públicas, lhes remetendo a informações referentes a crédito e sobre o acesso à terra, e não como um processo identitário, havendo inclusive o reconhecimento por um entrevistado de que o termo era oriundo do Brasil.

[...] Alguna cosa ven avanzando, por donde se consigue alguna cosa de información, de derecho, tener informaciones sobre la tierra.” (AgMdz3)

“Esto viene de Brasil para acá, nosotros somos de la tierra, siempre de la tierra, somos campesinos, luchamos por la tierra (AgMdz 2).

Destaca-se aqui que se entende camponês não como um modo de produção, mas como um termo que associa o agricultor a uma identidade historicamente construída, que FELIX

(2010) também relaciona a uma categoria política que explicita as contradições desse processo histórico, que expressam não só essa identidade, mas também valores e possibilidades de organização social.

4.1.4 O Campo, a luta pelo acesso à terra e a água

De acordo com Reboratti (1998), durante as décadas de 1960 e 1970 aconteceu um “boom” na marcha para a Reforma Agrária na América Latina (AL), em que os campoenses iniciam processos reivindicatórios com pressão política e social. Muitos países da AL realizaram a reforma agrária, salvo uns poucos e dentre estes está a Argentina, que manteve a sua política de destinação de terras para colonização, com intuito de tornar-se um país agroexportador. A Argentina desde os anos de 1880, e 1920 destina suas terras para a colonização e não foi deferente na região de Cuyo, onde Mendoza se localiza.

É verdade que, enquanto esse sistema durou, pareceu irreal falar de uma Reforma Agrária na Argentina. Mas diminuiu lentamente, tanto por causa da falta de terras aptas para a colonização quanto pela perda do estado central e dos estados provinciais de capacidade para enfrentar o planejamento do assentamento agrário. De fato, o avanço da fronteira agrária, anteriormente reservada para a colonização, é agora realizada pela grande empresa capitalista (REBORATTI, 1998, p.3).

Os agricultores camponeses estão em desvantagem em disputas territoriais, considerando as relações de poder existente para o estabelecimento de prioridades para o “desenvolvimento” econômico regional, pois como descreve Villaverde (2017) quando diz que as disputas por território é um dos conflitos mais antigos da humanidade, os métodos de desapropriação foram se transformando, assim como os protagonistas em cada fase histórica, e se tornam mais complexos quando a disputa, respaldada pelos governos, se dá contra grandes empresas transnacionais.

Esses conflitos por território são antigos, conforme descrito por Villaverde (2017), e no caso da Argentina, em específico Mendoza, esses conflitos possuem proporções históricas, em que os agentes que provocam a expulsão tem se representado com outra característica, como já descrito anteriormente a província tem em sua história agrária ciclos de desenvolvimento que propiciaram a concentração de terra, e com isso limitação no acesso à água, tendo em vista a particularidade da gestão de água estar relacionada a posse da terra.

É comum os jornais apresentarem notas relacionadas ao “desalojamiento de familias Campesinas”, a exemplo de em 2008 no jornal *Página 12* com título “La pésima suerte de nacer campesino”, em 2011 no *La Nación* com título “La Posesión de la Tierra, eje de un conflicto en Mendoza”, em 2016 no *La Izquierda Diária* com “Desalojos y discriminación contra los pueblos originários en Mendoza”, e em 2017 no *Diario de Mendoza* com a apresentação de uma entrevista com Diego Montón da Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST), com a temática “Lo paradojo de ser “Sin Tierra” en Argentina, esa inmensidade despoblada”.

Os conflitos permanecem, o que tem mudado são os atores: transnacionais, empresas do setor agrícola, mas também mineradoras e petroleiras, bem como o a UST. Exemplo disso é o caso, descrito por Rofin (2011), em que uma família estava prestes a ser expulsa de suas terras, mas que ao se tornar públicas as intenções da empresa Argenceres do grupo Espanhol Portichol, articulada com a Agropecuaria Elaia SA, foi fundamental o apoio da UST, para sua manutenção no território.

Luego de que este conflicto tomó estado público, la Dirección de Ordenamiento y Desarrollo Urbano de Mendoza (Doadu) resolvió enviar al campo una delegación de técnicos para relevar la situación. Tras esa diligencia, Leonardo Miranda, responsable del Programa Arraigo de Puesteros de la Doadu, señaló a *La Nación* que este es un caso típico de la zona y tiene que ver con generaciones de campesinos que viven y trabajan en un campo sin acceder a los títulos de propiedad. "En el caso de la familia

Sarmiento, ellos tienen la posesión del campo registrada desde 1944. En el medio, los títulos fueron pasando por muchas manos, pero la posesión efectiva siempre fue de los Sarmiento (ROFIN, 2011 Jornal La Nación).

Assim, nesse relato e como nos demais já citados, o destaque nos jornais é para a atuação do movimento social, a UST, tanto na denúncia, no apoio jurídico e na organização das famílias para que estas lutassem pelos seus direitos em permanecer em seus territórios originários, e receber os títulos de propriedade, além de organizar uma grande parcela de trabalhadores que não tem acesso a terra e vivem em estado degradante no mercado de trabalho, já mencionado anteriormente.

A luta por reforma agrária impetrada pela UST iniciou-se em meados de 2002, quando um grupo de técnicos e agricultores, iniciou mobilização coletiva para defender os interesses dos camponeses argentinos, nos conflitos existentes nas áreas rurais. Liceaga (2012, p.123) descreve que no final de 2002 houve uma marcha do departamento de Lavalle, em Mendoza, um grupo, já vinculado a UST, de cerca de 80 pessoas com o objetivo de denunciar a situação dos camponeses no território e apresentar a demanda por terras para o setor. A marcha não logrou sucesso na pauta de reivindicações, mas deu visibilidade a uma necessidade de mobilização política, até então tida como um fato inédito.

No momento da pesquisa identificou-se então um cenário no campo em que as famílias camponesas estavam sob o temor de serem expulsas de suas terras, ao mesmo tempo em que visualizavam o movimento social como uma esperança para a sua permanência nas unidades de produção em que vivem a gerações.

4.1.5 Organização da Produção: As unidades produtivas e seus principais canais de Comercialização

Com intuito de identificar as estratégias de comercialização dos agricultores, foi então realizado um levantamento das culturas produzidas por safra e, em seguida, verificou-se os canais de comercialização existentes, para tal usamos um quadro calendário e em conjunto um desenho da ocupação da unidade familiar.

Em média a área das unidades produtivas variava em entorno de 5 a 10 hectares, sendo maior nos casos em que havia aluguel de terras, variando então de 17 a 20 ha no somatório das áreas. Excetua-se um caso identificado de uma unidade de produção de 100 ha, pertencente a um grupo de quatro famílias de irmãos, cuja partilha de herança não havia ainda sido realizada, e o processo produtivo e gestão era coordenada pelo primogênito.

Verificamos que as estratégias de ocupação das unidades de produção familiar (UPF), variavam de acordo com a forma de comercialização instituída, assim como o método de produção agrícola que desenvolviam. Ou seja, as produções desenvolvidas também sofriam influência das condições de comercialização.

Segundo Guzmán (2011, p.13), a agroecologia demanda um manejo ecológico dos recursos naturais realizado por meio de ação social coletiva, e representa uma alternativa para a atual crise da sociedade, determinando a necessidade de desenvolver propostas participativas desde a produção até estratégias alternativas de comercialização alternativa, entendendo ainda que somente estabelecendo novas formas de produção e de consumo será possível contribuir para reduzir a degradação ecológica e social gerada pelo sistema neoliberal. Aponta-se, portanto a agroecologia como uma alternativa, não apenas aos meios de desenvolvimento de técnicas produtivas, mas analisada de forma sistêmica, deve ser compreendida como um processo mais amplo para o desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido de resistência da proposta agroecológica, verificou-se relatos dos agricultores de que:

[...] la agricultura abarca tantos a campesinos a todos que queremos hacer algo, una producción en la tierra y poder trabajar bien. Tiendo en cuenta el ambiente, tiendo en cuenta la sociedad también, y como queremos llevar un producto, nosotros queremos llevar un producto sano, que no tenga toxico, no lleve agrotóxico [...] (AgMdz 2).

Em relação ao processo de produção, nove agricultores se identificaram como agroecológicos. Dentre as três que não se identificaram dessa forma, houve o relato de todos de que para obter uma safra satisfatória precisavam lançar mão do uso de agroquímicos para diminuir alguns “*bichos y plagas, las malezas que atacan las platas*” (AgMdz 4), de forma a atender adequadamente o mercado que visavam no caso, à comercialização para intermediários voltados para a exportação. Reforçando essa observação, MOLINA (2013, p. 54) diz que quanto mais os agricultores se integram com mercados mundiais e no sistema agroalimentar, este processo priva-os da decisão sobre culturas, técnicas, gestão, conhecimentos que os orientem e o destino final da produção.

Assim, duas vertentes de produção de alimentos: agricultura com bases ecológica, agricultura convencional, foram identificadas entre os agricultores entrevistados, coexistindo na agricultura camponesa local, e sobre isso a Red Campesina Alimentaria⁶ aporta a seguinte elucidação sobre como o camponês é percebido na sociedade e as reais condições existentes para sua reprodução de forma que possa ser possível compreender suas decisões:

[...] Red (Red Campesina Alimentaria, mas usa no sentido camponês) no es sinónimo de agroecología, agricultura orgánica, permacultura o cualquier otro sistema de producción. Producir con agricultura orgánica puede acercarnos a la seguridad alimentaria pero no necesariamente a la soberanía alimentaria. Los campesinos toman sus decisiones sobre el uso o rechazo de pesticidas o fertilizantes sintéticos a partir de razones éticas, económicas, ambientales o de acceso. Algunos emplean sustancias químicas para su producción comercial, pero las evitan cuando producen para sí mismos. No obstante, gran parte de lo que los campesinos cultivan (tal vez la mayor parte) es de facto “orgánico (Grupo ETC, 2011:3).

As tomadas de decisões na realidade envolvem muitos parâmetros que podem ser levados em consideração, desde as questões históricas de hábitos de consumo, articuladas com a observação do que o mercado local, ou os intermediários buscam para comercializar. Essas decisões por sua vez ocorrem apoiadas no aprendizado de como produzir desenvolvido desde sempre na lida camponesa familiar.

O Quadro 4 a seguir apresenta síntese dos principais alimentos produzidos pelos camponeses entrevistados, e suas principais formas de comercialização, em que o destaque para os canais curtos de comercialização, mas também a expressiva presença de intermediários, os quais os entrevistados relataram como fundamentais, justificando com a dificuldade de realizar concomitantemente as atividades de produção e comercialização. Porém, apesar desse relato verificou-se que a maioria deles vinha desenvolvendo estratégias individuais de comercialização através de venda direta para consumidores, em alguns casos inclusive atuando também como intermediários na comercialização da produção de vizinhos, para manter a constância e diversificação de itens disponíveis para os consumidores.

Vendemos a terceros, a intermediarios, por qué cuesta tener, un empujón y coraje para alquilar una movilidad mayor, alquilar vehículo para llevar al mercado. Somos gente indecisa, somos agarrados en la tierra y sólo, sólo producir (AgMdz5).

⁶Para mais informações sobre as definições da Red Campesina acesse <http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/etc-quiennoalimentara-2017-es.pdf>

Quadro 5. Calendário de principais alimentos e canais de comercialização, Mendoza/Argentina.

Meses do Ano												Alimentos	Comercialização
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
												Tomate	Coop Tierra Campesina Intermediários/Direto consumidores/Agroindústrias
												Alho	Intermediários, Feira Campesina (UST)/ domiciliar
												Cebola	Intermediários
												Abóbora	Intermediários/ Mercado Cooperativado de Guaymallén Mercado Central (Feria de Godoy y Cruz)/ Verdurarias/Venda direta a consumidores
												Melancia	Mercado Cooperativado de Guaymallén Mercado Central (Feria de Godoy y Cruz) -Verdurarias/-Venda Direta consumidores/-Feira
												Melão	Intermediário, Mercado de Las Heras
												Batata doce	Varejista/Supermercado (atravessador)

Legenda:		Plantio
		Colheita/comercialização
		Armazenamento/comercialização

Fonte: Dados da pesquisa.

No Quadro 4, as culturas de alho e cebola se destacam como as que apresentaram uma comercialização mais expressiva através de intermediários, em decorrência de uma produção em escala maior, sendo o destino dessa produção predominantemente a exportação, com destaque do Brasil como destino. A preferência por manter a produção dessas culturas, foi identificada pela possibilidade de armazenamento, o que possibilitava maior flexibilidade do momento da comercialização, ajustando-o a dinâmica de preços mais favoráveis para a venda, bem como a demanda de renda pela família camponesa.

A comercialização através de supermercados não era comum, mas ela podia acontecer de duas formas: por meio de venda direta para o supermercado, ou através de um intermediário. Os contratos diretos eram intermitentes, e só abarcavam uma safra, normalmente envolvendo apenas um produto, com destaque para a batata-doce.

A comercialização em mercados atacadistas como Mercado Cooperativo de Guaymallén, Feria de Godoy Cruz, e Mercado Central da Rua Las Heras, não era comum a todos os agricultores entrevistados. O determinante para que tivessem esses como estratégia de comercialização, era a diversidade produtiva e as relações de mercado construídas pelos agricultores que possuíam um patamar de organização e administração de sua produção e comercialização, que viabilizava suas presenças nesses locais.

O canal de comercialização comum a todos os entrevistados era o da cadeia produtiva do tomate, que era vendido para a Cooperativa Tierra Campesina ou outras agroindústrias, e diretamente para consumidores: na unidade produtiva; feiras livres; e cestas de produtos diversificados ou não, para entregas em domicílio. No caso da comercialização através da Cooperativa Tierra Campesina, existia uma fidelidade na entrega da produção quando os agricultores acessavam o fundo rotativo para o plantio (compra de mudas, e insumos). Nesse caso uma parte dos recursos a referente a venda da produção de tomate era destinado pela cooperativa para o pagamento do financiamento.

No caso do tomate além da venda in natura, era comum também que as famílias realizassem processamentos mínimos (molho de tomate e tomate inteiro sem pele), que podiam ser comercializados ou consumidos pelas famílias. O processamento do tomate, em pequena agroindústria, era também a principal estratégia da cooperativa para a comercialização do tomate oriundo de seus cooperados.

As produções destacadas no calendário (Quadro 5) foram apontadas pelos entrevistados como as mais relevantes, dentre as culturas que não podem ser armazenadas, mas podem gerar uma maior remuneração, face serem produtos de maior valor agregado e apresentarem ciclo de produção mais curtos (Figura 10). Destacaram ainda a respeito desses cultivos que as áreas destinadas a eles são pequenas e diversas, de forma a atender mercados com demandas igualmente pequenas de produtos diversificados, mas constante.

Quadro 6. Principais alimentos cultivados em horta por agricultores em Mendoza, Argentina.

Meses do Ano												Alimentos	Comercialização
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
												Acelga / Alface / Favas / Cebolinha / Repolho / Brócolis / Beterraba / Espinafre / Cenoura / Couve Flor / Salsinha / Berinjela	Feira Verduraria Venda a domicilio Consumo Intermediário
												Alface / Espinafre / Favas	Feira Verduraria Venda a domicilio Consumo Intermediário
												Milho Choclo	Feira Verduraria Venda a domicilio Consumo Intermediário

Legenda:

	Plantio
	Colheita/comercialização

Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 12. Área com produção de hortaliças.

Fonte: Arquivo pessoal.

As culturas destacadas no Quadro 5 eram expressivas em todas as unidades produtivas visitadas, tendo sido verificado que o espaço de comercialização mais utilizado para a comercialização desses alimentos, que exige sempre uma estratégia ágil e imediata para que chegue o mais rápido possível ao consumidor, era a Feira Campesina, constituída e organizada pelas mulheres agricultoras vinculadas a UST (Figura 11), a qual ocorria, a cada 15 dias, de forma intermitente em Lavalle no distrito de Jocoli e no centro dessa cidade.

Também se destacava como estratégia para venda direta ao consumidor, a entrega de cestas de produtos em domicílio. Iniciativa esta que foi construída a partir da feira, onde o contato direto das agricultoras com os consumidores, possibilitou a construção de relação de confiança entre estes, para a venda semanal de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos e com preços justos, envolvendo inclusive mais de uma família agricultora para a composição do mix de produtos da cesta.

Por fim, outra estratégia de comercialização era junto às ‘verdulerias’, que foram citadas pelos entrevistados como a das primeiras opções para a comercialização de produtos frescos, ou sendo a última opção, quando não havia tempo disponível para buscar outras formas de venda, ou mesmo realizar parcerias com outros agricultores, que ocorria de forma recorrente nas estratégias de comercialização anteriormente relatadas.



Figura 13. Feira Campesina, Jocoli, Lavalle/Mendoza.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Os alimentos comercializados pelas mulheres nem sempre são produzidos por elas diretamente, representa uma parte na lavoura da família para uma renda extra para elas. Constituindo-se a partir de um excedente não comercializado pelos maridos, era comum ocorrer de que em dia de feira elas não tivessem alimentos frescos para venda, devido ao sucesso na estratégia de comercialização utilizada pelo marido. Esse fato foi verificado em falas nas entrevistas como: “*nuestros maridos son los peores atravessadores*”.

Além dos alimentos frescos, observou-se a comercialização nas feiras: de artesanatos, plantas ornamentais, ervas para chás e temperos, bolos, pães, e conservas caseiras e da agroindústria da Cooperativa Tierra Campesina, que podem ser visualizados na Figura12.



Conserva caseira



Produtos Tierra Campesina



Produtos Tierra Campesina



Plantas e temperos

Figura 14. Alimentos comercializados na Feira das Mulheres Campesina da UST em Jocoli, Lavalle/Mendoza.

Fonte: Arquivo pessoal.

Dentre os alimentos identificadas junto às famílias camponesas, os produtos processados (conservas de legumes, doces de frutas, frutas em calda, processados de tomate, pães e vinho caseiro – Figura 13), eram importantes para a geração de renda das famílias, tanto monetária como de autoconsumo (Quadro 6). Verificando-se que a manufatura desses alimentos podia ocorrer dentro das famílias ou coletivamente em pequenos grupos, nesse caso

notadamente para a produção dos vinhos ‘Del Pago’, e com compotas caseiras produzidas pelo grupo “Hijos del Pueblo” no Valle do Uco.

Quadro 7. Alimentos minimamente processados dos Camponeses de Mendoza, Argentina.

Produtos	Formas de comercialização
Molho de tomate	Feira camponesa Venda em domicilio Consumo pela familia
Frutas em caldas (pêssego, pera e cereja)	Feira camponesa Venda em domicilio Consumo pela familia Feira no distrito de La Consulta – Valle do Uco Cooperativa Tierra Campesina
Alho em conserva	Feira camponesa Venda em domicilio Consumo pela familia Cooperativa Tierra Campesina
Escabeche de berinjela	Feira camponesa Venda em domicilio Consumo pela familia Cooperativa Tierra Campesina
Pimenta Morrones	Feira camponesa Venda em domicilio Consumo pela familia Cooperativa Tierra Campesina
Doces em pasta de marmelo, maçã, ameixa e batata doce)	Feira camponesa Venda em domicilio Consumo pela familia Cooperativa Tierra Campesina



Figura 10. Produção de doces e legumes em conserva.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Dentre os camponeses entrevistados, a produção artesanal de vinho para consumo e para comercialização é comum. Três famílias possuem registro e identificação de 'Elaborador de Vino Artesanal', de acordo com a resolução do Instituto Nacional do Vinho, a C. 45/10 (ECOFIELD, 2010), a qual regula a produção e comercialização de vinhos no território nacional da Argentina.

2º) — "Elaborador de Vino Artesanal" es la persona física que participa directamente en el proceso de elaboración de vino en un único establecimiento de su uso exclusivo, destinado a ese fin y habilitado por la autoridad municipal que corresponda. La producción anual no podrá superar los DOCE MIL LITROS (12.000 I). 3º) — Defínase al "Vino Artesanal" como el vino elaborado por el "Elaborador de Vino Artesanal". 4º) — Para liberar los vinos artesanales al consumo, sus productores deberán estar inscriptos ante el INSTITUTO NACIONAL DE VITIVINICULTURA y cumplir con el régimen para su elaboración, identificación y circulación. Cada Elaborador de Vino Artesanal deberá solicitar un Análisis de Libre Circulación por partidas no superiores a DOS MIL LITROS (2.000 I.), adhiriendo a cada envase el instrumento de control correspondiente. (Site Ecofield - Resolución (INV) C. 45/10. Del 29/12/2010. B.O.: 28/1/2011)

Dos registros de produção de vinho identificados na região de estudo, sob responsabilidade das famílias agricultoras, apenas duas estavam ativas e era comercializado: a exemplo do vinho Nyeleni (Figura 14), que foi vencedor do 7º Concurso Nacional de Vino Casero, realizado no ano de 2016, pelo município de Lavalle e pela Asociación de Elaboradores de Vino Casero de Lavalle.



Figura 16. Vinho Artesanal Nyeleni.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Outras estratégias produtivas também foram identificadas, no caso de produção animal: bovinocultura de carne e de leite; equinocultura; suinocultura; caprinocultura; cunicultura; e avicultura. Essa produção era considerada uma “poupança”, a qual se recorria, com a comercialização dos animais vivos e de seus produtos, no caso de a produção vegetal não ser suficiente para garantir uma renda adequada ao sustento familiar.

Na região de Mendoza a produção animal quando representa a principal estratégia econômica, ocorre em áreas mais isoladas e secas, em que a manutenção dos animais é realizada a pasto nas montanhas e complementada com a aquisição de feno. No caso da região de estudo a produção animal era atividade secundária, mas havia um esforço dos que se dedicavam a essa atividade para assegurar uma alimentação adequada dos animais. Para isso, dedicavam parte da unidade de produção para o cultivo de alfafa, com a qual faziam a fenação (Figura 15). O feno de alfafa representava então alimento para os animais que criavam, mas também mais uma fonte de renda, pois eram comercializados junto aos criadores com unidades de produção situadas áreas mais secas da província.



Figura 17. Produção de alfafa e fardo de feno produzido pelos agricultores.

Fonte: Arquivo Pessoal.

4.1.6 As Organizações sociais e o papel desempenhado no desenvolvimento das famílias camponesas

Os agricultores entrevistados apontaram que faziam parte de organização social - a UST, atribuíam a participação devido a necessidade da luta política por terra e água, assim como buscam por acesso a políticas públicas de apoio a produção e comercialização. Dentre os entrevistados, apenas um não tinha vínculo com a UST.

Identificou-se ainda a participação dos entrevistados também junto as organizações Asociación CAXI para el Desarrollo Integral, Cooperativa Tierra Campesina e cooperativa Bolsón de Verduras, formalizadas juridicamente, e o coletivo de trabalho Hijos del Pueblo, inserido na UST.

Por fim, relataram que já haviam participado das seguintes entidades: cooperativa *El ARCA* Produtor e Consumidor de Mendoza, e da Lavalle Cooperativa Frutihortícola Limitada (LACOFRUT), acrescentando que a participação deixou de ocorrer em função de descontentamento relacionado à forma de comercialização dos seus produtos.

A cooperativa Bolsón de Verduras surgiu na província de Mendoza em 2006, na região de Las Heras, e contava na época de realização das entrevistas com a participação efetiva de oito famílias camponesas conhecidas como ‘chacareros’ que, devido a dificuldades encontradas na comercialização de hortaliças, decidiram se juntar para agilizar esse processo de forma a encurtar o tempo desde a colheita até a aquisição pelo consumidor final. Para o tanto, a principal estratégia de comercialização era na forma de ‘bolsón’, grandes sacos plásticos. No caso diferentes hortaliças que estivessem disponíveis na época eram entregues, em um ponto específico ou domicílio.

Em momentos de baixa demanda de comercialização por ‘bolsón’, esses entrevistados recorriam ao ‘Mercado del Este’.

A cooperativa Bolsón de Verduras estava organizada em coordenação geral, e equipes tal como a de comercialização que participava de feiras eventuais, e estava buscando se articular com a UST para ampliar os espaços de comercialização para seus associados.

A principal base de atuação das organizações estava baseada na contribuição dessas para a produção agrícola, processamento (agroindústria) e comercialização, tendo sido destacado pelos camponeses entrevistados que estas eram realmente as maiores fragilidades que enfrentavam.

A base de apoio das diferentes organizações era a UST, que cumpria o papel de articuladora, não apenas dos agricultores identificados com ela e com sua estrutura organizativa, pois verificou-se que a UST luta pela inserção das demandas dos camponeses nas políticas públicas, com destaque para as relacionadas ao acesso à terra e água, e de apoio ao acesso a mercados.

A UST apresentava como a base de seus pressupostos de atuação a preocupação com a segurança alimentar e soberania alimentar, compreendendo esta última como “o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo” (Declaração de Nyéléni, 2007, p.01). As propostas de atuação era contribuir para a produção de alimentos saudáveis, de forma a que tanto agricultores como consumidores tivessem uma alimentação de qualidade a preços justos.

Inicialmente a UST organizou a CAXI, ao perceber que na região havia uma dificuldade na comercialização do tomate por parte dos agricultores, que vendiam o produto principalmente *in natura*, e não tinham condições de realizar o processamento mínimo dessa produção, de forma a diminuir as perdas, e certamente agregar valor.

Com a organização da CAXI, a UST iniciou a busca por fundos de investimentos que pudessem viabilizar a construção de uma pequena agroindústria, assim como habilitá-la nos

órgãos reguladores responsáveis nas esferas municipais e provinciais⁷, possibilitando a comercialização, com a marca ‘Manos del Pueblo: Productos de la Lucha Campesina’, dos seguintes produtos: *salsa* de tomate (molho de tomate), tomate inteiro sem pele (Figura 16), e tomate triturado. E com a marca, se insere no mercado.



Figura18. Tomate inteiro sem pele.

Fonte: Arquivo pessoal.

Com o desenvolvimento da atividade de Agroindustrialização, que possibilita agregar valor e ultrapassar dificuldades tais como armazenamento, período de comercialização etc., no entanto algumas limitações da associação⁸ foram sendo percebidas, e apontada a necessidade de avançar no processo de organização com a constituição da Cooperativa Tierra Campesina, agregando então outros projetos produtivos: vinho e processamento de frutas. A cooperativa tinha como base na atuação de coletivos de trabalho, como o denominado Hijo del Pueblo⁹ que atuava com foco no processamento mínimo de frutas: maçã, pêssigo e cereja. Com isso possibilitavam a diversificação dos produtos processados na agroindústria da cooperativa.

Uma questão importante a ser ressaltada refere-se às questões climáticas de Mendoza, com frio rigoroso no inverno que limita o desenvolvimento vegetal, verão seco – a média anual é de cerca de 200 mm, e ocorrência frequente de chuvas de granizo. Essas condições gerais do clima são determinantes para que a faixa de meses do ano para produção de alguns produtos seja estreita, bem como o risco de perda de produção seja constante. Essa condição determina

⁷Possuem Registro Nacional de Establecimiento e Registro Nacional de Produto no Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA).

⁸ Camargo (2017) diz que associações são mais adequadas para atividades sociais, educativas e culturais, e a cooperativa consegue desenvolver uma atividade comercial em média escala de forma coletiva, proporcionando as famílias envolvidas a terem seu próprio sustento possibilitando assim desenvolvimento socioeconômico.

⁹ O coletivo existia há cerca de 10 anos, e surgiu com a motivação de questionar a instalação de empresas mineradoras na região do Valle do Uco, composto pelos municípios de San Carlos, Tunyan e Tupungato. Após quatro anos a ação do coletivo adquiriu também o caráter de apoiar a produção, notadamente o processamento de frutas.

a demanda efetiva de que sempre buscar-se o máximo aproveitamento da produção via agroindustrialização, de forma a garantir tanto o maior retorno econômico possível, como a possibilidade de abastecimento constante ao longo ano de produtos com curto período de safra.

Para dar conta da complexidade dos processos de produção, processamento e comercialização a UST se organizou em equipes que se mesclavam para gestão da Cooperativa Tierra Campesina, que estão organizados nas diferentes regiões de Mendoza: Lavalle (norte), San Martin (leste), Valle do Uco (oeste) e San Rafael e Malargue (sul).

Para a gestão política, a UST tinha em que cada região os agricultores organizados em grupos de base, espaço onde discutiam e elencavam problemas relacionados à comunidade (moradia, água, produção, saúde, formação, etc.). Dos grupos eram escolhidos representantes que participavam das reuniões regionais da UST, que constituía o momento de debate e tomados de decisão de acordo com as necessidades apresentadas pelos grupos de base e outras demandas das equipes de trabalho, tais como agroindústria, comercialização, etc. A UST utilizava ainda a dinâmica de assembleias com presença de representantes de todas regionais.

A gestão administrativa por sua vez, tinha por base equipes de trabalho e grupos por afinidade de produção, sendo:

- **Equipe de comercialização:** contribuía na organização da comercialização, junto as Redes de Comércio Justo, participação em Feiras Eventos, e a Feira das Mulheres Camponesas;
- **Equipe da Agroindústria (Fábrica):** responsável pelo processamento em especial do tomate. Avaliava com a equipe de comercialização a demanda e ajustava os grupos de trabalho para atuar na safra;
- **Equipe de Produção:** atuava diretamente com os agricultores, verificando as condições da produção e o que seria destinado à Agroindústria, e outros canais de comercialização. Contava para isso com **subequipes:** **1) Subequipe do viveiro:** responsável pela manutenção das mudas, especialmente de tomate, que seriam comercializadas; e **2) Subequipe de equipamentos e maquinário:** coordenava o planejamento para atender a demanda dos grupos produtivos com uso de tratores, fenador, equipamentos para produção de vinho, etc.

Haviam também os grupos organizados por afinidade produtiva, em que os principais eram:

- Agroindústria: tomate e frutas (maçã, pêssago, cereja);
- Horticultores ('Chacareros');
- Produtos de couro;
- Caprinocultura de carne;
- Produção de ovos de galinhas caipiras;
- Mel.

Esses grupos eram articulados e coordenados pela equipe de comercialização, que mantinha uma estrutura organizativa baseada em encontros para discutirem a projeção de safra, realizando um levantamento mínimo da produção, assim como a demanda de produtos para as redes de comércio justo já estavam integradas e que precisavam atender.

4.1.7 Políticas Públicas para desenvolvimento produtivo e acesso a mercados

A identificação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura na Argentina tem se modificado ao longo da última década, notadamente depois de 2004, quando se inicia uma fase com enfoque territorial, em que a agricultura familiar se torna a base das ações. NOGUEIRA (2013) descreve que historicamente esse público não fazia parte da agenda

vinculada ao meio rural argentino, e que as ações direcionadas nos anos 1990 para o público da agricultura familiar, foram iniciadas com recursos do Banco Mundial (e outros como o BID-BIRF) com viés assistencialista e com o propósito de buscar reverter à pobreza no campo.

Destaca-se a criação do Projeto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Agropecuários (PROINDER) com financiamento do BIRD, e coordenada pela Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Agroindustrias (SAGPyA), vinculado na época ao Ministério de Economía, assim como o Programa Social Agropecuario (PSA) que visava definir o pequeno agricultor minifundista de acordo com as características que envolviam tamanho da terra, trabalho desenvolvido por membros da família, e ganhos provenientes da venda de sua produção agrícola.

Desta forma Sislian (2013) descreve que a atuação governamental, até o final do século XX, voltava suas principais ações para o setor mais capitalizado do campo, situado em geral na região do Pampa, a exceção foram as ações, iniciadas na década de 1990, do PROINDER e PSA. Em relação a este último, o autor destaca que era o programa que mais utilizava o termo “agricultura familiar”.

Em 2009, a SAGPyA passou para o status de Ministério de Agricultura, Ganadería, Pesca y Agroindustrias (MAGPyA), no entanto SISLIAN (2013:73) aborda que ainda neste momento, de mudanças institucionais relevantes para o desenvolvimento do campo e da agricultura, a grande questão ainda era centrada na caracterização do sujeito que deveria ser beneficiados, a forma como deveria ser caracterizados: pequeno produtor, camponês, ou agricultor familiar, e como enquadrar esse sujeito nas políticas neoliberais voltadas para “iniciativas focalizadas e de alívio a pobreza em populações rurais”.

Assim como as instituições apresentam dificuldades de caracterizá-los, os próprios agricultores camponeses também assim se sentem diante das possibilidades de políticas existentes. Ao questionar as famílias sobre o acesso as políticas, pôde-se verificar a dificuldade de acesso as políticas públicas, assim como fica clara a inexistência de caracterização específica para os agricultores, como pode ser percebida na fala a seguir:

Si, hay pocas. Porque la esta hecha para los grandes empresarios, los que tienes grandes extensiones, monocultivos. Para nosotros practicamente mas traba que otra cosa” (AgMdz 1), “Si, el tema es importante, es una forma de ter informaciones de la Tierra, como llegar a la tierra, yo crea que sea esto, el tema de la agricultura familiar” (AgMdz 3). “No tuve acceso a nada, apenas por la organización (AgMdz 2).

A partir dos relatos foi possível identificar as políticas públicas provincial ou nacional e em qual município as famílias camponesas tinham acesso. Das políticas podemos destacar:

- Registro Nacional da Agricultura Familiar (RENAF);
- Monotributo Social Agropecuario;
- Microcrédito;¹⁰
- Inscrição como Elaboradores de Vinho caseiro pela resolução C. 45/10, do Instituto Nacional do Vinho (INV);
- Pro-Huerta, vinculado ao Cambio Rural do Ministério do Desenvolvimento Social e executado pelo INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária);
- Apoio técnico por meio da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF.

¹⁰El “Programa Nacional de Promoción del Microcrédito para el Desarrollo de la Economía Social “Padre Carlos Cajade” se enmarca en una estrategia integral de desarrollo productivo con inclusión social, que el Ministerio de Desarrollo Social lleva adelante a través del Plan Nacional de Desarrollo Local y Economía Social “Manos a la Obra”. (MDS, 200?)

Além das políticas anteriormente mencionadas que podem ser acessadas de forma individual, existem que podem ser acessadas por meio da organização social que fazem parte, como as citadas a seguir:

- Registro Nacional de Organizações da Agricultura Familiar - RENOAF, obtido pela cooperativa Tierra Campesina;
- Registro de Habilitação para Funcionamento da Agroindústria – RENAF, junto ao Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA);
- Acesso a Microcrédito para la Economía Social, vinculado ao MDS, que possibilitava as famílias acessarem recursos para investimento na produção agrícola e agroindústria para aquisição de vidros, nesse tanto para uso individual na produção de vinho caseiro, como coletivamente;
- Capacitação por meio do Programa de Empleo Independiente e Entramandos Productivos Locales, vinculado ao Ministerio de Trabajo, Empleo e Seguridad Social, em que as formações eram voltadas para avançar no desenvolvimento da capacidade produtiva e comercial, através de arranjo local e suas redes associativas.

Esse conjunto de políticas, programas e projetos governamentais, em geral não eram percebidos como tal pelas famílias, a não ser as que estavam mais inseridas nas questões burocráticas e gestão da cooperativa ou da UST, o que dificultava que se tornassem sujeitos na constituição de processos de apropriação de políticas públicas voltadas para melhorias nas suas dinâmicas sociais e econômicas.

As políticas e programas, voltados para o acesso a mercados locais, identificados, foram:

- Comercialização através da Rede de Alimentos da Agricultura Familiar (RAAF), diretamente em feiras como a Feira Provincial da Agricultura Familiar, organizada duas vezes ao ano pela Secretaria Nacional da Agricultura Familiar (SAF), bem como em ponto de recepção e distribuição desta secretaria na cidade de Mendoza;
- Programa Bolsón de Verdura e Bolsón de Frutas, organizado pelo Ministério de Agroindústria e Tecnologia, em parceria com província, municípios, instituições privadas, sindicatos e organizações sociais. A comercialização ocorria em pontos distintos da província com o objetivo de venda direta para consumidor final, com preços mais baixos que o de mercados e Verdurarias, com o apoio de transporte subsidiado.

Em relação às iniciativas de políticas públicas descritas, um agricultor relatou que a comercialização para o Programa Bolsón de Frutas não foi tão positiva quanto poderia devido a falhas relacionadas ao pagamento.

Visando a ampliação de iniciativas de apoio do setor público a agricultura familiar, por meio da RAAF/SAF existia o esforço de articular a comercialização da produção agrícola desse setor para o Restaurante Universitário da Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), atendendo a Lei Nº 27.118/2014 e o Projeto de Lei “Régimen de Compra a la Agricultura familiar, para Fortalecimiento del Sector”. Articulação esta, que até então, havia repercutido na venda regular, apenas por parte da cooperativa de agricultores horticultores de Maipu/Mendoza, que estava realizando entrega de apenas um produto. Experiência essa exitosa, mas que, no entanto, tinha diversas dificuldades operacionais associadas tanto a questões dos agricultores como da universidade.

Identificou-se também a iniciativa da UST de organizar com a municipalidade de Lavalle, um Seminário de Economia Social e Soberania Alimentar, para conhecer experiências de compras institucionais que eram então realizadas no Brasil, e que poderiam subsidiar a organização com os agricultores locais de ações semelhantes. No seminário discutiu-se questões como economia popular, normas sanitárias para a agroindústria familiar, compras públicas, sistema de alimentação escolar, e a questão agrária do município.

Identificou-se ainda que além das políticas citadas, a organização social local buscava acessar projetos com intuito de fortalecer o desenvolvimento socioeconômico das famílias camponesas do território, e assim conseguiram acessar recursos, via Ministério do Trabalho da Nação, para adaptar um antigo galpão usado como fábrica de ração, para que este se tornasse um ‘Centro de Produção, Distribuição e Comercialização’ com espaços para realização de Feiras quinzenais, de forma a ampliar a comercialização dos ‘chacareros’, tendo ainda espaço para uma agroindústria e acondicionamento de frutas e hortaliças.

4.1.8 Mercados construídos e em construção

Vimos anteriormente que os camponeses ligados a UST, e outras organizações sociais desenvolviam estratégias individuais e em parceria para comercializar sua produção, fresca ou processada. Além dessas construções a comercialização também era realizada via redes de comércio justo. Compreendendo comércio justo como “processos de intercâmbio comercial orientado para o reconhecimento e a valorização do trabalho e das expectativas dos produtores e consumidores, permitindo uma melhoria substancial da qualidade de vida das pessoas, tornando viáveis os direitos humanos e o respeito ao meio ambiente, através de uma perspectiva de desenvolvimento humano, solidário e sustentável” (FRETEL, 2003, p.11).

Segundo Wilkinson (2008, p.173) o comércio justo tem sido uma estratégia competitiva na abertura de novos mercados, tornando-se um pilar do desenvolvimento e, dessa forma, contribui para a distribuição do valor à montante na cadeia produtiva para os produtores rurais. As relações de confiança entre consumidor e produtor alicerçam as trocas mercantis e os pequenos negócios, que envolvem uma produção artesanal, “colonial” e diferenciada, bem como as redes que se formam e o alinhamento com valores do mundo doméstico frente à disputa com o sistema convencional (SCHNEIDER, 2015, p.68).

Estas redes têm por objetivo aproximar consumidores e agricultores, o que pode ser percebidas através da fala do agricultor entrevistado: “[...] *buscamos la valorización del producto y del trabajo del agricultor, es una forma de acompañar y contribuir con las organizaciones y con las personas*”. Assim proporcionam que os agricultores, através de suas associações ou cooperativas, possam comercializar e ter estrutura, que possibilite garantir preço justo aos alimentos, e em consequência os consumidores têm acesso a alimentos saudáveis e agroecológicos, de origem camponesa, o que fortalece a agricultura, a soberania e a segurança alimentar, a partir da criação de rede sociotécnica.

No entanto, as redes de comércio justo só conseguiam absorver parte da produção dos agricultores da região de estudo, restringindo-se aos alimentos minimamente processados (néctar, molho de tomates, alimentos em conserva). O desafio era viabilizar um mercado justo para os produtos ‘frescos’, as hortaliças, conhecidas como produtos ‘chacareros’, que são perecíveis e precisam de outra logística de comercialização.

Para tal as organizações dos agricultores necessitavam adotar estratégias e técnicas de distribuição e comercialização diferenciadas para estes produtos, além da inserção em um mercado em que o fluxo é contínuo. Gree e Schaller (2000, p. 111) abordam que a comercialização de alimentos frescos, sempre esteve sujeita a restrições relacionadas a perecibilidade, dificultando a estocagem dos gêneros, sendo um limite no funcionamento para empresas comerciais, caso não tenha uma logística estruturada.

As principais redes de comercialização de mercado justo dos produtos dos agricultores vinculados a UST identificados, assim como as logomarcas de algumas das redes, estão apresentadas no Quadro 7, e na Figura 17. Dentre as redes podemos dividi-las entre ações realizadas pelo poder público como o: Mercado de Produtores de Mendoza (MPM), e pela Rede de Alimentos de la Agricultura Familiar (RAAF), que são iniciativas governamentais para fortalecer a comercialização. E as demais redes vinculadas a instituições não governamentais, com características cooperativadas e articuladas com associações de consumidores.

Quadro 8. Redes de Comercialização que viabilizam venda dos alimentos de UST.

Provincia	Rede de Comercialização
Mendoza	<ul style="list-style-type: none"> • Almacén Andante • Mercado de Productores de Mendoza • Red de Alimentos de la Agricultura Familiar
Buenos Aires	<ul style="list-style-type: none"> • Caracoles y Hormigas • Cooperativa la Asamblear • Organización Servicio a la Cultura Popular – SERCUPO • Puente del Sur

Fonte: Pesquisa de campo.



Figura 19. Logomarcas das Redes de Comercialização.

Fonte: Imagens captadas nos sítios das comercializadoras.

De acordo com Caracciolo (2016), essas organizações são importantes para o desenvolvimento do pequeno agricultor, pois vão além da contribuição com processos produtivos e capacitações, e criam expectativa de acessar mercados com melhor remuneração. A autora destaca que muitas dessas organizações não governamentais surgiram após a crise econômica de 2001/2002 vivenciada pela Argentina, ela contabilizou a existência de seis organizações antes da crise e após ela 15.

As redes possuem aspectos comuns de atuação, que é de realizar a comercialização dos produtos camponeses, diminuindo a ação de supermercados e outros mercados, buscando que os alimentos cheguem ao consumidor com preços mais acessíveis,

Al consumir productos de la Economía Social y Solidaria nos involucramos de manera consciente y responsable en los procesos productivos, pasando a formar parte activa del consumo. La Economía Social y Solidaria sostiene y desarrolla principios de cooperación, solidaridad y cuidado de nuestra salud y del medio ambiente. Promueve el trabajo digno, autogestión y forma parte integral de la construcción por un cambio social. Proponemos no solo conocer y difundir la propuesta, sino remplazar aquellos productos de consumo cotidiano de las grandes marcas por los de la economía popular y solidaria (CARACOLES Y HORMIGAS, sitio web, 2017).

Cada rede possui suas estratégias para realizar a comercialização dos produtos e facilitar a aproximação com os consumidores desde lojas fixas, organização de feiras assim como na utilização de ferramentas de redes sociais, tais como: Facebook, WhatsApp, Instagram, bem como blogs, sítios na internet com lojas virtuais. Através das redes sociais organizam também pontos de apoios para retiraras das vendas.

A rede com atuação em Mendoza: “El Almacén Andante”, iniciou em 2008 com grupo de estudantes da UNCuyo, com objetivo de proporcionar espaços de comercialização. Eles possuíam, na época da pesquisa, uma loja (Figura 18) em Mendoza, no espaço “casita colectiva¹¹”, promoviam feiras itinerantes pela cidade e em dias fixos na universidade (Figura 19). Além desses pontos físicos, as compras podiam ser realizadas por meio de solicitação na loja virtual. Com a ferramenta SHEETS, do Google, disponibilizavam a relação de produtos disponíveis para o mês.



Figura 20. Loja “El Almacén Andante” em Mendoza.

Fonte: Facebook do El Almacén Andante

¹¹ Casita Colectiva é um cultural, uma casa autogestionada por grupos de trabalho de comércio justo. Nesta casa o El Almacén andante possui um espaço onde armazena os produtos provenientes dos camponeses.



Figura 11. Tienda “El Almacén Andante” na UNCuyo.

Fonte: Facebook do El Almacén Andante.

O Mercado de Produtores de Mendoza foi inaugurado em 2014, sendo o primeiro “Súper Mercado Central de la Red Comprar”, foi implantado a partir de uma iniciativa do ex Ministério de Agricultura Ganaderia y Alimentos (MAGyA), do Ministério de Economia y Finanzas Públicas, junto com a Secretaria de Agroindustria y Tecnologia da Agência Mendocina de Comercialización y Desarrollo Social. Popularmente é conhecido como Mercado de la Terminal, por estar localizado junto ao Terminal de ônibus municipal e intermunicipal de Mendoza (Figura 20).



Figura 21. Mercado de Productores de Mendoza.

Fonte: Arquivo pessoal.

A organização do mercado visou aproximar organizações de agricultores e consumidores, com ofertas de alimentos de qualidade a preços mais acessíveis, e melhorar a

rentabilidade dos agricultores por meio das reduções de custos com a comercialização. Os produtos alimentícios comercializados precisam estar habilitados pelos órgãos competentes, de acordo com o Código Alimentar da Argentina.

De acordo com o coordenador do Mercado, embora nesse houve a presença de 130 organizações de agricultores, ainda havia limitação na diversidade de produtos. Por exemplo, a UST tinha como produtos aptos para ser comercializado no mercado apenas os provenientes da cadeia produtiva do tomate. Por essas questões, justificou o fato de que grandes empresas alimentícias também realizavam comercialização no Mercado. De forma que era possível observar nas gondolas os produtos dos camponeses lado a lado com as grandes empresas, como pode ser visualizado na Figura 21.



Figura 22. Gôndola do Mercado de la Terminal, com produtos de agricultores vinculados a UST lado a lado de produtos de grandes empresas alimentícias.

Fonte: Arquivo pessoal.

Como ferramentas de comunicação o Mercado de la Terminal utilizava página de Facebook, Rádio do Terminal de ônibus, assim como cartazes dispostos pela área de circulação de passageiros, bem como as organizações sociais intensificavam a comunicação utilizando suas mídias específicas.

O mercado buscava ampliar a atuação e abranger cada vez mais os pequenos agricultores da região Cuyana, quanto de outras províncias e, para isso, promovia intercâmbio de conhecimentos e experiências de comercialização. Para tal um dos intercâmbios foi com o Governo do Chile (Figura 22) para conhecer as formas de comercialização das 'Ferias Libres Chilenas', que construíam cerca de 1.100 pontos de venda com cerca de 113 mil bancas de comercialização.



Figura 23. Reunião de Organizações de Agricultores do Mercado Produtores com Governo Chileno.

Fonte: <http://ahoramendoza.com.ar/movil/nota.php?ID=6360>

A Red de Alimentos de la Agricultura Familiar da SAF (RAAF/SAF), era dependente do Ministério da Agroindústria, e tinha a participação de técnicos da SAF, organizações camponesas, a exemplo da UST, Cooperativa Bolsón de Verduras, Biofeira, Productores Biodinâmicos, Crescer del Pié, dentre outros, a forma de gestão se dava por reuniões em que as definições das ações ocorriam. A Figura 23 é de uma das reuniões da RAAF.

De acordo com PERSIA (2015), uma rede se estrutura em cinco linhas de atuação:

- 1) Feiras e eventos que podem ser locais ou em atividades nacionais, na local em Mendoza acontece a Feria Provincial de la Agricultura Familiar com duas vezes ao ano;
- 2) compras comunitárias é uma forma de aproximação entres consumidores e agricultores, compreendendo que estes podem ter acesso a produtos de outros agricultores de outras regiões,
- 3) Mercado Nacional é a possibilidade de intercambiar com outras redes de comércio e assim facilitar o deslocamento de produtos alimentares entres estes pares,
- 4) Compras Públicas, há perspectiva de realizar ações para implantar a Lei nº 27.118/2014, estão com projeto Piloto com o Restaurante da UNCuyo e;
- 5) Pontos de Promoção, são os espaços de recepção e de comercialização dos produtos alimentares, em Mendoza este situa-se na própria sede da SAF. Na Figura 24, a UST está realizando entrega na SAF.



Figura 24. Reunião RAAF/SAF Mendoza.

Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 25. Entrega de produtos da UST no Ponto de Promoção da RAAF na SAF/Mendoza.

Fonte: Arquivo pessoal.

A Rede de comercialização “Caracoles y Hormigas”, comercializava os produtos em Buenos Aires, com a simbologia de encurtar distancias entre agricultores e consumidores, conforme ilustrado em um de seus panfletos informativos da rede (Figura 25). Esta contava com publicidade via sitio na internet, página de Facebook e mapas do Google interativo, que possibilitava aos consumidores identificarem feiras, e pontos de entregas mais próximos de suas casas ou bairros (Figura 26) o mapa ilustra as áreas com pontos de entrega.



Figura 26. Panfleto da rede Caracoles y Hormigas de Buenos Aires.
Fonte: <https://www.caracolesyhormigas.com.ar>



Figura 27. Mapa interativo com áreas com pontos de entrega.
Fonte: https://www.caracolesyhormigas.com.ar/?page_id=5955

A rede “Puente del Sur”, foi criada em 2003 por meio das assembleias de moradores articuladas com movimentos sociais, com o objetivo de criar postos de trabalhos articuladas com a distribuição de alimentos produzidas por cooperativas e pequenos agricultores. Para a organização era importante desenvolver mecanismos de aproximação para que os agricultores conseguissem alternativa aos circuitos comuns de comercialização e proporcionassem para os consumidores urbanos preços mais adequados, mais justos.

Assim como a rede anterior utilizava mapas interativos (Figura 27) por meio de seu sitio na internet, possibilitando que os consumidores conseguissem verificar os locais de entrega dos produtos solicitados pela loja virtual.

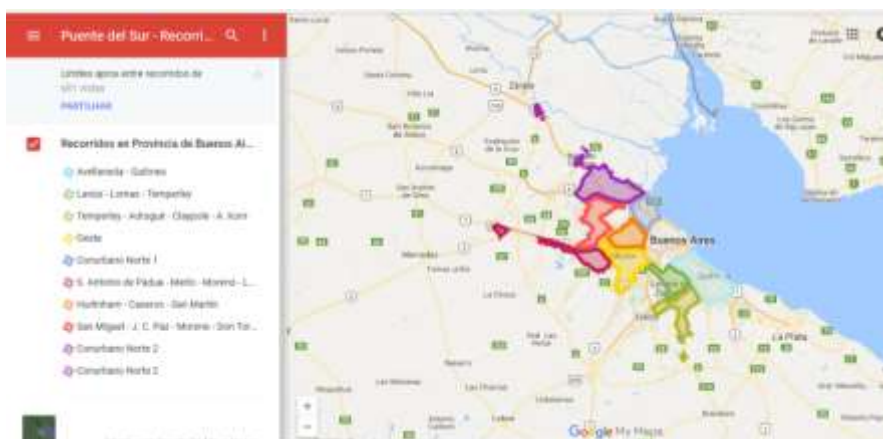


Figura 28. Mapa interativo com locais de entrega da Rede *Puente del Sur*.

Fonte: <https://puentedelsturcoop.com.ar/nuestros-recorridos/>

Além da comercialização por meio virtual, que facilitava os pedidos e as entregas, a rede “Puente del Sur” também realizava feiras itinerantes em eventos na província de Buenos Aires, conforme Figura 28.



Figura 12. Puente del Sur em feira.

Fonte: Página Facebook Puente del Sur

A rede “Asamblear”, participava de uma rede maior de comércio justo do litoral argentino, e sua abrangência pode ser verificada na figura 29. A Asamblear existia desde 2003, e surgiu a partir de grupos organizados nas Asamblea Barrial Núñez y a la Asamblea Popular de Núñez-Saavedra, ao norte de Buenos Aires, que se reuniram para formar a Cooperativa de Vivienda, Crédito y Consumo La Asamblearia Limitada. Logo após sua constituição, realizaram sua inscrição no Instituto Nacional de Economía Social (INAES), órgão regulador do funcionamento das cooperativas na Argentina.



Figura 30. Mapa da Rede Comércio Justo do Litoral.

Fonte: Site Rede Comércio Justo Litoral

Os mecanismos de comunicação que a rede “Asamblear” utilizava eram as redes sociais, e a distribuição dos produtos apoiava-se em blog, e na organização em núcleos em que ocorria a entrega dos pedidos. Tinha ainda o apoio de organizações parceiras como o Movimiento Campesino de Santiago del Estero, Vía Campesina, a Unión de Trabajadores Sin Tierra de Cuyo, o Encuentro Calchaquí de Salta, a Cooperativa Vitivinícola de Cayafate, a Red Cañera de Misiones, entre outras. A organização da rede propunha que ocorresse troca de produtos, assim proporcionando que os produtores/consumidores pudessem ter acesso a diversidade de alimentos e outros itens que eram produzidos nos diferentes núcleos participantes na Asamblear, conforme destacado em seu blogspot:

La red propone que cada organización asociada se constituya como un nodo de producción, consumo y/o distribución. Así, todas las organizaciones envían sus productos a todos los nodos de la Red reduciendo recursos logísticos. Recibe asimismo en forma de intercambios las producciones de otras empresas sociales, de esta manera cada organización diversifica sus productos y multiplica sus nodos de venta sin agregar comercialización intermediaria. La red del Litoral tiene hoy 5 espacios de venta directa a los consumidores y tres Nodos de Distribución Solidaria (Asamblear blogspot, 2017).

Sem dúvidas as redes de comercialização da economia social e solidária contribuía para que as organizações dos camponeses pudessem se desenvolver e ter acesso a mercados, mesmo diante de toda a estrutura mercadológica. É perceptível que os produtos provenientes de agroindústrias possuíam mais condições de serem comercializados, devido ao maior tempo de prateleira conseguido pelos processamentos. Nas redes gerenciadas por organizações sociais, a relação existente era a baseada na confiança, valores distintos das formas de comercialização das grandes cadeias, ficando visível quando a rede realizava a comercialização de produtos caseiros e artesanais, e nem todos possuíam habilitação dos órgãos sanitários, a este procedimento de comercialização eram como se fossem “intercâmbios de sabores artesanais e culturais”, além de que buscavam estar presentes e conhecer os espaços de produção dos alimentos, o que fortalece os laços.

No entanto, um desafio identificado foi a comercialização de produtos frescos. Os produtos “*chacareros*”, para os quais, como vimos anteriormente, os agricultores criavam estratégias individuais ou em parceria, e utilizavam estratégias de comercialização de cadeias curtas, ou entregavam em maior volume aos atacadistas e outros intermediários. Porém, os

produtos de verão, como as folhosas, mais perecíveis e que não podiam ser processados ou armazenados por um determinado período, precisavam ter um canal fixo de comercialização para diminuir as perdas.

Com essa finalidade, a UST promoveu algumas iniciativas com os agricultores, como um encontro realizado em novembro de 2016 (Figura 31), com objetivo de realizar o levantamento produtivo, verificar a diversidade de cultivos existente nas unidades de produção, de cada agricultor envolvido na cooperativa e associação, para assim caracterizar os que poderiam ter volume de alimentos para comercialização.

Em outro momento, a mesma UST reuniu os parceiros para discutir a Feira Camponesa, suas características e de que forma o galpão dessa entidade (Figura 32) poderia ser transformado em um local de comercialização direta pelos agricultores, tornando-se um ponto de referência para as *verdurarias* e mercados locais e, mais que isso, fosse um espaço em que moradores da cidade pudessem ter acesso a alimentos agroecológicos a preços justos e servisse para trocas de produtos e experiências entre os agricultores, possibilitando aglutinar rede sociotécnica local potencializadora do desenvolvimento do campo a partir do fortalecimento da organização social na luta por acesso a água, terra e reforma agrária.



Figura 31. Encontro com produtores e parceiros da UST, San Martin, Mendoza.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 32. Reunião de agricultores da UST e parceiros, para discutir a Feiras Camponesas
Fonte: Arquivo Pessoal.

4.2 A Experiência em Nova Friburgo, Rio de Janeiro/Brasil

4.2.1 Caracterização de Nova Friburgo

O estado do Rio de Janeiro é notoriamente identificado pelo IBGE (2010) como um estado altamente urbanizado, possuindo o contingente populacional de 15.993.583 habitantes, distribuídos com 15.466.996 (96,71%) em área urbana e 526.587 (3,29%) em área rural. E, em acréscimo, no relatório do Projeto Regiões Rurais do IBGE 2015, destaca-se a densidade populacional da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, como um poderoso mercado interno, tendo em seu entorno um cinturão verde voltado ao abastecimento urbano, notadamente de hortaliças.

Um dos municípios que compõe o cinturão verde de abastecimento da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro é o município de Nova Friburgo, localizado na região Serrana Fluminense, distando da capital cerca de 140 km (Figura 32). O município tem uma distribuição populacional com 88 % da população urbana com 159.335 mil de habitantes, e 12 % rural com 22.681 mil habitantes, em uma área total de 933,414 km².

A Região Serrana Fluminense está localizada no contexto da cadeia de montanhas da Serra do Mar, que atravessa todo estado de leste a oeste e mantém, nas áreas mais altas dessa região, grandes áreas remanescentes cobertas pela Mata Atlântica. As montanhas de Nova Friburgo chegam a atingir 2.366 metros de altitude, tem clima Tropical de altitude, caracterizado por verões quentes e chuvosos e invernos secos e úmidos, podendo chegar próximo de 0°C em dias mais frios.



Figura 33. Mapa de localização de Nova Friburgo, Rio de Janeiro/Brasil.

Fonte: Adaptado a partir da internet.

A formação de Nova Friburgo deu-se a partir de 1818, quando a Coroa Portuguesa que tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro, aprovou uma colonização planejada na Fazenda ‘Morro Queimado’ (Figura 33), no então município de Cantagalo¹², a iniciativa fez parte da estratégia para conseguir apoio dos Povos Germânicos contra o Império Francês, bem como de

¹²A exploração da Sesmaria em 1785 havia iniciado com objetivo de extração de ouro, mas a Coroa Portuguesa não atingiu o objetivo, e abandonou a estrutura administrativa organizada na região. Assim, em Cantagalo, após 17 anos de mineração oficial, verificou-se apenas prejuízo aos sesmeiros. Por conseguinte, a Coroa Portuguesa desativou a estrutura administrativa que montara. Alguns mineradores abandonaram o garimpo e outros passaram a se dedicar à agricultura cultivando café, açúcar, lavoura branca (milho, feijão e arroz) e criação de gado. (<http://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/mao-de-luva-e-os-sertoos-do-macacu>).

estratégia de melhorar o abastecimento de alimentos para a então capital do reino português. Assim, entre 1819 e 1820 cerca de 265 famílias provenientes da Suíça se instalaram no local, que chamaram de Nova Friburgo, como homenagem a ‘Fribourg’, cantão suíço de origem da maioria dos imigrantes (LIMA,2016; FAUSTINO, 2015; LÓPEZ NETTO, 2015). Essa imigração suíça constituiu então a primeira colonização oficial não portuguesa do território brasileiro, que logo após a independência do Brasil, foi seguida, em 1823, pela chegada de imigrantes alemães, que assim como os suíços, receberam lotes de terras, pelo sistema de doação vigente na época, para que desenvolvessem a atividade agrícola, muitas vezes em terras inóspitas para tal, determinando que migrassem para outras regiões próximas (FROSSARD, 2014).

Grisel (2013), diz que na região de Cantagalo, local em que ficava a vila de Nova Friburgo, contava com pelo menos 7 fazendas com estes sistemas. Sendo o Barão de Nova Friburgo, já na segunda metade do século XIX, um dos maiores contratantes¹³, chegou a 900 colonos, organizados em postos como lavradores ou assistentes.



Figura 34. Paisagem da Fazenda Morro do Queimado, feita pelo Pintor J. Steinmann, 1830.
Fonte: Jornal a Voz da Serra.

Nova Friburgo foi elevada à categoria de cidade no final do século XIX, por meio de decreto em 1890, época desde a qual até a primeira metade do século XX, chegaram novos contingentes de imigrantes provenientes ainda da Alemanha, como também Itália, Líbano, Portugal, Espanha, Japão e Áustria (LIMA, 2016; FROSSARD, 2014).

A região é composta por um relevo bastante irregular e acidentado, com presença de diversos vales, picos e afloramentos rochosos (SILVA, 2006, p. 7), áreas essas acidentadas cujas terras, em geral pouco propícias à agricultura (DUARTE, 2009), foram distribuídas sem levar isso em consideração, como pode ser percebido na Figura 34. Este panorama de organização territorial Grisel (2013, p. 111) descreve que provocou muitas desigualdades entre os colonos, posto que algumas áreas poderiam ser consideradas “aberrantes”, devido ao declive e a presença de afloramentos de rochas que tornavam difícil, ou mesmo impossível o desenvolvimento de atividade agrícola.

¹³Aos fazendeiros, esperava-se que estes cumprissem as orientações do governo, que orientava em abrigar (moradia), alimentar e pagar os colonos de acordo com as relações de trabalho estabelecidas.

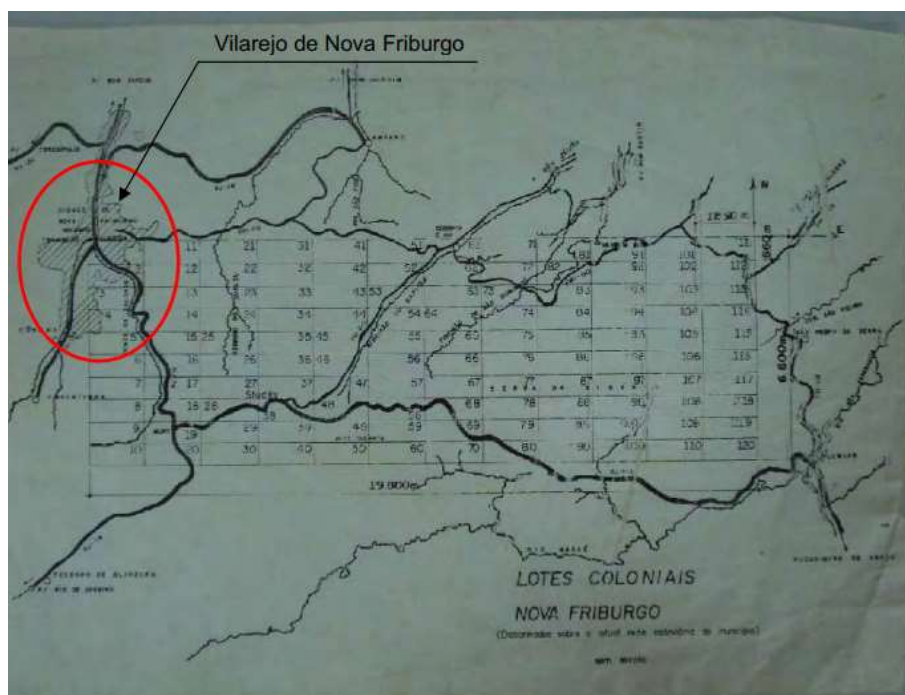


Figura 35. Mapa dos terrenos agrícolas distribuídos pela coroa portuguesa aos colonos suíços que vieram para o Brasil no início do século XIX.

Fonte: Duarte (2009:74).

Essa inviabilidade agrícola de boa parte dos lotes cedidos aos colonos determinou movimentos distintos das famílias suíças e alemãs que foram alocadas em Nova Friburgo. Alguns colonos se aventuraram na busca por riqueza em terras aptas para a produção de café em áreas próximas onde hoje está circunscrito o município de Cantagalo, ao norte de Nova Friburgo. Outros desenvolveram uma agricultura próxima aos sistemas de cultivo de derrubada e queima que foi adaptada da experiência dos indígenas pelos portugueses que inicialmente ocuparam a região. Esse movimento ocorreu predominantemente em direção ao leste de Nova Friburgo para áreas onde os colonos conseguiram concessões, mas também em direção ao sudoeste, onde um menor número decidiu ir trabalhar como empregados em fazendas já estabelecidas como a Fazenda March (futura Teresópolis) ou nas duas fazendas da área de estudo: Fazenda Mendes e Fazenda Machado (GRISEL; ASSIS, 2015).

Frossard (2014, p.59) diz que nesse período iniciou-se na região o cultivo de hortaliças (batata, couve-flor, ervilha e alcachofra) e frutas (pera, laranja, banana e pêsego), cuja produção era comercializada, com grandes dificuldades, na cidade do Rio de Janeiro, devido às condições estruturais de deslocamento. Pois, de acordo com Grisel (2013), existiam então apenas caminhos mal traçados para o transporte de mercadorias, que eram levadas até a cidade do Rio de Janeiro em longas viagens, que poderiam chegar até 12 dias utilizando-se tropas de burros, o que estabelecia altos riscos de perdas, devido principalmente a chuvas.

O fluxo de mercadorias melhorou após a instalação da rede ferroviária, implantada em 1873, que interligou Nova Friburgo a Porto das Caixas, no atual município de Itaboraí, que facilitou a comercialização de produtos mais perecíveis, embora tenha sido implantada prioritariamente para atender a demanda de comercialização das grandes fazendas cafeeiras situadas ao norte de Nova Friburgo¹⁴. Porém, para chegar até a ferrovia, ainda haviam grandes

¹⁴Na região a Estrada de Ferro foi um investimento feito pelo Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, para escoar a produção cafeeira de Cantagalo (...), Essa linha foi a quarta ferrovia no território nacional e a terceira

dificuldades de transporte, que ainda ocorria utilizando-se tropas de burros em viagens que podiam chegar a três dias.

É nessa época que se inicia processo em que as grandes fazendas da região de estudo foram sendo compartimentadas entre os herdeiros ou por venda, principalmente ao longo do século XX, configurando outra estrutura agrária na região, quando outras unidades de produção, com áreas menores foram se constituindo. Grisel (2013) diz que é então nesse período que os colonos conseguiram adquirir terras de seus antigos patrões e consolidar uma produção agrícola tanto para o consumo quanto para comercialização, inclusive demandando novas estruturas e estratégias para tal.

É assim que, em meados do século XX, surgiu na área de estudo um ponto para transações comerciais que, em função de ficar em área da Fazenda Mendes, ficou conhecido como Barracão dos Mendes e passou a denominar a localidade do seu entorno. Nesse local centralizou-se então o comércio dos produtos do terceiro distrito de Nova Friburgo, em momento em que alguns agricultores locais ainda utilizavam tropas de burros ou carros de boi, mas outros já faziam uso do caminhão, figuras 35 e 36 (A VOZ DA SERRA, 2017).

Nesse local alguns produtos eram comercializados visando consumidores da área urbana de Nova Friburgo, basicamente os mais perecíveis, mas a maior parte visava o comércio da então capital do país, e constituía-se principalmente de raízes e tubérculos, conhecidos como produtos de *caixaria*, que suportam um tempo maior de comercialização até o consumidor. Em relação a esse momento Grisel e Assis, (2015) apontam a abertura de estradas vicinais como um processo de avanço na comercialização dos produtos agrícolas de Nova Friburgo, possibilitando uma modificação na estrutura dos transportes no município, comentando que a criação da primeira estrada¹⁵, na década de 1960, possibilitou o transporte dos produtos da região de estudo em caminhões e determinou que paulatinamente as tropas de burros fossem sendo deixadas de ser utilizadas.



Figura 36. Comercialização em Barracão dos Mendes em 1957.

Fonte: IBGE Cidades.

da província fluminense (...), mas informações podem ser adquiridas na fonte: <https://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/o-trem-uma-historia-regional>

¹⁵Estrada de terra estabilizada.

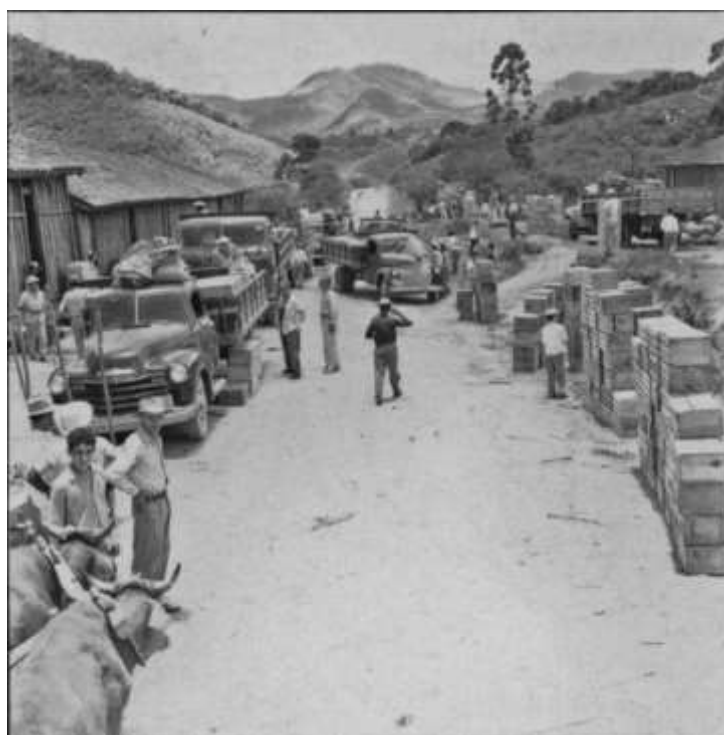


Figura 37. Feira em Barracão em 1957.

Fonte: IBGE cidades.

Historicamente, a Região Serrana do estado do Rio de Janeiro tem a dinâmica de ocupação do seu território e de sua economia, fortemente influenciada pelo crescimento populacional da atual capital fluminense e a demanda por gêneros alimentícios associada a este. BECKER (1966) descreve que a partir de 1930, o aumento populacional na cidade do Rio de Janeiro determinou a urbanização de áreas de sua Região Metropolitana, até então ocupadas por unidades de produção agrícola.

Esse aumento populacional foi notável. Dean (1996) diz que em 1890 o Rio de Janeiro já contava com mais de 500 mil habitantes, o que provocou uma enorme pressão no desenvolvimento da agricultura no seu entorno, requerendo modificações nas estruturas agrária e agrícola do território fluminense, para atender esse mercado interno e ainda manter o atendimento as demandas do mercado de exportação, posto que “um enorme prestígio era associado aos cultivadores de café de exportação e nenhum aos cultivadores de safras de consumo interno” (DEAN, 1996, p.208).O que se pode verificar de forma mais clara na passagem relatada:

O resultado era um setor agrícola com dois patamares, a “grande lavoura” e a “pequena lavoura”, e talvez um terceiro patamar de lavoura, marginal demais para gerar excedentes ou para encontrar vazão para os mercados urbanos. Os fazendeiros costumavam ser imprudentes o bastante para desviar a maior parte do trabalho de seus escravos para o café, forçando-os a comprar colheitas de subsistências de vizinhos. Na verdade, os preços de gêneros alimentícios se elevavam mais depressa que os exportáveis, levando um grande número de fazendeiros à humilhação de plantar arroz e feijão para o comércio (DEAN, 1996, p. 208-209).

Becker (1966, p.41) diz que com a implantação da ferrovia, a Região Serrana Fluminense apresentou-se de forma crescente como uma região com condições de abastecer o mercado da cidade do Rio de Janeiro e seu entorno. Cita Petrópolis, Teresópolis, e Nova

Friburgo por estarem em terras altas, e frias como um espaço propício para o desenvolvimento de hortaliças e flores. Destaca que estes já eram responsáveis pelo abastecimento antes mesmo da estrada de ferro, ou das rodovias serem abertas.

Essa autora acrescenta, porém, que haviam dificuldades dos sistemas de produção agrícola da Região Serrana Fluminense, em atender satisfatoriamente a demanda de consumo da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, justificando políticas de crédito e subsídios que determinaram, na década de 1970, a adesão pelos agricultores a pacotes tecnológicos preconizados pela Revolução Verde que foi “baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água de irrigação e da drenagem” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.28).

Para Grisel e Assis (2015) os impactos da Revolução Verde na região de Nova Friburgo, foram perceptíveis pelas modificações nos sistemas produtivos com a introdução de sementes híbridas de ciclo mais curto, uso de motomecanização, incluindo a aquisição de motores a diesel para captação de água, possibilitando a produção com irrigação. As mudanças no tamanho das unidades de produção também devem ser destacadas, e tanto BECKER (1966), como GRISEL e ASSIS (2015) enfatizam que o aumento e modernização das estradas, tiveram forte impacto na estrutura agrícola com a possibilidade de escoar de forma ágil a produção em maior volume e qualidade, incluindo produtos de maior perecibilidade, com folhosas.

No entanto não é apenas a agricultura que moveu Nova Friburgo, o desenvolvimento industrial ainda no início do século XX, a esse respeito Faustino (2015) diz que:

A era industrial inaugurada por Julius Arp, a partir da fundação da Fábrica de Rendas Arp (1910), foi acompanhada pela instalação de diversas outras fábricas têxteis (Sinimbu, Filó, Ypú) e também metalúrgicas (Stam, Haga), com grande desenvolvimento do período de sua origem até a década de 1980, quando algumas das indústrias têxteis entram em processo de falência (FAUTISNO, 2015 p.1970).

Com a decadência das grandes indústrias, especialmente têxteis, pequenas e médias indústrias desse setor foram impulsionadas, utilizando-se então do recurso de “facções de fundo de quintal”, que Faustino (2015) diz que muitas dessas “facções de fundo de quintal” se constituíram por meio das indenizações das grandes indústrias, o que pode ser percebido no relato de Rangel (2012):

A indústria local de moda íntima foi impulsionada na década de 1980, a partir das demissões em massa da Filó S.A., empresa multinacional de grande porte, produtora de tecido de elastano e de lingerie. Como alternativa e valendo-se dos conhecimentos acumulados na produção, parte dos funcionários demitidos da Filó S. A. (costureiras, em sua maioria) constituiu micro e pequenas empresas dedicadas à confecção de lingerie. À época, a Filó desfez-se de mais de uma centena de suas máquinas, que foram arrendadas para os novos empreendedores (RANGEL, 2012, p. 189)

Verifica-se atualmente a forte presença dessas “facções de fundo de quintal” no meio rural do município de Nova Friburgo, constituindo realidade que Carneiro (2006) apresenta no contexto local de crescimento de atividades não-agrícolas e de novas estratégias de reprodução social e mobilização de novas identidades sociais, acrescentando:

A confecção de peças íntimas do vestuário feminino (a lingerie) é uma especialidade da indústria têxtil no município de Nova Friburgo, ocupando o segundo lugar nesse setor no Brasil. Essa produção se caracteriza por ser realizada, em grande parte, por oficinas domésticas, de caráter informal e centradas no trabalho familiar espalhadas pelas localidades rurais (CARNEIRO: 2006 p. 1).

Ainda no âmbito das atividades não agrícolas no meio rural de Nova Friburgo, destaca-se o turismo rural e as atividades direta e indiretamente associadas a este, na medida que os atrativos turísticos do município são buscados por turistas, desde a abertura da via ferroviária, em que moradores da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, buscavam refúgio no clima ameno da região, bem como local visualizado para cuidados com a saúde. Com o decorrer dos anos, e com a construção da rodovia que liga Nova Friburgo a Teresópolis, que constitui a principal via de acesso aos atrativos do circuito turístico denominado ‘Tere-Fri’ (Figura 37), muitos inseridos no contexto do terceiro distrito de Nova Friburgo, e que se destacam para quem busca aproximação com a natureza.



Figura 38. Circuito Tere-Fri RJ 130, Nova Friburgo/Brasil.
 Fonte: CEJETUR, 2010.

4.2.2 Agricultura em ambiente de montanha: Terceiro Distrito, Nova Friburgo

A pesquisa foi realizada em Campo do Coelho, terceiro distrito de Nova Friburgo, cuja sede está às margens da RJ-130 e distando 12 km da sede do município. De acordo com Oliveira (2007), Campo do Coelho é o maior distrito do município (Figura 38) e representa sua principal área agrícola e maior concentração de população rural (cerca de 8.091 habitantes), que tem a produção de olerícolas como principal atividade econômica.

O distrito de Campo do Coelho está inserido na Bacia do alto Rio Grande e, além de sua sede, de mesmo nome, é composto pelas seguintes localidades: São Lourenço, Baixadas de Salinas, Campestre, Três Picos, Jaborandi, Centenário, Santa Cruz, Patrocínio, Salinas, Barracão dos Mendes, Florândia da Serra, Fazenda Rio Grande, Conquista, Três Cachoeiras e Pilões. E é caracterizado por grande presença de agricultores familiares, o que está diretamente atrelado à herança fundiária do local, conforme descrito no item anterior, que constituiu atualmente espaço agrário configurado por pequenas unidades de produção agrícola.



Figura 39. Mapa da divisão política em distritos do município de Nova Friburgo.
Fonte: <http://distritosnf.blogspot.com/2017/10/distritos-nova-friburgo-rj.html>

Campo do Coelho situa-se em área de montanha, apresentando relevo acidentado com ocorrência de escarpas e pequenos vales, no contexto de uma região onde estão situadas as maiores altitudes da Serra do Mar, com valores que variam de 1090 m na localidade de Barracão dos Mendes, a 2.316 metros, no ponto culminante do Pico Maior que está inserido no conjunto de montanhas conhecido como Três Picos (LOPEZ NETTO, 2015, p.107). A Figura 39 permite perceber o relevo da região com suas montanhas e vales, bem como o desenvolvimento agrícola local. López Netto (2015) refere-se a essa região como uma importante representante da agricultura praticada em ambientes de montanha, por possuir características de solos poucos arenosos e intemperizados e clima úmido e ameno, propício para desenvolvimento de olerícolas.



Figura 40. Relevo acidentado, ocupação agrícola e de moradia, Campo do Coelho.
Fonte: Arquivo pessoal.

Segundo a autora, compreende-se ambiente de montanha por:

Ambiente de Montanha são áreas, onde estão localizadas montanhas – de classe 1 a 6 – onde comunidades humanas estão presentes considerando-se seus valores, expressões e atividades de forma geral em determinado contexto de tempo e o ambiente natural do entorno. Ressalta-se o conceito antropocêntrico dessa afirmação, onde o ser humano é considerado agente essencial no contexto (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 9).

É importante destacar que estes ambientes de “montanhas são extremamente vulneráveis às mudanças climáticas e ao desequilíbrio, tanto natural quanto causado pelo ser humano, e devido as suas características, esses ambientes, ou suas imediações correm risco de deslizamento de solo, estiagem e enchente” (LÓPEZ NETTO, 2013, p.11).

A autora destaca que as agriculturas desenvolvidas nesses espaços podem ser compreendidas como uma agricultura na montanha, caracterizadas pelo uso de técnicas não sustentáveis, como as identificadas predominantemente na região de Campo do Coelho, e a agricultura de montanha sendo a que ocorre em equilíbrio com ambiente.

De acordo com Lima (2016), os sistemas produtivos desenvolvidos em ambientes de montanha, devem levar em consideração manejos que visem manter equilíbrio dos agro ecossistemas, conforme descrito a seguir:

(1) manutenção da cobertura do solo, de forma a reduzir o escoamento superficial e perda de solo das áreas produtivas; (2) utilização de curvas de nível dada a grande declividade dessas áreas; (3) utilização de adubação verde com plantas de cobertura que favoreçam o aumento do nível de matéria orgânica e a melhor cobertura do solo; (4) adoção de sistemas de irrigação adaptados ao relevo e; (5) diversificação e rotação de culturas, a fim de reduzir a incidência de doenças e insetos causadores de danos econômicos (LIMA, 2016, p. 30).

A produção de olerícolas representa a principal atividade agrícola do município, presente em todos os distritos e na maioria das propriedades rurais, principalmente nos distritos de Campo do Coelho e São Pedro da Serra. Entre as dezenas de hortaliças cultivadas, destacam-se couve-flor, tomate, salsa, repolho, brócolis, inhame, pimentão e alface, como as mais importantes em relação às áreas de cultivo no município (PEREIRA, 2013, p.11).

A expressividade dessa atividade produtiva pode ser percebida no relatório do acompanhamento sistemático da produção agrícola – ASPA (EMATER, 2016), sintetizada no Quadro 8, que apresenta os dados referente ao município de Nova Friburgo, em que pode ser destacada a cultura do tomate, com maior volume de produção (22.706,28 toneladas) seguida pela da couve flor (20.941,00 toneladas) e dos brócolis (11.288,50 toneladas).

Quadro 9. Produção Agrícola de Nova Friburgo ano 2016.

Culturas	N ° Produtores	Produção (T)	Área (hac.)	Preço (R\$)	Produtividade (T/hac.)	Faturamento
ABOBRINHA	84	694,75	42,50	1,32	16,35	917.070,00
AIPIM	79	631,30	40,00	1,08	15,78	681.804,00
ALFACE	128	4.133,35	186,50	1,75	22,16	7.233.362,50
BANANA NANICA	84	1.207,00	98,20	1,83	12,29	2.208.810,00
BANANA PRATA	60	745,00	70,00	2,52	10,64	1.877.400,00
BATATA	20	143,25	10,00	2,34	14,32	335.205,00
BATATA DOCE	22	218,20	17,70	1,96	12,33	427.672,00
BETERRABA	61	631,60	24,60	1,69	25,67	1.067.404,00
BROCOLOS	682	11.288,50	528,75	2,30	21,35	25.963.550,00
CAQUI	41	979,37	45,00	2,54	21,76	2.487.599,80
CENOURA	31	543,00	21,60	2,21	25,14	1.200.030,00
COUVE FLOR	758	20.941,00	565,75	0,92	37,01	19.265.720,00
ERVILHA	93	453,20	46,30	6,67	9,79	3.022.844,00
FEIJÃO	37	11,20	11,50	3,04	0,97	34.048,00
GOIABA	34	578,00	19,00	2,11	30,42	1.219.580,00
INHAME	103	720,50	70,40	2,38	10,23	1.714.790,00
JILÓ	48	761,92	33,40	2,45	22,81	1.866.704,00
MILHO VERDE	67	547,08	80,60	0,79	6,79	432.193,20
MORANGO	50	963,40	35,60	10,36	27,06	9.980.824,00
NABO	17	219,50	9,10	1,74	24,12	381.930,00
PIMENTÃO	38	677,50	19,00	2,48	35,66	1.680.200,00
REPOLHO	118	3.915,25	70,00	0,50	55,93	1.957.625,00
SALSA	82	1.525,70	48,70	3,29	31,33	5.019.553,00
TOMATE	404	22.706,28	323,20	2,80	70,25	63.577.584,00
VAGEM	76	793,20	38,00	3,52	20,87	2.792.064,00
TOTAL Nova Friburgo	3.217	76.029,05	2.455,40	2,07	30,96	157.345.566,50

Fonte: ASPA (2016).

Carvalho (2016) descreve que a produção de hortaliças da região é desenvolvida de forma convencional, ou seja, há uma utilização intensiva de adubos sintéticos e agrotóxicos no manejo dos agro ecossistemas (Figura 40). Essa dinâmica caracteriza uma contradição na região, em que, se por um lado, o uso indiscriminado desses insumos provoca efeitos deletérios ao ecossistema, por outro, os ambientes de montanha precisam ser conservados, principalmente, por seus recursos naturais e serviços ecossistêmicos. Nesse sentido, Carvalho (2016), coloca:

[...] tem impacto economicamente forte, pois o agricultor passar a ter dependência de insumos externos muito grande o que representa um custo elevado para seus padrões, fazendo com que a demande produzir muito para que a quantidade lhe dê lucro necessário para sua manutenção e de sua família (CARVALHO, 2016. p. 21).



Figura 41. Paisagem agrícola em Campo do Coelho, Nova Friburgo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Embora a agricultura na região seja em sua maioria produzida convencionalmente, existem agricultores que estão realizando mudanças em seus sistemas produtivos, pois percebem mudanças ambientais significativas, principalmente em relação a água: “há três anos atrás tivemos uma seca braba, secou os poços, também tem chovido menos, já mudou muita coisa, hoje chove menos”(AgrFri 4).

Uma razão de mudanças de práticas agrícolas está relacionada ao desastre ambiental ocorrido em 2011, Faustino chama de “a tragédia natural” (Figura 41), quando no mês de janeiro do referido ano, choveu entre 180 e 220 mm em um período entre 00:00 e 09:00 da manhã no dia 12, ocorrendo deslizamentos que atingiu de forma drástica a cidade, conforme o autor descreve:

A população friburguense se viu diante de um mega desastre sem precedentes na história do município (talvez na história do país), com um número ainda desconhecido de mortos e desaparecidos (428 óbitos, nos dados oficiais, de um total de 911 de toda a região atingida, que inclui Petrópolis, Teresópolis, Bom Jardim, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto) (FAUSTINO, 2015, p. 1973).



Figura 42. Visão geral do impacto da chuva de 12 de janeiro de 2011 que devastou diversos bairros de Nova Friburgo.

Fonte: Marino Azevedo/Governo do Estado RJ.

Muitos agricultores ficaram desolados com as perdas econômicas, e estruturais que tiveram após os deslizamentos.

[...] após a chuva, ficamos uns meses sem poder plantar, além de termos perdido o investimento anterior, já estávamos iniciando mudanças na produção, que foi levada com a chuva, ficamos um tempo perdido sem saber o que fazer, mas vimos que precisaríamos mudar! (AgrFri 10).

Alguns perderam toda a produção, outros que viviam em áreas mais altas e não foram afetados diretamente pelos deslizamentos, relataram que

[...]dificuldade foi duas coisas, o transporte, que não tinha como tirar carga daqui, e outra que as pessoas não queriam comer a produção daqui, pois disseram que estavam contaminadas por causa da chuva, tinha cólera, daí perdi minha produção, e assim foi com outros (AgrFri 6).

Porém, a promoção de processos de mudanças que levem os agricultores a adotarem as práticas mais sustentáveis para sua produção, precisa estar articulada com o acesso a técnicas sustentáveis e de baixo custo, assim como assessoria técnica que aporte um acompanhamento não apenas no processo produtivo, mas que contribua na ligação de elos da cadeia desde a produção até o consumidor.

Neste sentido que Antonio (2017) identificou que após a tragédia climática os agricultores tornaram-se mais susceptíveis a aderirem novas práticas agrícolas, a exemplo da

introdução de aveia preta como planta de cobertura, que articulada com uma rede de atuação técnica, tem tornado possível mudanças nos processos produtivos, conforme destaca:

Evento climático, que determinou tragédia ambiental na região em janeiro de 2011, também teve parcela de influência sobre a aceitação da prática de adubação verde com aveia, quando, de forma estratégica e institucionalmente, agentes de desenvolvimento rural que atuam na região, aproveitaram o momento, e estimularam o uso da aveia-preta como planta de cobertura, no sentido de proporcionar alternativas à recuperação das áreas agrícolas, considerando tanto áreas de encostas degradadas por deslizamentos e quedas de barreiras, como áreas de baixada lixiviadas em decorrência de inundação. A percepção sobre as mudanças climáticas após a tragédia, em especial pela observação do descompasso das estações do ano e da diminuição na vazão dos corpos hídricos, passou a influenciar mudanças comportamentais (ANTONIO, 2017. p.63).

E essas mudanças comportamentais estão se dando por perceberem as modificações no espaço onde vivem, alguns estão a vida inteira no território, e que os recursos disponíveis já apresentam escassez como é o caso da água, que percebem as secas mais frequentes nos últimos anos.

4.2.3 Caracterização das famílias e o acesso à terra

Durante as entrevistas buscou-se entender a trajetória histórica das famílias, e assim compreender sua relação com o território em que estão inseridos, Toledo e Barrera-Brassols (2015, p.33) dizem que existem diversas expressões que emanam de uma cultura, e que os conhecimentos da natureza configuram uma dimensão especialmente notável, saberes que foram transmitidos oralmente de geração para geração em que a relação com a natureza foi sendo moldada, provendo a sobrevivência.

“Desde que eu me entendo por pessoa, eu vivo aqui, e assim foi meu pai também” (AgFri 6), essa frase caracteriza os agricultores que se encontram na região de Campo do Coelho. No entanto há agricultores que são provenientes de outros distritos ou do centro de Nova Friburgo, ou de outras áreas do estado do Rio de Janeiro ou mesmo de outros estados do país.

Em função de que a maior parte está na localidade ao menos duas gerações, as famílias estão interligadas, por parentesco direto ou através de casamentos, de forma que é comum ouvir “aqui tudo é parente, a filha de tal “pessoa” é casada com meu primo, e a irmã dela é casada com meu irmão, e aí no final todo mundo é parente” (AgFri 7).

Dos entrevistados, sete eram de famílias da localidade de Serra Nova que, de acordo com Lima (2016), situa-se em área que fazia parte da Fazenda Rio Grande. Esta inicialmente, na década de 1970, foi subdividida em duas. A área referente as cotas mais baixas, com relevo plano a ondulado, foi vendida, tendo sido nela instalada a empresa Rio Grande Agropastoril que funcionou até anos 2000, quando encerrou suas atividades e foi loteada e vendida a antigos funcionários e outros interessados. Por sua vez, a parte referente as cotas mais altas, com relevo ondulado a fortemente ondulado, manteve a denominação original e o vínculo de propriedade com herdeiro da família Mendes, até 2003 quando, por intermédio de crédito Banco da Terra, os meeiros que já atuavam no local na produção de hortaliças, conseguiram adquirir as terras, das localidades que hoje são conhecidas por Serra Velha e Serra Nova.

O crédito Banco da Terra, atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), tornou-se para estas famílias a possibilidade de adquirirem suas próprias terras. Este foi o viés estratégico de impulsionar o acesso terra. Nesse sentido, Oliveira (2017) diz que, especificamente no estado do Rio de Janeiro, por meio do Banco da Terra, o Programa Nossa Terra, que visa à manutenção das famílias na terra e promover o desenvolvimento sustentável

dos assentamentos urbanos e rurais, por meio da titulação, possibilitou que o Instituto de Terras e Cartografia no Estado Rio de Janeiro (ITERJ) criasse 45 assentamentos.

Lima (2016, p.37) com base em dados do escritório local em Nova Friburgo da Emater-Rio, destaca que Serra Nova e Serra Velha são os únicos adimplentes do Banco da Terra no estado do Rio de Janeiro. Segundo os agricultores a oportunidade de aquisição de uma propriedade através de políticas públicas federais, especificamente o crédito fundiário, foi destacado pelos entrevistados, pois o crédito, possibilitou a posse das terras que não teriam condições de comprar, devido aos altos valores da terra na região “foi um presente que a gente ganhou! (AgFri 5); “ficamos com o que já tinha, na área que era antes determinada pelo patrão, alguns dividiram outros não.” (AgFri 12).

Embora dentre as famílias entrevistadas a principal fonte de renda fosse proveniente das atividades agrícolas, foi possível identificar o que eles chamaram de “complementação da renda”, que levava membros das famílias a buscarem outras atividades não relacionadas a agricultura, como realizar faxina, frentista em posto de gasolina, professora, técnica de projeto, assim como montar salão de beleza, conforme foi possível observar em uma das propriedades.

A pluriatividade na agricultura familiar “refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família” (SCNHEIDER 2003, p.102). Para Carneiro (2013), essa condição não é estranha à dinâmica de reprodução social como mecanismo de manutenção da família. Em outras palavras, é um processo de diversificação da renda da família, assim como a inserção profissional de membros da família.

Nesse sentido, verificou-se que a inserção em outras profissões era almejada por alguns pais, e os anseios perpassavam pela estrutura educacional, em que vislumbravam a formação técnica como uma forma de seus filhos buscarem uma profissão diferente de agricultor. É o que relataram esperar quando matriculavam seus filhos no ensino técnico em agropecuária ou técnico em administração, junto ao Centro Familiar de Formação por Alternância Colégio Estadual Agrícola Rei Alberto I (CEFFA CEA Rei Alberto I). Das famílias entrevistadas quatro tinham filhos estudando nessa escola: “tenho esperança de o meu filho formar e trabalhar, às vezes tem emprego nas lojas” (AgFri 4).

Diferentemente dos pais, foi possível verificar junto aos filhos que participaram das entrevistas, um desejo de continuidade na agricultura: “eu não quero fazer outra coisa, minhas irmãs se formaram, mas decidiram trabalhar na plantação, eu hoje planto aqui junto do meu pai, mas já estou em parceria com outra pessoa, eu quero viver da agricultura” (filho AgFri 6). Este desejo foi percebido em todas as famílias entrevistadas, tendo ao menos um dos filhos relatado o desejo de seguir profissionalmente os passos dos pais.

A dedicação dos pais para que seus filhos conseguissem estudar, era associada às dificuldades que enfrentaram para frequentar a escola, o que pode ser verificado no Quadro 9, que se refere ao grau de escolaridade dos agricultores entrevistados.

Quadro 10. Escolaridade dos agricultores entrevistados em Nova Friburgo, RJ (n=12).

Grau de Escolaridade	Agricultores/as
Ensino Fundamental (1 – 5º ano)	06
Ensino fundamental (6 – 9º ano)	04
Ensino Médio	01
Superior completo	01

Fonte: Entrevistas

Em relação ao acesso à terra, os agricultores entrevistados podem ser caracterizados como: assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais meeiros e agricultores proprietários da terra por herança ou compra direta, conforme ilustra o Quadro 10.

Quadro 11. O quadro descreve as tipologias de agricultores familiares do distrito de Campo do Coelho, Nova Friburgo, RJ/BR.

Grupo 1	Assentados da Reforma Agrária	São ex-meeiros que adquiriram as terras por meio do Crédito Fundiário – Banco da Terra. Estão organizados na Associação Serra Nova. Algumas famílias fazem complementação de renda com trabalhos não- agrícolas. A comercialização no geral é realizada por atravessadores, e também por Mercados Institucionais (PNAE/PAA) e feiras locais.
Grupo 2	Trabalhadores rurais meeiros ou arrendatários	Não possuem terra própria, vivem em regime de trabalho como meeiro, com a produção agrícola subordinada ao “patrão”. Alguns nessa situação tornam-se arrendatários, para ampliar a renda da família. Da fração de terra arrendada, comercializam via Cooperativa para Mercado Institucional (PNAE)
Grupo 3	Agricultores proprietários da terra por herança ou compra direta	Tiveram acesso a Terra por meio de compra direta, ou por herança. Os que compraram, antes moravam em áreas urbanas, e tornaram-se agricultores. São famílias em que a atividade não-agrícola também se faz presente. Para o desenvolvimento da produção agrícola dispõem de trabalhadores fixos, e de contratos nas colheitas. Acessam Mercados Institucionais (PAA, PNAE), e possuem seus próprios mecanismos de venda, tornando-os assim pouco dependente de atravessadores.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os agricultores assentados do grupo 1, são ex-meeiros que, de forma coletiva em 2003, compraram as terras da fazenda Rio Grande com recursos provenientes do Programa Banco da Terra¹⁶, tendo 20 anos para quitar. Para acessar esse crédito foi necessário criar uma associação abrangendo os agricultores assentados na localidade de Serra Velha, e outra em Serra Nova. E contaram com o apoio de técnicos do escritório local da EMATER de Nova Friburgo para acessar ao crédito fundiário.

O grupo 2, caracteriza-se pela presença de trabalhadores rurais que arrendavam área para plantio, ou eram meeiros, relação de trabalho muito presente na região. Estes agricultores desenvolviam alguma atividade agrícola em pequenos pedaços de terras, que não chegavam a 1ha, de onde obtinham produção, cuja renda dividiam com o proprietário, que chamavam de “patrão”, como forma de “acerto” pelo uso da terra e de investimentos e custeio dessa produção, que podiam variar, por parte do proprietário. Um agricultor nessa condição relatou: “meu patrão não deixou eu plantar uma fila de ervilha no lado da nossa casa, daí fiz em parceira com outra pessoa e tô vendendo na cooperativa, ele (o patrão) não plantou nada, mas não deixa a gente plantar” (AgFri 8).

O grupo 3, são agricultores proprietários, que adquiriram terras, por herança e tinham origem na região de estudo, ou adquiriram por compra direta, e tinham origem em outras áreas de Nova Friburgo, algumas de outras cidades do Estado do Rio de Janeiro, e de outros estados do país. Em relação aos que tinham origem no local foi comum verificar que ao menos um membro da família possuía inserção em outra atividade diferente do agrícola.

¹⁶CAMARGO et al. (2005) esclarece que Programa Banco da Terra é uma forma de financiar o acesso à terra e aos investimentos em infraestrutura básica a trabalhadores rurais sem-terra, jovens rurais, mini fundiários, arrendatários, meeiros e posseiros.

4.2.4 Organização da Produção: as Unidades produtivas e os Principais canais de comercialização

No intuito de identificar das estratégias de comercialização dos agricultores, foi realizado um levantamento das culturas produzidas em cada ano agrícola e, em seguida, verificou-se os canais de comercialização existentes, para tal utilizou-se um quadro calendário para, em conjunto com um desenho da ocupação da unidade familiar, verificar as estratégias desenvolvidas na produção agrícola.

Em média a área das unidades produtivas variava em torno de 5 a 10ha, sendo que nas unidades de produção dos que trabalhavam em regime de arrendamento ou parceria não era superior a um hectare. Uma propriedade agrícola visitada, com área de 80 ha, pertencia a um grupo de três famílias, cuja partilha oficial referente a herança não havia ainda sido realizada. Nessa propriedade verificou-se ainda a presença de cinco famílias na condição de meeiros de um dos herdeiros.

As atividades agrícolas desenvolvidas nas unidades produtivas podem ser caracterizadas como culturas principais e secundárias. As principais referem-se as que ocupavam maiores áreas e produziam em maior volume, em épocas específicas, como tomate, brócolis e alface, enquanto que as secundárias não ocupavam grandes áreas e podiam ser cultivadas em qualquer época do ano, como a couve manteiga. As principais produções desenvolvidas pelas famílias dos agricultores entrevistados estão no Quadro 11.

Quadro 12. Alimentos e canais de comercialização (continua).

Alimentos	Principais canais de comercialização
Tomate	- CEASA-RJ, no entreposto de Irajá, no município do Rio de Janeiro, através de atravessadores com carga consignada ou em parceria; - CEASA-RJ, no entreposto de Conquista, no município de Nova Friburgo, através de venda direta, ou atravessadores com carga consignada ou em parceria; - PNAE
Couve-flor	- CEASA-RJ, no entreposto de Irajá, no município do Rio de Janeiro, através de atravessadores com carga consignada ou em parceria; - PNAE; - Grandes empresas comercializadoras de hortaliças, para redes de comércio varejista (JFC) ou consumidor final (Hortifruti), com base de distribuição situada no município de Teresópolis, que buscavam o produto na unidade de produção.
Couve manteiga	- CEASA-RJ, no entreposto de Conquista, no município de Nova Friburgo, através de venda direta; - PNAE; - Grande empresa comercializadora de hortaliças para o consumidor final, com base de distribuição situada no município de Teresópolis (Hortifruti), que buscava o produto na unidade de produção; - Venda direta ao consumidor em feira livre na cidade de Nova Friburgo.
Alface	- Atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção; - Venda direta ao consumidor em feira livre na cidade de Nova Friburgo.

Quadro 13. Alimentos e canais de comercialização (continuação).

Alimentos	Principais canais de comercialização
Brócolis	- CEASA-RJ, no entreposto de Irajá, no município do Rio de Janeiro, através de atravessadores com carga consignada ou em parceria, que buscavam a produção na unidade de produção; - Outros atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção.
Salsa	- PNAE; - Atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção.
Cebolinha	- Grande empresa comercializadora de hortaliças para o consumidor final, com base de distribuição situada no município de Teresópolis (Hortifruti), que buscava o produto na unidade de produção; - PNAE; - Banco de Alimentos coordenado pela CEASA-RJ, com entrega do produto em Conquista, no município de Nova Friburgo; - Atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção.
Ervilha	- PNAE; - Atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção.
Coentro	- Grande empresa comercializadora de hortaliças para o consumidor final, com base de distribuição situada no município de Teresópolis (Hortifruti), que buscava o produto na unidade de produção; - Atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção; - Venda direta ao consumidor em feira livre na cidade de Nova Friburgo.
Maxixe	- Grande empresa comercializadora de hortaliças para o consumidor final, com base de distribuição situada no município de Teresópolis (Hortifruti), que buscava o produto na unidade de produção.
Tomate cereja	- Atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção; - Loja comercializadora de hortaliças situada na cidade de Nova Friburgo, que buscava o produto na unidade de produção. - Venda Direta para Hortifruti situado em Nova Friburgo.
Abóbora	- PNAE; - Atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção.
Abobrinha	- PNAE; - Atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção.
Espinafre	- Banco de Alimentos coordenado pela CEASA-RJ, com entrega do produto em Conquista, no município de Nova Friburgo; - Atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção.

Fonte: Pesquisa de Campo.

Entre os principais canais de comercialização utilizados pelos agricultores, destacam-se os arranjos via atravessadores e os mercados institucionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), articulado pela Associação Serra Nova dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo, e a Cooperativa Mulher Rural Legal, para abastecimento das escolas municipais de Nova Friburgo, Teresópolis e Macaé, e do Banco de Alimentos coordenado pelo CEASA-RJ, com recursos federais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com

entrega individual no entreposto dessa central de abastecimento localizada em Conquista, no município de Nova Friburgo¹⁷.

Verificou-se que os entrevistados percebiam os mercados institucionais como alternativa importante, mas mantinham a comercialização via atravessadores, que possuíam diferentes estratégias de venda: CEASA-RJ, no entreposto de Irajá, no município do Rio de Janeiro, ou de Conquista, no município de Nova Friburgo; e grandes empresas comercializadoras de hortaliças, para redes de comércio varejista (JFC) ou consumidor final (Hortifruti), com base de distribuição situada no município de Teresópolis. Justificavam essa estratégia como importante para conseguirem escoar a maior parte da produção, mesmo não sendo a melhor oferta de preço, mas viabilizando a venda sem a necessidade de saírem da unidade de produção, possibilitando assim que se dedicassem prioritariamente as atividades produtivas. De forma empírica durante as entrevistas, os agricultores estimaram, em porcentagem, suas vendas para os diferentes mercados, cuja sistematização é apresentada no Quadro 12.

Quadro 14. Estimativa empírica da comercialização dos agricultores entrevistados (n=12).

ALIMENTO	ATRAVESSADORES (%)	PNAE (%)	PAA (%)
Tomate	80	5 a 20	
Couve – flor	20 a 90	10 a 80	
Brócolis	90	10	
Abobrinha	50	50	
Cebolinha	10 a 50	25 a 90	25
Couve	10	90	
Espinafre	50	25	25

Fonte: pesquisa de campo.

Os agricultores apontaram algumas limitações para ampliar a comercialização através do PNAE. Uma estava relacionada à quantidade solicitada no edital de compra, que em geral não se adequava a capacidade produtiva do grupo de agricultores¹⁸. Uma segunda limitação citada foi a pouca diversidade produtiva para atender o mix solicitado nos editais. E, por último, indicaram o tempo de pagamento da venda realizada para o poder público, conforme relato de agricultor a seguir:

No CEASA, recebe com uma mão e paga com a outra. Já o PNAE não. É um dinheiro que a gente não conta de imediato, é certo, mais não é na hora, mais no final geralmente é o que a gente usa para pagar a terra, pois quando entra já envia direto para associação. Eu entreguei quase 600 mil kg para PNAE e de 35 mil kg que foi para Irajá. O outro não. Vai para pagar as lojas e começar outra safra, comprar coisas para casa (AgFri 2).

Assim, constatou-se que os produtos, principalmente que representavam maiores volumes de venda e, portanto, determinantes para fluxos de maior liquidez econômica para os agricultores, estes buscavam estratégias de comercialização com pagamentos em menor espaço de tempo e já consolidados há décadas na região, como os atravessadores que buscavam o produto na unidade de produção.

¹⁷ Em anos anteriores, através de projetos aprovados pela Associação Serra Nova de Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo, também com recursos federais do PAA, alguns dos agricultores entrevistados entregaram de forma coletiva produtos para o Banco de Alimentos coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

¹⁸ Nesse caso a venda necessita ser coletiva.

Porém, identificou-se casos de agricultores de realizavam o transporte de sua produção para o entreposto do CEASA-RJ em Irajá, no município do Rio Janeiro¹⁹. Estes tinham autorização para comercialização nesse espaço e, para viabilizar economicamente o transporte, complementavam a carga com produção de outros agricultores²⁰.

Nesse sentido, identificou-se que haviam arranjos solidários, no âmbito de famílias, em que filhos faziam essa facilitação para os pais, como também para irmãos e parentes mais próximos. Nesse caso os preços eram discutidos entre eles, de forma a adequar economicamente de forma coletiva o transporte e comercialização no entreposto do CEASA-RJ em Irajá. Em outros extremos, identificou-se arranjos perversos em que atravessadores se apropriavam das informações de comercialização, notadamente de preços que manipulavam de acordo com seus interesses.

[...] o atravessador que coloca o preço final, o preço não é a gente que coloca é o mercado, e o agricultor não vê, o atravessador que coloca a margem dele e o preço final (AgFri 10)

Identificou-se que o acesso ao PNAE determinou uma diversificação produtiva, com a introdução de novos produtos nos sistemas de rotação de cultivo de hortaliças, para atender a demanda desse mercado institucional, saindo da “mesmice” como disse um agricultor entrevistado. Esse foi o caso de culturas como salsa e cebolinha, mas, em caso como o da couve manteiga o que se verificou foi que ocorreu uma redução na venda para atravessadores, com redirecionamento para o PNAE.

Os entrevistados relataram que as atividades produtivas para atender as demandas do PNAE, ficavam mais próximas do local de moradia (Figura 42), e eram realizadas prioritariamente pelas mulheres. Eram elas que plantavam e realizavam praticamente todos os cuidados com a produção: “o marido ajuda só na hora de cortar, pra ser mais rápido, e levar para sede (associação)” (Mulher do AgFri 12).



Figura 43. Produção de cebolinha que será destinada ao PNAE em Nova Friburgo, RJ.
Fonte: Arquivo Pessoal.

¹⁹ Um agricultor mantinha essa estratégia a 25 anos.

²⁰ Identificou-se acordos de parceria para venda em que o transporte da carga para o entreposto do CEASA-RJ em Irajá era realizado em consignação.

Em geral, cabia ainda as mulheres, com apoio dos filhos mais jovens, o trabalho relacionado às produções que não eram destinadas ao mercado, realizadas em pequenas hortas, também próximas ao local de moradia, como alho (Figura 43), inhame, batata doce e temperos (Figura 44), utilizados na alimentação das famílias agricultoras.



Figura 44. Horta para consumo familiar, plantio de alho.
Fonte: Arquivo Pessoal.

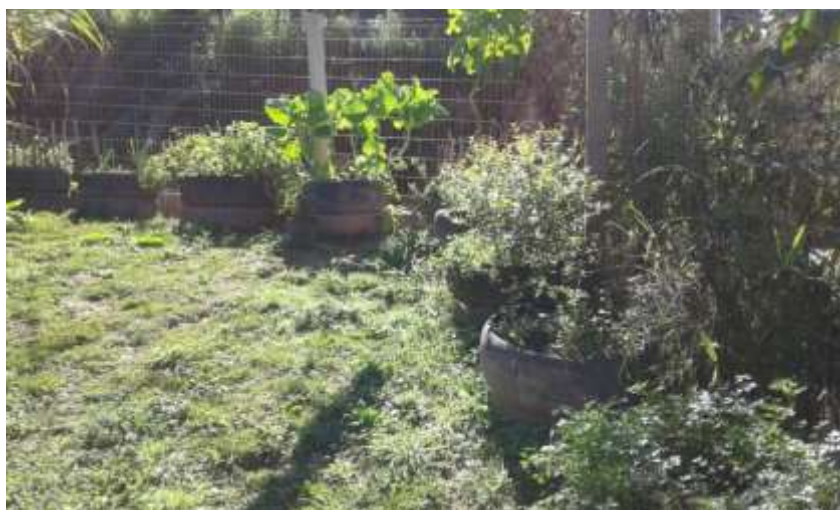


Figura 45. Horta para consumo familiar, temperos, tomates e Couve.
Fonte: Arquivo Pessoal.

É perceptível mudanças de hábitos que estão sendo desencadeados pelo acesso aos mercados institucionais, como o PNAE, seja na estratégia produtiva com adoção de práticas

mais sustentáveis, mas na introdução de culturas que podem ser agregadas ao consumo da família.

Quanto as suas características produtivas os agricultores se identificaram como agricultores convencionais, agricultores em transição agroecológica, ou agricultores orgânicos. Foi perceptível que a inserção de práticas agroecológicas nos sistemas produtivos, foi fortalecida após a tragédia climática ocorrida em janeiro de 2011, quando muitos dos entrevistados perderam não só toda a produção, como tiveram áreas de produção soterradas em que foi necessário buscar alternativas de reabilitação produtiva, no que a transição agroecológica demonstrou ser o mais viável.

Em associação, perceberam também a necessidade de novas estratégias de comercialização. Nesse sentido, em um dos casos analisados o entrevistado que se identificou como em transição agroecológica, ressaltou a dificuldade de ascender para um selo da agricultura orgânica, pois entendia que sua unidade de produção se delimitava em todos os lados com outras de produção convencional.

Foram identificadas três estratégias de produção e comercialização específicas. Uma referia-se ao cultivo produtos típicos da gastronomia oriental para venda junto a restaurantes e lojas de varejo, especializados, na cidade do Rio de Janeiro. A segunda centrava na estratégia de produção diversificada para venda direta ao consumidor, em feiras livres na cidade de Nova Friburgo, ou via internet com entrega em domicílio. E terceira era a atividade apícola para a venda de produtos em Nova Friburgo, de forma consignada em supermercados e padarias, ou diretamente para os consumidores em feiras de negócios e eventos gastronômicos.

A produção para comercialização em lojas e restaurantes especializados em produtos da gastronomia oriental, era específica de uma das unidades de produção visitada. Envolve produtos como: mini acelga, mostarda, tai sin, rábano, shingue sai, niga huri, e bucha chinesa. Entende-se que estratégias semelhantes de comercialização podem ser um espaço em potencial, no entanto apresentam dificuldades pois, embora envolva um compromisso e compra e venda que possibilita entregas permanentes, essas porém envolvem pedidos em quantidade e diversidade variável, demandando outras formas de comercialização, conforme exemplificado na fala: “é uma venda que demanda muito esforço, pois quando os pedidos dos restaurantes diminuem temos que buscar outro jeito de vender, e isso tem acontecido. Alguns podemos vender para atravessador, outros produtos não dão” (AgFri 10).

Zaneti (2016) identifica essa dificuldade em estudo que analisa os Chefs de cozinha (Ecochefs), como um elo de comercialização entre agricultores familiares e restaurantes, para atingir uma gama de consumidores que busca uma alimentação saudável (orgânica ou agroecológica) em que tenham uma garantia de procedência. A autora aponta limitações nessa articulação, comentando que existe um hiato entre as estratégias produtivas, relacionadas a sazonalidade e quantidade produzida, com a demanda de consumo, por vezes irrisória, comparativamente com outros mercados.

No que se refere a estratégia de diversificação da produção para a venda direta ao consumidor, um caso verificado foi o de uma unidade de produção, em que a família agricultora após dificuldade de comercialização em um ano agrícola, tomou a decisão de buscar outras formas de comercialização. A estratégia viável encontrada foi a de estabelecer uma banca de produtos em feiras livres semanais na cidade de Nova Friburgo, no bairro de Olaria, (Figura 45), nos dias de quinta-feira e domingo, e no Bairro Ypu aos sábados, bem como, de forma complementar para venda do excedente das feiras, para comerciantes de hortaliças nos dias de quarta-feira, no entreposto da CEASA-RJ em Conquista. Mantinha ainda algumas lavouras para venda através de atravessadores, mas em processo de redução a cada ano, na medida em que conseguia avançar nas novas estratégias de comercialização adotadas, conforme o relato a seguir:



Figura 13. Agricultor na Feira de Olaria, Nova Friburgo, RJ.

Fonte: Arquivo do Agricultor.

[...] eu não sou de falar muito, um dia fui lá na feira, perguntei como fazia, eles disseram que poderia trazer uma bancada e colocar lá no final da feira, e assim eu fiz. Eu não tinha muito jeito, ainda não tenho, fico olhando como os outros fazem para vender. As vezes vendo tudo, as vezes não!, mas sempre trago um trocado para casa no final. Eu pego umas coisas no CEASA, coisa de caxaria. Outros levo daqui, alface lisa, crespa, rocha, americana, quanto tem tomate, couve, coisa de tempero. E tô vendo que tenho que plantar mais, e um pouco de cada coisa. Agora já tenho coisas para vender no CEASA também. Assim vamos arrumando o dinheiro de pagar a Terra, até voltar vender pro PNAE (AgFri 5).

Outra estratégia de produção diversificada para a venda direta ao consumidor verificada foi a de utilizar a internet para viabilizar esse processo e realizar a entrega em domicílio. No caso a família desenvolvia a produção com base na agricultura orgânica, tendo a avaliação da conformidade de sua produção assegurada pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO²¹.

Essa alternativa de comercialização foi buscada após outras iniciativas não terem se tornado viáveis para a produção em questão, inclusive de experiência de um ano junto ao PNAE, em que avaliaram que apesar de terem obtido um diferencial de preço pelo produtor ter o selo orgânico, não tinham condições de manter fornecimento com base no calendário de demanda de entrega, que não se adequava a realidade do calendário agrícola. Assim, tinham reclamações constantes em relação ao tamanho pequeno do produto fornecido, no caso alface.

A venda direta via internet, por sua vez era em grande medida articulada pela participação semanal em feira no Mercado do Produtor no bairro de Vila Amélia, na cidade de Nova Friburgo, quando era possível vender diretamente e articular novos contatos para vendas

²¹A ABIO existe desde 1985, iniciou em Nova Friburgo, com objetivo inicial de viabilizar feiras orgânicas, que deu condições de criar a associação, que atualmente atua na avaliação da conformidade da produção orgânica através de grupos de agricultores e consumidores que promovem Sistemas Participativos de Garantia (SPG) da produção orgânica (<http://abiorj.org/atuacao/>)

pelo canal virtual de comercialização. Identificou-se ainda, que de forma complementar, a família agricultora em questão utilizava também a venda consignada em supermercados, e padarias em Nova Friburgo, onde os produtos, apesar de identificados como orgânicos em embalagens individuais, ficavam dispostos em gondolas ao lado dos produtos convencionais (Figura 46).



Figura 47. Produtos orgânicos, Mercado em Nova Friburgo.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Em relação a atividade apícola para a venda de produtos em Nova Friburgo, de forma consignada em supermercados e padarias, ou diretamente para os consumidores em feiras de negócios e eventos gastronômicos, verificou-se que o agricultor tinha uma série de produtos que comercializava: mel em potes de 250 g, 450 g e 750 g; mel em favo, própolis, mel composto com própolis, e pão de mel. Possuía agroindústria para o processamento do mel em sua unidade de produção agrícola, com Selo de Inspeção Estadual (SIE) e selo do Sistema de Inspeção Federal (SIF). A estrutura foi construída via crédito do Programa PROSPERAR do governo fluminense.

Embora possuísse outros produtos agrícolas que comercializava via atravessadores, informou que a maior parcela de sua renda era oriunda da comercialização dos produtos da agroindústria do mel, e que fazia parte da Associação de Agroindústrias do Estado do Rio de Janeiro (APRORIO), desde 2005. Realizava a comercialização de seus produtos em feiras e eventos desde 2009, afirmando que essa estratégia foi fundamental para impulsionar sua atividade apícola. A Figura 47 refere-se a sua participação na 1ª Festa do Produtor Rural de Nova Friburgo, realizado em julho de 2017.



Figura 48. Produtor de Mel na 1ª Festa do Produtor Rural de Nova Friburgo.
Fonte: Arquivo Pessoal.

[...] Para o Rio Gastronomia, que será na cidade, dois finais de semana, eu tenho que fazer 7 mil unidades de pão de mel, e isso envolve toda a família (5 pessoas) e mais três pessoas que eu tenho que pagar (AgFri 11).

Outras produções destacadas são as frutas, como o caqui, pokan, abacate, uva, pera e laranja que podem ser comercializadas via atravessador, feiras, e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). E das frutas como o caqui, serem introduzidas no PNAE representou para algumas famílias a própria valorização das plantas antes existentes em seus quintais, que não produziam uma quantidade para entregar a atravessadores, que segundo (Agr Fri 7) “agora eu faço podas, cuido das minhas frutas, e até estou renovando meu pomar, pois sei que posso colocar na merenda escolar, antes estragava, vendia muito pouco”.

Além de diversificar a renda das famílias, fortalece a segurança alimentar das mesmas, pois eles dão outro valor ao pomar de frutas. E assim como as crianças também passam a conhecer frutas típicas de suas regiões, e que por vezes não teriam acesso, por diversos motivos. Um técnico da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do município de Nova Friburgo (SADR-NF) relatou que ficou muito feliz, quando algumas crianças disseram que comeram morango, e que algumas destacaram que haviam bebidos bebida láctea com sabor de morango, mas nunca havia comido um, “são esses relatos que animam muito a gente trabalhar e ajudar na organização dos editais, de buscar valorizar as culturas locais, e de ver as crianças felizes por receberem algo, que dificilmente teriam acesso, devido as condições de algumas” (SADR-NF).

4.2.5 Papel da organização social para o desenvolvimento das famílias

As entrevistas em Nova Friburgo iniciaram com os agricultores da Associação de Serra Nova de Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo (ASNTR-NF), com a finalidade de verificar as estratégias de comercialização via PNAE, e perceber os percursos individuais e coletivos das redes existentes envolvendo os associados e a própria associação, no sentido de promover o desenvolvimento socioeconômico das famílias.

A ASNTR-NF surgiu em 2002, e foi uma das associações organizadas para viabilizar o acesso ao Programa Banco da Terra (atual Programa Nacional do Crédito Fundiário), que beneficiou 48 famílias que foram divididas em dois grupos referentes as localidades de Serra Nova e Serra Velha, essa então com outra associação formada. Assim, por meio dessas

organizações, foram firmados dois contratos coletivos de compra da terra. Para iniciar o pagamento, as famílias tiveram três anos de carência.

Teixeira (2015, p.3) diz que no momento de iniciar o pagamento das primeiras parcelas, duas questões foram identificadas, uma que os agricultores não tinham o hábito de fazer reservas econômicas, isso casado com a época de pagamento que foi estabelecida para o mês de dezembro, período em que as lavouras de verão em sua maioria estão em fase vegetativa e demandando investimentos.

As famílias relataram que havia muitas reuniões no início, e que em uma delas foi apresentado o PAA vinculado ao Banco de Alimentos coordenado pela CONAB. A associação foi uma das primeiras a acessar o programa no estado do Rio de Janeiro, com o primeiro projeto iniciado em 2006. Identificaram então esse mercado institucional como uma alternativa de manterem o pagamento das cotas do Crédito Fundiário em dia, pois o recurso era depositado na conta da ASNTR-NF e eles decidiam em assembleias os valores que destinariam para o pagamento e o que as famílias receberiam por sua produção fornecida para o PAA.

Em 2011, a associação aderiu ao processo de comercialização via PNAE, e para este mercado institucional, também realizaram a mesma gestão em relação aos recursos. Assim, considerando esses dois canais de comercialização, Teixeira (2015, p.8) diz que a associação percebeu a necessidade de aperfeiçoar os processos de gestão, o que demandou a contratação de um técnico com experiência em gestão administrativa para assessorar nas vendas para o PAA e PNAE.

Atualmente a associação está comercializando apenas para o PNAE, e tem verificado a oportunidade de abranger outros agricultores e outras associações e cooperativas. Assim, tem construído relações que tem agregado para a comercialização junto a esse Programa, produtos de outras organizações de Nova Friburgo, como a Cooperativa Mulher Rural Legal, Associação Janela das Andorinhas, bem como agricultores de outras localidades desse município como São Pedro da Serra e Amparo, como de outros municípios como Bom Jardim e Sumidouro. De forma que com essas parcerias tem diversificado o número de produtos, incluindo itens que não são produzidos pelos agricultores de sua base inicial em Serra Nova, tais como: caqui, tangerina, goiaba, banana, aipim, inhame e batata doce.

De acordo com Teixeira (2015, p.02) a realização de parcerias realizadas pela ASNTR-NF, além de diversificar a oferta, conforme citado, contribui para a redução de custos das entregas, dialogando com as condições produtivas de cada microbacia²². É no espaço local que as relações sociais de proximidade, interconhecimento e solidariedade são acionadas para promover mecanismos de confiança que mitigam riscos e custos de transação (SCARABELLOT; SCHNEIDER, 2012, p.105).

Por conta da necessidade de estrutura para armazenar os produtos que são comercializados, a associação buscou construir um galpão para recepção dos produtos. Esse galpão sofreu modificações de estrutura e tamanho conforme foram ampliando os contratos do PNAE, conforme pode ser verificado nas Figuras 48, 49 e 50, onde percebe-se a evolução na estrutura de recepção dos alimentos. Além da estrutura física adequada, também se apresentou a necessidade de terem um transporte adequado, no caso caminhões refrigerados (Figura 51) que por meio de recursos de uma emenda parlamentar ao orçamento do governo federal destinada a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, viabilizou a aquisição de um veículo que para ficar à disposição da ASNTR-NF, melhorando a logística de entrega do PNAE²³.

²² O Município de Nova Friburgo está organizado em seis microbacias: Barracão dos Mendes, Conquista, Pilões, Santa Cruz, São Lourenço e São Pedro da Serra. E a agricultura desenvolvida em cada uma delas, é específica as suas condições de clima, relevo e também a aptidão agrícola do território.

²³ A disponibilização do caminhão para a associação prevê que os custos de combustível e manutenção do veículo, devem ficar a cargo da desta, cabendo a Prefeitura a disponibilização de motorista.



Figura 49. Primeiro galpão de recepção de alimentos da Associação Serra Nova.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 50. Segundo galpão de recepção de alimentos da Associação Serra Nova.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 51. Terceiro galpão de recepção de alimentos da Associação Serra Nova.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 52. Caminhão utilizado para entrega do PNAE pela Associação Serra Nova dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Além da articulação para comercialização, as atividades desenvolvidas em prol dos associados da ASNTR-NF, também envolviam trator e implementos, adquiridos pelo Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (Programa Rio Rural), e utilizados pelos associados para realizarem o preparo da terra, mediante o pagamento de um valor que viabilizava a manutenção dos equipamentos.

Outra organização social identificada na área de estudo foi a Cooperativa de Mulheres Rural Legal, constituída em 2014, a partir de ação coletiva de mulheres que ao organizarem para contribuir com os atingidos pela tragédia de janeiro de 2011, perceberam que eram

principalmente as mulheres que buscavam apoio para a solução de problemas coletivos. Em consequência surgiu a ideia de contribuir com as agricultoras, por perceberem que muitas tinham dificuldades econômicas por não terem acesso direto a renda familiar, conforme descrito na fala a seguir:

A coordenadora atual diz que na época ao perceber que as mulheres, por exemplo, elas plantam com os maridos, e quando o patrão faz o acerto, o dinheiro fica com quem? - Com os maridos!. E elas ficam com o que? – Nada. Fomos vendo isso. Então ela planta, ela colhe, ela faz as coisas de casa, volta para a lavoura novamente, e no final o acerto de conta fica com quem? – com o marido. Daí pensamos em ajudar elas a cultivar o canteiro delas, mesmo que seja só aquele canteiro, mas que seja o dinheiro dela, e assim fomos fazendo, e de cadinho em cadinho de produção, a cooperativa vai vendendo em preço melhor e repassa um valor melhor para elas (AgFri 7).

A cooperativa funciona com gestão coletiva, mas com dificuldades de que mais mulheres assumam cargos. Possuíam 55 mulheres cadastradas, mas a coordenadora afirmou que “[...] dessas 55, só 12 mulheres é que atuam mais de frente nas coisas [...]” (AgFri 7), acrescentando que no ano de 2015, a cooperativa esteve quase fechou devido a problemas de gestão, mas que ocorreu uma revitalização em 2016, quando novos gestores assumiram a entidade e acessaram o PNAE estadual, com entrega para 18 escolas no município de Nova Friburgo. No ano de 2017 não conseguiram participar de chamadas públicas do PNAE, mas iniciaram parceria com a ASNTR-NF para atender editais das prefeituras de Macaé e Teresópolis.

Muitas mulheres que faziam parte da cooperativa eram meeiras e tinha em geral que acatar as decisões de plantio projetadas pelo “patrão”, proprietário da terra, mas alguns permitiam o plantio de pequenas hortas próximo da casa.

Eu vendo couve para a rede Hortifrúti, faz muito tempo, quando a coordenadora da cooperativa veio aqui, eu não tinha muita certeza, já o atravessador eu já sei. Mas daí comecei, o valor é bom, mas o pagamento do atravessador é na hora. Eu vendo molho de couve para a rede Hortifrúti num valor mais baixo do que é para merenda, o preço que a cooperativa paga é muito bom, daí hoje eu divido, pois como demora a pagar, eu vendo pro atravessador e para a merenda (AgFri 9).

A cooperativa ainda não tinha espaço de escritório, ou local de recepção para os produtos, e estavam em busca de um local para construir um espaço com essas finalidades e que também servisse de referência para as cooperadas e parceiros. Nesse sentido haviam dado entrada com uma solicitação de espaço no entreposto do CEASA-RJ em Conquista.

A ASNTR-NF e a Cooperativa das Mulheres Rural Legal se inscreveram com um projeto para ser financiado pela CRESOL, com recursos do fundo social do BNDES e vinculado a um Programa de Crédito Solidário, coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais da Universidade Federal São Carlos (UFSCar), que visa atender organizações da agricultura familiar por meio da realização de um “estudo para orientar novas oportunidades de negócios agropecuários, investimentos coletivos e possibilidades alternativas de comercialização” (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ano 2016).

A ASNTR-NF e a Cooperativa das Mulheres Rural Legal buscava recursos para investimentos na perspectiva de desenvolver mais uma alternativa de apoio para seus associados, e perceberam nesse Programa, apoiado pelo BNDES, a possibilidade de implantar e estruturar uma agroindústria, para realizar processamento mínimo de hortaliças, com espaço para higienização, embalagem e armazenamento. Os coordenadores dessas entidades disseram que havia muita perda de produtos, especialmente dos que não se enquadravam nos padrões de comercialização *in natura*, mas que poderiam ser processados gerando outros produtos.

Além das organizações sociais identificadas como estruturadas na área de estudo: ASNTR-NF e Cooperativa das Mulheres Rural Legal verificou-se que havia o envolvimento de um entrevistado com a Associação de Pequenos Agricultores e Moradores de Conquista e o Sindicato dos Agricultores Familiares de Nova Friburgo. Além da participação de alguns entrevistados em outras entidades com base de atuação mais ampla, e que atendiam a interesses específicos como as já citadas ABIO e APRORIO.

4.2.6 Políticas públicas para o desenvolvimento produtivo e acesso a mercados

O reconhecimento pelo Estado brasileiro da agricultura familiar como categoria importante para as políticas públicas se deu como resposta às pressões exercidas pelas organizações sociais do campo. Referendando essa demanda, Schneider (2001) diz que para o desenvolvimento desse setor socioeconômico se faz necessário implementar políticas públicas específicas. Nesse sentido, criou-se em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar (PRONAF). Gazolla & Schneider (2013) apontam que o PRONAF foi um marco e surgiu como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, além de servir como base para outras políticas e programas com o intuito de alavancar ações governamentais para a agricultura familiar no Brasil.

Para tanto, fez-se necessário a constituição de critérios que caracterizassem a agricultura familiar, abrangendo sua diversidade, mas possibilitasse padrões para o gestor público definir critérios para que essa categoria acessasse recursos do PRONAF e outro conjunto de políticas públicas. Os seguintes critérios foram então definidos: (1) área de até 4 módulos fiscais; (2) predomínio da mão de obra familiar, com o limite do uso de mão de obra assalariada em até 2 (dois) empregados permanentes; (3) necessidade de o agricultor residir no estabelecimento agrícola ou em aglomerado urbano próximo; e (4) predomínio da renda do estabelecimento na renda familiar.

Bianchini (2015) diz que na década de 1990, o PRONAF atendeu a interesses dos complexos agroindustriais, principalmente com commodities como a soja, atuando no custeio da produção, via contratos de venda antecipada. Com a transferência desse Programa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), iniciou-se a inserção de novos públicos beneficiários, tais como assentados da reforma agrária (grupo A), agricultores situados abaixo da linha de pobreza (grupo B), agricultores situados na transição para acima dessa linha (grupo C), e agricultores em início de processo de capitalização (grupo D). Nos anos seguintes novos grupos foram inseridos, conforme descreve este autor:

Na safra 2004-05 foi criado o Grupo E, permitindo o PRONAF atender aos agricultores familiares situados no Patamar de Reprodução Ampliada. Na safra 2008-2009 os grupos C, D e E são extintos e o PRONAF passa a atender três extratos de agricultores familiares grupo A – assentados da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário, grupo B agricultores familiares abaixo da Linha de Pobreza e o Grupo V para os demais agricultores. Para o PRONAF destacamos no período de 1995-2000: a consolidação dos critérios da agricultura familiar para o enquadramento no Programa, a criação do “Pronafinho” (Grupo C), criação da modalidade “BB Rural Rápido”, criação do PRONAF Infraestrutura, criação do PRONAF Agregar, e criação do PRONAF A, com o atendimento do crédito do PRONAF aos assentados da Reforma Agrária (BIANCHINI, 2015, p. 41).

Além dos créditos destinados a produção e infraestrutura foram desencadeadas outras formas para cada vez mais consolidar a agricultura familiar como categoria. Assim, além de possibilitar o reconhecimento do acesso às políticas públicas, a instituição da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), habilitou este público para o acesso também aos Programas de

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Garantia Safra, Habilitação Rural, PAA e PNAE.

De acordo com a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) os principais Programas para Agricultura Familiar são:

Crédito Rural (Pronaf) • Mais Alimentos • Garantia Safra • Seguro Safra da Agricultura Familiar (SEAF) • Garantia de Preço de Produtos da Agricultura Familiar (PGPAF) • Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) • Programas de comercialização da Agricultura Familiar: • Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) • Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) • Agroindústria e Selo da Agricultura Familiar • Infraestrutura dos Territórios Rurais • Programa Nacional de Energias Renováveis na Agricultura Familiar • Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) • Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) • Programa Nacional de Documentação de Trabalhadoras Rurais • Inclusão Produtiva Rural – Plano Brasil Sem Miséria (BRASIL. SEAD, 2017, p.69-85).

Além desses Programas destacados pela SEAD, Biachini (2015: 86) aponta a Pesquisa Agropecuária, por meio da atuação da EMBRAPA em que “viabiliza soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura em benefício da agricultura e da sociedade brasileira”. O autor destaca também outras ações como:

Apoio ao desenvolvimento territorial, a regularização fundiária, medidas concretas para a implementação da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos rurais; ações destinadas à implementação do crédito fundiário, a documentação da mulher trabalhadora rural, medidas de apoio à juventude rural, educação do campo, previdência social, saúde, habitação rural (Minha Casa Minha Vida), energia rural (Luz para Todos), estradas vicinais para municípios rurais (Programa de Aceleração do Crescimento II – PAC II), entre outras (BIANCHINI 2015, p.87).

De acordo com Ananias (2015) o Brasil tornou-se um dos poucos países do mundo que possui um conjunto de políticas públicas visando o desenvolvimento rural, para assim possibilitar a redução das desigualdades, realizar a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares em toda a sua diversidade e a segurança alimentar de toda a população.

Além das políticas públicas que são destinadas por meio da esfera do governo federal, em que estas se articulam com outras ações em âmbito dos governos estadual e municipais, de acordo com o relatório da EMATER-RIO do ano de 2016, as principais ações destinadas aos agricultores familiares foram: ATER, Programa Rio Rural, Rio Genética, Frutificar, Prosperar, Multiplicar, Florescer e o Crédito Rural Educativo, vinculados a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, sendo executados pela EMATER-RIO.

Além dessas ações estatais para a agricultura familiar, verifica-se ainda no âmbito do estado do Rio de Janeiro, um programa que possibilita a comercialização da produção desse setor produtivo: Programa Banco de Alimentos da Ceasa/RJ, responsável por captar alimentos para doações para entidades que atuam junto a populações de risco de sua segurança alimentar e nutricional. De acordo com a SEAPEC (2017), o Programa iniciou em 2013 por meio de edital do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que garantia recursos para a implantação dos postos de coleta e fornecimento de alimentos. Assim, a CEASA-RJ se tornou responsável pela execução do Programa de Aquisição de Alimentos do estado do Rio de Janeiro (PAA Estadual), que consiste na compra da produção da agricultura familiar em todo o estado para ser repassada a instituições cadastradas pelo Banco de Alimentos. Desde então foram cadastrados, em 73 municípios do estado, 800 agricultores.

As políticas de esfera municipal estão mais voltadas à melhoria de infraestrutura de estradas, aquisição de equipamentos para comunidades rurais com recursos estaduais e federais,

no entanto, a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do município de Nova Friburgo (SADR-NF), tem se destacado pelo aporte técnico na elaboração e acompanhamento de projetos de comercialização, assim como na manutenção da logística para o atendimento a mercados institucionais como PAA e PNAE,

No caso dos agricultores familiares entrevistados podemos destacar diversas políticas públicas e apoios institucionais acessados nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal, conforme sistematização apresentada no Quadro 13.

Quadro 15. Políticas públicas e apoio institucional que os agricultores entrevistados de Nova Friburgo tiveram acesso.

Federal	Estadual	Municipal
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Banco da Terra (atual PNCF) • DAP Física • DAP Jurídica • Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF – Tipo A • PRONAF- Mais Alimentos (aquisição de carro) • PAA – CONAB • PNAE • Apoio por meio de Emenda Parlamentar (Aquisição dos caminhões) • ATER Agroecologia (ex – MDA: atual SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> • PROSPERAR • Rio Rural com Crédito Emergencial a fundo perdido pós desastre 2011. • Assessoria Técnica pela EMATER • Banco Rio de Alimentos do CEASA-RJ 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio técnico da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural • Apoio na infraestrutura e logística.

Fonte: Pesquisa de campo.

Das políticas acessadas, destaca-se as que foram por intermédio das organizações das famílias em associações e cooperativas, em que na coluna 1 do quadro 13, apenas a ATER agroecologia que ocorreu por intermédio de uma ação geral do então MDA com o objetivo de realizar levantamento de agricultores em transição agroecológica, e desta forma fornecer subsídios para uma ATER com bases agroecológicas, possibilitando ao agricultor familiar ter acesso a tecnologias adequadas a sua realidade produtiva. Esse serviço foi prestado na região de estudo pela Cooperativa de Trabalho CEDRO, e apenas três das famílias entrevistadas relataram a atuação dessa entidade na comunidade.

Em relação a todas as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento produtivo ou de acesso a mercados, as famílias destacaram a importância de ter assessoria técnica, tendo em vista as dificuldades de acesso à informação, na elaboração de projetos, em realizar prestação de contas, tendo em vista que os mercados institucionais necessitam de questões burocráticas como Nota Fiscal que praticamente inexistem na relação de venda com os atravessadores.

Todas as famílias entrevistadas (12) destacaram que a principal assistência que tinham era das lojas de produtos agrícolas, que geralmente têm agrônomo ou técnico agrícola. Todos os entrevistados reconheceram a importância da atuação da EMATER-RIO, mas ressaltaram a dificuldade dos técnicos dessa empresa estarem presentes com a frequência que necessitam. Consideravam que a estrutura da empresa governamental não era suficiente, e todos destacaram a atuação de um técnico do escritório local de Nova Friburgo, como um articulador importante no desenvolvimento da ASNTR-NF e da cooperativa, na elaboração de projetos, comunicar

informações dos créditos, acrescentando que era necessário que a empresa possuísse mais técnicos como esse perfil de atuação.

No âmbito da assessoria para acesso aos mercados institucionais, relataram o importante papel que a EMATER-RIO realizou no início desse processo, momento frisado pelos gestores da ASNTR-NF e da Cooperativa de Mulher Rural Legal como primordial para inserção dessas entidades nos mercados institucionais, assim como ressaltaram a importância do aporte técnico da SADR-NF como também de extrema importância na elaboração, acompanhamento e formação para prestação de contas, finalizando com o relato de que grande parte do desenvolvimento de suas instituições ocorreu por terem esse suporte técnico.

Em relação a outros atores presentes, a Embrapa, através do Núcleo de Pesquisa e Treinamento de Agricultores em Nova Friburgo (NPTA) presente em Nova Friburgo, foi citada por quatro famílias entrevistadas, com a realização de capacitações voltadas para inserção de técnicas sustentáveis que possibilitem aos agricultores avançar na produção agroecológica. Das demais famílias, três declararam que não sabiam e ou nunca tiveram acesso a informações sobre a atuação do Núcleo, uma relatou que sabia da existência da Embrapa, mas não sabia que havia um núcleo em Nova Friburgo. Outra instituição com atuação no meio rural, presente em Nova Friburgo, citado foi a PESAGRO-RIO, cuja atuação era percebida por uma família entrevistada, enquanto três famílias mencionaram ter conhecimento da instituição, mas nunca se sentiram impactadas por suas ações, e as demais famílias desconheciam sua existência e o propósito de ação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a caracterização dos espaços pesquisados, Mendoza Argentina e Nova Friburgo – RJ no Brasil, foi fundamental compreender o território, os camponeses e agricultores familiares que estão resistindo, e também se reinventado nos processos produtivos, seja com base na agroecologia, em processos de transição para uma agricultura sustentável, ou com sistemas de produção com alta utilização de insumos sintéticos disseminados no bojo da revolução verde com pacotes tecnológicos, presumidamente de aplicação geral, com objetivo de maximizar rendimentos de forma rápida em diferentes contextos ambientais e assim obter produção de alimentos em grande escala.

Em Mendoza, o processo de colonização, realizado pelos espanhóis, praticamente exterminou os povos originários e a maioria das tecnologias por eles desenvolvidas. No caso do acesso a água, apesar de manterem a base técnica para sua distribuição no território, esta passou a ser destinada a uma classe detentora das terras. Isso ainda se expressa dessa forma na atualidade, em que a luta pelo acesso a água nos remete ao entendimento de que a Reforma Agrária que a UST luta, de forma ampla, tem a água como elo fundamental. Com terra, mas sem água, é o mesmo que sem-terra, pois sem ela não é possível desenvolver a agricultura na região.

Em Nova Friburgo, a produção familiar atual guarda muitos vínculos com o processo de colonização europeu alavancado no início do século XIX, com a vinda de suíços para a região na perspectiva de ampliar a produção de alimentos para abastecer a crescente demanda da capital do reino português na época. Estes colonos interagiram com outros poucos que lá já estavam presentes, na perspectiva de implantar, nos ambientes de montanha locais, sistemas de produção que garantissem a subsistência de suas famílias e algum excedente para uma comercialização que ocorria com grandes dificuldades, notadamente no deslocamento dessa produção até os consumidores.

As realidades se conectam quando estes camponeses e agricultores familiares são invisibilizados, dentro da conjuntura de cada território, pois foram sempre meeiros, parceiros, sem-terra, arrendatários, locatários de terras, e o acesso à terra vem por meio de crédito, ou compra coletiva como no caso de Mendoza. E os alimentos que estes agricultores produzem se perdem nas redes de varejistas e de atravessadores, com dinâmica de preços que privilegia os elos intermediários da cadeia de comercialização em detrimento de agricultores e consumidores, como destacado nos resultados encontrados em ambos os casos estudados.

Com a análise apresentada ficou aparente que as organizações sociais que os agricultores familiares e camponeses fazem parte, desempenham papel importante, seja na organização da produção agrícola e sua comercialização ou acesso à terra, bem como para assegurar que as pautas e reivindicações coletivas sejam projetadas em políticas públicas.

No que tange ao acesso à terra, percebeu-se que em Nova Friburgo, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, mesmo com dificuldades, possibilitou financiamento para aquisição das terras dos agricultores familiares. Por sua vez, em Mendoza, essa possibilidade é distante da realidade dos agricultores camponeses, em que a luta por acender a um título é árdua, pois o país não possui leis ou programas que possibilitem esse processo, e muitos agricultores são desalojados de suas terras, devido à ausência de documentos comprobatórios, apesar de estarem ali a gerações, sendo a maioria descendente dos povos originários.

Face às características distintas das experiências e realidades estudadas, foram encontradas estratégias muito diversas de comercialização, sendo estas determinadas em função do tipo de alimento produzido e a estratégia de preparo para sua venda, que incluía o alimento fresco ou processado.

No caso de Mendoza, os canais existentes eram venda direta em feiras, ou indireta para intermediários, agroindústrias, *verdurarias*, supermercados ou mesmo exportação. Destaca-se

a estratégia organizada para a cadeia produtiva do tomate, que tinha todas as etapas, desde a compra das sementes, produção das mudas, compra da colheita, processamento, armazenamento e comercialização, realizadas por cooperativa camponesa constituída e organizada por agricultores vinculados a UST.

Em Mendoza, as redes de comércio justo possibilitavam o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores camponeses locais, aliado ao acesso a alimentos saudáveis aos consumidores. Para tanto, a organização social desde a UST, possibilitando agroindústria e acesso a feira eram fundamentais para o desenvolvimento da produção agroecológica local.

Em Nova Friburgo, as relações construídas e identificadas dentro do território eram impulsionadas pelos mercados institucionais (PAA/PNAE), os quais eram acessados individualmente, em alguns casos, e coletivamente, em sua maior parte, através das organizações sociais dos agricultores familiares locais. Por sua vez, as estratégias de venda direta para os consumidores, através de feiras e redes de consumo, eram incipientes.

Em ambos os estudos de caso, a participação das mulheres deve ser destacada. Em Nova Friburgo a Cooperativa Mulher Rural Legal possibilitava que as mulheres pudessem comercializar alimentos via PNAE, e feiras locais bem como estabelecia espaços de convivência que permitia que as mulheres se ajudassem mutuamente. E em algumas unidades familiares, as mulheres cultivavam os alimentos produzidos para o PNAE. Em Mendoza a participação das mulheres ocorre desde a organização da produção, até a comercialização via cooperativa e outros canais de venda viabilizados pela UST.

Os agricultores camponeses de Mendoza têm a agroecologia como princípio de vida e de resgate ancestral das estratégias de produção de alimentos, rechaçando a agricultura convencional e a exploração dos recursos naturais que essa promove. Para estes agricultores a agroecologia desempenha papel fundamental na garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional, por meio da autonomia produtiva e de organização de estratégias de acesso a circuitos curtos de comercialização, incluindo o estabelecimento de redes de agricultores e consumidores que viabilizam processos mais justos e solidários.

Em relação aos agricultores em Nova Friburgo alguns ainda estão em processos de identificação com a produção agroecológica ou orgânica, alguns com características bem consolidadas, e outros ainda se identificam como convencionais, mas que indicam mudanças de hábitos desde a tragédia climática ocorrida em 2011, e por estarem acessando os mercados institucionais. Neste contexto de mudanças os agricultores vão se reinventando, e resgatando conhecimentos adormecidos.

A luz das experiências estudadas e vivenciadas durante a pesquisa, traz-se a necessidade de tornar visível aos agricultores suas que próprias experiências, mesmo com as adversidades, podem proporcionar melhorias nas políticas públicas, inspirar ajustes e criação de políticas, de organização social, pois a exemplo do Brasil como uma experiência exitosa que tem contribuído para que outros países possam observar e refletir sobre propostas que abarquem o desenvolvimento rural por meio da agricultura familiar. Assim como as experiências de Mendoza, de organização social para construir mercados, inspira para consolidações de mercados locais, de organizar as cadeias produtivas em todos os elos até chegar ao consumidor, e com baixíssima incidência de política pública voltada para tal.

Por fim, é importante que as organizações sociais estejam fortalecidas, para tal os agricultores precisam estar fortalecidos e engajados, ter consciência e assumir que estas organizações são o caminho para que consigam fortalecer o território, projetando para que a juventude tenha espaço de participação. Nessa construção, cada organização tem uma forma de atuação e percepção articuladas com a cultura de cada local, incluindo barreiras que precisam ser quebradas com a elevação da consciência de cada ator como sujeito social e de seu papel na construção do desenvolvimento local.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: Princípios e estratégias para o desenho de sistemas agrícolas sustentáveis. En: Altieri, M. (Ed.). *Agroecologia: Bases Científicas para uma agricultura sustentável*. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 400p.
- ANANIAS, P. Apresentação. In: **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015: Avanços e Desafios**. SAF/MDA, 201. Brasília, 2015. 113p
- ARANDA, D. **La pésima suerte de nacer campesino**. Ano 2008. Disponível em: <https://www.página12.com.ar/diario/sociedad/3-113628-2008-10-20.html>. Acesso em: 10 out. 2017
- ANTONIO, G. J. Y. **Constituição de tecnologias sociais a partir de processo de desenvolvimento territorial endógeno: a experiência de ações participativas junto a sistemas de produção familiares em ambientes de montanha em Nova Friburgo (RJ)**. 2017. 116f. Dissertação. (Mestrado em Agricultura Orgânica). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2017.
- BIANCHINI, V. **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015: Avanços e Desafios**. SAF/MDA, 201. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.
- BECKER, B. K. O Mercado Carioca e seus Sistema de Abastecimento. **Revista Brasileira de Geografia**, nº 2, junho 1966.
- BONNAL, P. CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Revista Estudo Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, no. 2, 2008: 185-227.
- BRIGNARDELLO, M. ¿Cómo entender la organización de la producción en el agro actual? Vinculación agroindustrial y producción de calidad en la vitivinicultura mendocina en las primeras décadas del siglo XXI. **Mundo Agrário**, v.18, n.37, e042, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/15155994e042>. Acesso em: 20 nov. 2017
- CARACCILO, M. **Situación de la institucionalidad de apoyo a la innovación comercial y de los procesos de gestión comercial de la agricultura familiar en la Argentina**. Colaboração de FONTANA, P.; HARO, A. de. Buenos Aires: IICA, 2016. Disponível https://inta.gob.ar/sites/default/files/situacion_de_la_institucionalidad_de_apoyo_a_la_innovacion_comercial_y_de_los_procesos_de_gestion_comercial_de_la_agricultura_familiar_en_la_argentina_2.pdf. Acesso: 02 nov. 2017.
- CARNEIRO, M. J. Trabalho, “ajuda” e disputas: uma etnografia das confecções de lingerie em domicílios rurais. **Revista Estudos de Sociologia, Araraquara**, v.11, n.20, p.99-125, 2006.
- CARVALHO, H. M. de.; COSTA, F. de A. Agricultura Camponesa. In: **Dicionário de Educação do Campo**. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CONTE, G. **La paradoja de ser "sin tierra" en Argentina, esa inmensidad despoblada**. Disponível em: <http://www.mdzol.com/entrevista/289070-la-paradoja-de-ser-sin-tierra-en-argentina-esa-inmensidad-despoblada/>, 2017, Acesso em: 10 out. 2017.

CARNEIRO M. J. **Agricultores Familiares e Pluriatividade: Tipologias e Políticas.** Disponível em: <http://principo.org/agricultores-familiares-e-pluriatividade-tipologias-e-politicas.html> 2013. Acesso em 23 nov. 2015

CARVALHO, E. S. de. **Avaliação Participativa da Qualidade do Solo e Sanidade dos Cultivos para Manejo Integrado da Hérnia das Crucíferas em Ambiente de Montanha.** 2016. Tese (Doutorado em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

DANTE, A. R. **La posesión de la tierra, eje de un conflicto en Mendoza.** Ano 2011 Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1380472-la-posesion-de-la-tierra-eje-de-un-conflicto-en-mendoza>. Acesso em 23 nov. 2017.

DEAN. **W.A ferro e fogo: a História e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996,486p.

DELGADO, N. G. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **Novos Cadernos NAEA.** v. 15, n. 1, p. 85-129, jun. 2012, ISSN 1516-6481.

DUARTE, F. R. P. **Nova Friburgo: um estudo sobre identidade urbanística.** 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola (ASPA),** ano 2016. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br/tecnica.asp>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FAUSTINO, A. S. P. O lugar, o simbolismo e as transformações na percepção ambiental: um estudo de caso na Nova Friburgo pós tragédia "natural" de 2011. **Anais do XI Encontro de Nacional da ANPEG - Diversidade da geografia Brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação** de 9 a 12 de outubro 2015. Disponível em: www.enanpege.ggf.br/2015. Acesso em: 09 jan. 2017.

FELIX, I. M. C. S. Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato. **Anais Simpósio Baiano de Geografia,** 2010. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%2010.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017

FRETEL, A. C. SIMONCELLI-BOURQUE, E. **O Comércio Justo e o consumo ético.** Rio de Janeiro: Editora DP&A: Fase, 2003. ISBN 85-7490-260-0.

FROSSARD, A. C. **Pedagogia da Alternância e Articulação dos Agentes formativos de técnicos em Agropecuária:** Interação entre Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável em Nova Friburgo (Brasil) e Lobos (Argentina), 2014. Tese (Doutorado em Ciência. Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural.** vol.51 no.1 Brasília Jan./Mar. 2013.

GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo:** diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San José, C.R.: IICA, 2002.

GODOY, A. S. Estudo de Caso. En. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo. v. 35. nº 3, 1995, 20-20 p.

GREE, R. SCHALLER, B. Logística e racionalização comercial na área dos produtos alimentares frescos. In: **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da Liberalização.**(Orgs.) BELIK, W.; MALUF, R. S. (Orgs). Campinas: IE/UNICAMP, 2000, pág 107-130.

GRISEL, P. N.; ASSIS. R. L. de. **Dinâmica Agrária da Região Sudoeste do município de Nova Friburgo e os atuais desafios de sua produção hortícola familiar.** Embrapa Agrobiologia documentos, 2015, ISSN 1517-8498.

GRISEL, P.N. **La possibilité d'une transition agroécologique ?** Une analyse des déterminants économiques, écologiques et institutionnels de l'adoption de pratiques agricoles alternatives dans une communauté d'agriculteurs familiaux au Brésil. Tese (Doutorado da L'université de Versailles Saint Quentin en Yvelines), 2013. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01250525>. Acesso em: 5 dez. 2017.

GROSSO CEPARRO, M. V.; TORRES. L. M. Entre las políticas por el agua y los esfuerzos por calmar la sed. el «acueducto del desierto» en las tierras secas no irrigadas de Lavalle, Mendoza. **Revista América Latina Hoy**, 69, 2015, pp. 17-33. Ediciones Universidad de Salamanca. ISSN: 1130-2887 DOI: <http://dx.doi.org/10.14201/alh2015691733>

GUZMÁN, E. S. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário.** AGRUCO. Plural editores, CDE, NCCR, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE.** 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf . Acesso em: 8 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. **Projeto Regiões Rurais** 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_regioes_rurais.shtm. Acesso em: 8 abr. 2015.

IVARS. J. D. **Productores en la encrucijada ambiental global Poder y racionalización en la apropiación y uso del agua en el oasis del río Mendoza, Argentina.** Tese (Doctorado en Ciencias Sociales y Humanas). Universidad Nacional de Quilmes, 2014.

JIMENEZ, L. **Desalojos y discriminación contra los pueblos originarios en Mendoza.** 2016. Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/Desalojos-y-discriminacion-contralos-pueblos-originarios-en-Mendoza>. Acesso em: 8 out. 2017.

LIMA, V. C. S. **Desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha: estudos de caso em Nova Friburgo (RJ) e no Alto Camaquã (RS).** 104f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, V. C. S.; SILVA, V. V. As correntes de agricultura não industrial. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, nov. 2014, ISSN 2236-7934.

LÓPEZ NETTO, A. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável em Ambientes de Montanha no Brasil e na Argentina.** 183f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação e Agropecuária) Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

MAIA. K. **Circuito de Flores de Nova Friburgo atrai visitantes para cidade.** Disponível em: <http://www.sfnoficias.com.br/circuito-das-flores-de-nova-friburgo-atrai-visitantes-para-a-cidade>. Acesso em: 8 dez. 2017.

MAZOYER. M.; ROUDART. L.; **História das Agriculturas no Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea**. Brasília: UNESP, NEAD, 2010.

MARTÍN, F.; ROJA, F.; SALDI, L. Domar el agua para gobernar. Concepciones socio-políticas sobre la naturaleza y la sociedade en contextos de consolidación del Estado provincial mendocino hacia finales del siglo XIX y principios del XX. In: **Anuario del Centro de Estudios Históricos** “Prof. Carlos S. A. Segreti” Córdoba (Argentina), año 10, n° 10, 2010, pp. 159-186. ISSN 1666-6836.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas**, v.1, n.0, set. 2004.

MENDOZA. **Departamento General de Irrigación. Etnia Huarpe Milcayac Las Primeras Acequias**. Ano 2016. Disponível em: http://aquabook.agua.gob.ar/508_0. Acesso em 11 set. de 2017.

MINGO. E.; BERGER. M. Asalariados rurales en el Valle de Uco (Mendoza, Argentina). In: **Mundo Agrario**, vol. 10, n° 19, segundo semestre de 2009.

MOLINA, M. G de.; Las Experiencias Agroecológicas y su incidência em el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. (Orgs.). **Agroecologia e os desafios da Transição agroecológica**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MOURA, I. F.; GUEDES, C. A. M.; ASSIS, R. L. Agroecology in the Brazilian government agenda: developments between 2011 and 2014. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 14, p. 1-15, 2017.

NDIAYE, A. **Análise do desenvolvimento do programa pais: produção agroecológica integrada e sustentável, enquanto estratégia para geração de renda e segurança alimentar e nutricional de sistemas de produção familiares**. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NOGUEIRA, M, E. Agricultura familiar y políticas públicas en la Argentina de los últimos años. Algunas reflexiones en torno a una relación compleja. **Revista Trabajo y Sociedad**. n° 21, Santiago del Estero, Argentina. 2013.

OLIVEIRA, V. P. de. **Repesando o Rural sob o prisma das Urbanidades, em Nova Friburgo, RJ**. 2014. Tese (Doutorado em geografia). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**. v. 2. n° 3, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **FAO anuncia que 2014 será o Ano Internacional da Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-anuncia-que-2014-sera-o-ano-internacional-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 25 jul. 2015.

PEREIRA, M. da S. **Avaliação da Sustentabilidade de Sistemas de Produção Agrícola de Base Ecológica no Município de Nova Friburgo, RJ.** 2013. Dissertação. (Mestrado em Agricultura Orgânica). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

PERSIA, M. **Resumen de experiencia institucional en comercialización - red de alimentos de la agricultura familiar 2012-201.** Secretaria de Agricultura Familiar del Ministerio da Agroindustria Presidencia de la Nación. 2015.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de.; VEZZANI, F. M. (org). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013. 393p.

RANGEL, F. C.; PAULA.; T. H. P. de. Arranjo Produtivo Local de Moda Íntima de Nova Friburgo (RJ): perfil atual e perspectivas de desenvolvimento. **Revista Ci. Humanas e Soc. em Rev.**, RJ, EDUR, v. 34, n.2, jul / dez, 186-203, 2012.

REBORATTI, C. Reforma agraria en la Argentina: entre la utopía y la indiferencia. **Anais de II Encontro de Geógrafos de America Latina**, Tomo II, Reforma agraria y problemas campesinos, Montevideo, 1989

RESPUESTAS.TIPS. **¿Cuántos departamentos tiene la provincia de Mendoza?** Disponível em: <https://respuestas.tips/cuales-son-los-departamentos-de-mendoza/>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RICHARD-JORBA, R. ¿Echar raíces o hacer la América? Un panorama de la inmigración europea hacia la región vitivinícola argentina y algunos itinerarios económicos en la provincia de Mendoza, 1850-1914, **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM** [En línea], 9, 2004. Acesso em: 04 ago. 2017. URL: <http://alhim.revues.org/435>

RICHARD-JORBA, R. El mercado de trabajo vitivinícola en la provincia de Mendoza y los nuevos actores. El “contratista de viña”: aproximación aun complejo sistema de empresarios y trabajadores, 1880-1910. In: **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n ° 18. 2003. Disponível em: http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/riea/riea_v18_n1_01.pdf. Acesso em: nov 11. 2017.

RICHARD-JORBA, R. El mundo del trabajo vitivinícola en Mendoza (Argentina) durante la modernización capitalista, 1880-1914 / Dossier. **Revista Mundo Agrário**, 2009. Disponível em <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=arti&d=Jpr3787> Acesso em: 11 nov. 2017.

RUFI, D. **Los despidos en el INTI también alcanzan a la agricultura familiar.** 2018. Disponível em <https://www.lanacion.com.ar/2109211-los-despidos-en-el-inti-tambien-alcanzan-a-la-agricultura-familiar>. Acesso em 20 jun. 2018.

SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidaria. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência.** v. 15 – Número 20– Jan/Jun 2012 - pp. 101-130.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista RBCS.** v.18, nº.51, fevereiro, 2003.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T. da.; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T. da.; MATTE, A (orgs). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S; FERRARI, D. L.; Cadeias. Curtas, Cooperação e Produtos de Qualidade na Agricultura Familiar. O Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 17, núm. 1, enero-marzo, 2015, pp. 56-71. Editora Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (ed.). **SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1014.

SILVA, Í. A. da. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e participação social em Nova Friburgo – RJ. **Anais do II Encontro de Grupos de Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia** (UFU), Instituto de Geografia, IG Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), 2006.

SISLIAN, F. E. Políticas Públicas y Agricultura familiar. Los Acuerdos territoriales de desarrollo rural con inclusión como herramientas para una nueva política nacional de desarrollo rural. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas** Año 2 N° 4 (Enero 2013-junio 2013) ISSN 1853-9254.

STANDAGE, T. **Uma História comestível da Humanidade**. Maria Luiza X. de A. Borges (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberania Alimentar. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, O. A. **Acesso ao mercado institucional na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Relato de Experiência para MDS. Categoria Da Boa Prática De Ater: Eixo III – ATER e Políticas Públicas C. Mercado Institucional, 2015.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BRASSOLS, N. Os Conhecimentos Tradicionais: A essência da Memória. **A Memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Expressão Popular. 2015.272p.

VIDELA S. Acequias em Mendoza: La Ancestral Herencia Huarpe. **Veinte Mundos Magazines**, Agosto de 2016. Disponível em: <http://www.veintemundos.com/magazines/155-de/>. Acesso em: set. de 2017.

WILKINSON, J. Perfis emergentes no setor Agroalimentar. In: MALUF, R. S.; WILKINSON, J.; GREN, R. (orgs.). **Reestruturação do Sistema Agroalimentar: Questões metodológicas e de Pesquisa**. Rio de Janeiro. REDECAP, 1999.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o mundo da agricultura familiar**. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, 213p.

ZAMUDIO, T. Pueblos Indigenas de Mendoza. In: **Derecho de los Pueblos Indígenas**. Ediciones Digitales 2016-2019. Material fuera de comércio. Disponível em: http://indigenas.bioetica.org/base/base-d4.htm#_Toc104307914. Acesso em: jul. de 2017

ZANETI, T. B. **Cozinha de raiz**: As relações entre chefs, produtores e consumidores a partir do uso de produtos agroalimentares singulares na gastronomia contemporânea. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

ZIMMERMANN, S. A.; BRANDÃO, J. D.; LEÓN, S. D. de. É possível uma agricultura familiar Latino-Americana? Dez anos de REAF. **Artigos OPPA**, n.46, abril 2014.

7 ANEXO

A. Questionário utilizado na coleta de informações para o desenvolvimento da pesquisa à campo na Argentina



Questionario para recoger datos.

Entrevista con los agricultores y agricultoras para identificar las estrategias de comercialización de la producción agrícola y las relaciones con mercados existentes.

1- Fecha de la Entrevista.

2- Nombre de Agricultor/Agricultora entrevistado

3- Lugar donde ocurrió la entrevista:

4. Características demográfica de la familia

Nombre	Tipo de parentesco com entrevistado	Genero	Idad	escolaridad
1				
2				
3				
4				
5				
6				

5- Contar la historia de la familia, cómo llegó a la unidad de producción agrícola. Cual es su relación con la Agricultura.

6. Situación de la casa

¿Vive en la unidad productiva?¿En casa alquilada? Porque?

7. ¿ Es parte de una organización social?

Sin No

¿ Cual?

¿ Asociación o Cooperativa? Cual?-----

¿ UST?

¿ Otra forma de trabajo colectivo? Cual?

8. Cual es el grado de participación en las reuniones, cursos y debates de organización social que es parte?

Siempre

Raramente

No participa

¿ Otra forma?-----

8.1. ¿que tipo de reunión?

Coordinación de la cooperativa/Asociación

grupo productivo

discutir la comercialización

grupo de la mujer

Grupo de Joven

¿Otro tipo? Cual?-----

9. ¿ Cual la forma de acceso a la tierra para producción agrícola?

Aquila la tierra para la producción agrícola

Tiene título de la Tierra

Otra forma de acceder a la Tierra, cual?-----

10. ¿ Cual la disponibilidad del agua para Riego?

Poço

Fuentes de agua

ríó

¿Otra? -----

9. Sobre la producción agrícola

9.1.¿Cual es el tamaño de la zona de producción?

9.2.¿cómo es la producción, uso de insumos químicos sintéticos o no?

9.3.¿Contrata personas para sembrar y o cosechar?

9.4.¿usted tiene acceso a algún tipo de crédito para sembrar?

9.5.¿alquiler de maquinaria para sembrar?

Municipalidad

Particular

Cooperativa/Asociación

otra forma

Valor de pago por maquinaria, _____

10. Tabla de la producción y formas de comercialización.

Product o	#Canales de comerciali zación	*Forma de comercializa ción	Frecuencia de uso de canales	Cómo acesa?

#directa/intermediario/outra forma. *Fresco/procesado/outras formas

11. ¿Tal como se definen los principales cultivos? La definición está dada por la facilidad del comercio o para el consumo familiar?

12. ¿Qué productos ofrecen mayores ingresos para la familia? Son venta formal o informal?

13. ¿Tiene estructura que facilita la comercialización o necesita soporte o entrega al intermediario? ¿Se no, que cree que es necesario?

11.¿Se hace algún tipo de procesamiento para agregar valor a los productos? Se si, tiene equipamiento, o usa en otro lugar?

12. ¿que se encarga de procesar el producto? (limpieza, procesamiento, embalaje, etc)

13. ¿ Cual la forma en que se construyen los vínculos con el mercado, quiénes son y cómo empezar? (Intermediarios, cooperativas, asociaciones, vecinos, grupos y otras políticas.)

14. Las formas que tienen acceso a los mercados, en su opinión, lo que asegura un mejor ingreso para la familia. ¿Y cuáles son las dificultades?

15. ¿cuál es su opinión con respecto a los precios de comercializar sus productos?

16. ¿Cuáles son los principales problemas que afectan a vender?

17. Apoyo a la Política Pública para la producción y comercialización.

17.1. ¿Usted tiene acceso a algún tipo de política pública para el desarrollo de la producción agrícola?

() Asesoría Técnica () fomento para producción () otro.-----

17.2. ¿Usted tiene acceso a algún tipo de política pública para el desarrollo de la comercialización?

17.3. ¿ participa o participó en cualquier programa de compra pública? Se sin, Cual es su evaluación?

17.4. ¿ la asociación/cooperativa que forma parte contribuyen para organización de la producción agrícola?

17.5. la asociación/cooperativa que forma parte contribuyen para la comercialización?

17.6. ¿cuál es su relación con el mercado de consumo para su municipio?

17.7. ¿Cómo ve el apoyo de los poderes públicos de la municipalidad, Provincial y Nacional para el desarrollo de la producción agrícola, o de la comercialización?